



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 17

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 09 de julho de 2024

Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 02 minutos.

Presidente: *Deputado Luis Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça (substituído no decorrer da Sessão pela Deputada Isabel Teixeira)*

SUMÁRIO

No âmbito do PTAP (Período de Tratamento de Assuntos Políticos), foram presentes vários votos assinalados abaixo:

[Voto de Congratulação apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, pelos 100 anos da visita de Raúl Brandão aos Açores](#), apresentado pelo Sr. Deputado João Mendonça (PPM).

Intervieram os /as Srs./Sras. Deputados/as: Nuno Barata (IL), Marta Matos (PS) e

José António Soares (*PSD*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao jovem Afonso Eanes Benevides pela conquista da medalha de prata nas Olimpíadas Europeias de Ciências Experimentais](#), apresentado pela Sra. Deputada Patricia Miranda (*PS*).

Interveio o Sr. Deputado Luís Raposo (*PSD*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

[Voto de congratulação do Grupo Parlamentar do PSD ao Clube Desportivo Santa Clara – Campeão Nacional da Segunda Liga](#), apresentado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado.

Intervieram os /as Srs./Sras. Deputados/as: Russel Sousa (*PS*), José Pacheco (*CH*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

O Voto foi aprovado por unanimidade

[Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PS pelos 50 anos do Sacerdócio do Padre Francisco Dolores](#), apresentado pela Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*).

Intervieram os /as Srs./Sras. Deputados/as: Hélia Cardoso (*CH*), Luís Soares (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

O Voto foi aprovado por unanimidade

[Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PSD pelos 50 anos da Escola Secundária da Ribeira Grande](#), apresentado pelo Sr. Deputado Luís Raposo (*PSD*).

Interveio o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*).

O Voto foi aprovado por unanimidade

[Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PS à Cooperativa Agromariense](#), apresentado pela Sra. Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*).

Interveio o Sr. Deputado Carlos Rodrigues (*PSD*).

O Voto foi aprovado por unanimidade

[Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PSD pela Certificação Nacional Europeia do Selo de Identificação Geográfica das Violas da Terra dos Açores](#),

apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*).

Interveio a Sra. Deputada Marta Matos (*PS*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PSD à atleta Sandra Brum - Campeã Nacional de Apneia Indoor](#), apresentado pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*).

Intervieram os /as Srs./Sras. Deputados/as: Lúcio Rodrigues (*PS*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Pesar do Grupo Parlamentar do PS pelo falecimento de Jorge Alberto Sousa Silva](#), apresentado pela Sra. Deputada Sandra Costa Dias (*PS*).

Interveio o Sr. Deputado José Leal (*PSD*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Pesar do Grupo Parlamentar do PS pelo falecimento de António Vitorino da Silveira](#), apresentado pela Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*)

Intervieram os /as Srs./Sras. Deputados/as: Paulo Silveira (*PSD*) e Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

Terminado este período dedicado à apresentação de Votos, foi debatida e votada a [Anteposta de Lei n.º 3/XIII – “Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras»](#)”, apresentada pelo Sr. Deputado Nuno Barata, da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Intervieram os /as Srs./Sras. Deputados/as: Francisco Lima (*CH*), João Vasco Costa (*PS*), Sabrina Furtado (*PSD*), João Mendonça (*PPM*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Vasco Cordeiro (*PS*) e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*).

Em votação final global a Anteposta de Lei n.º 3/XIII, foi aprovada por maioria.

De seguida deu-se o debate e votação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII – “Programa extraordinário de integração de trabalhadores precários na Administração Pública Regional”](#), apresentado pelo Sr. Deputado António Lima, da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Intervieram os /as Srs./Sras. Deputados/as: Pedro Neves (*PAN*), João Vasco Costa (*PS*), Olivéria Santos (*CH*), Joaquim Machado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), João Mendonça (*PPM*), José Toste (*PS*), Sabrina Furtado (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Em votação na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII, foi rejeitado.

Posteriormente foi debatido e votado o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII – “Transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora”](#), apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Neves, da Representação Parlamentar do PAN.

Intervieram os /as Srs./Sras. Deputados/as: José Pacheco (*CH*), Luís Soares (*PSD*), Lubélio Mendonça (*PS*), António Lima (*BE*), João Mendonça (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*) e o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*).

O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII, foi rejeitado na generalidade.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada, tem a palavra o Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Partido Social Democrata (*PSD*)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José António Marcos **Soares**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Alberto **Garcia** Castro Pereira da Costa

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (*PS*)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Gualberto Costa Rita

Inês Soares de Oliveira e Sá

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Miguel de Freitas Toste

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luis Miguel Vieira Leal

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Russell Michael Sousa

Sandra Micaela Costa Dias

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo Cunha Pacheco

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos, declaro aberta a Sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, antes propriamente de dar início aos nossos trabalhos permitam-me que em nome da Assembleia e da Mesa dê as boas vindas ao Sr. Deputado Flávio Pacheco desejando-lhe bom trabalho e seja bem-vindo.

Esta manhã está reservada, como decidido em conferência de líderes, para o período de tratamento de assuntos políticos, vamos dar início com os votos que deram entrada na Mesa, o primeiro voto é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM pelos **100 anos da visita de Raúl Brandão aos Açores**, tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Voto de Congratulação
Pelos 100 anos da visita de Raul Brandão aos Açores

Foi a 17 de junho de 1924, há precisamente 100 anos, que Raul Brandão chegou aos Açores, a bordo do vapor São Miguel, tendo desembarcado na Ilha do Corvo com a curiosidade de um explorador e a sensibilidade de um poeta.

Ficou 14 dias na ilha do Corvo, pela qual desenvolveu um particular fascínio, tendo, curiosamente, pernoitado na casa que atualmente abriga a Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na ilha.

Aquando do seu regresso a Lisboa, concedeu uma entrevista ao Jornal Portugal, Madeira e Açores em que disse: *Cada ilha dos Açores tem a sua individualidade (...) Pela sua vida interessantíssima destaco o Corvo. Projetei a minha viagem há muito tempo, depois de ter lido o testamento de Mouzinho da Silveira (...) Dá-me vontade de chorar quando relembro o carinho e a ternura com que me trataram no Corvo. No Corvo andaram comigo ao colo. Quando embarquei, toda aquela gente veio despedir-se de mim. O Corvo é um mundo.*

Desta passagem pelos Açores e pela Madeira, nasceu o livro "*As Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens*", que transcende o simples relato de uma viagem. A obra de Brandão capturou a essência do arquipélago, revelando, através de uma prosa poética e observações minuciosas, as belezas naturais, as paisagens deslumbrantes e a vida quotidiana das nossas gentes.

Raúl Brandão, com a sua sensibilidade ímpar, conseguiu eternizar nas páginas do seu livro um retrato fiel e profundo das nossas ilhas, que ainda hoje nos emociona e inspira. A sua capacidade para captar detalhes e a sua habilidade em traduzir as suas

observações em palavras, permitiram-lhe criar uma das mais belas descrições do arquipélago açoriano.

Em "*As Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens*", Raul Brandão oferece-nos um olhar profundo sobre a vida insular, descrevendo com maestria as paisagens vulcânicas, os campos verdes, as casas brancas e o mar azul que rodeia as nossas ilhas.

A sua escrita caracteriza-se por uma sensibilidade que vai além da mera descrição. Brandão não se limitou a relatar o que via. Mergulhou na alma das ilhas, captando a essência dos lugares e das pessoas. As suas palavras ressoam com a melancolia das paisagens, a dureza da vida dos pescadores e dos camponeses, a simplicidade das gentes. "*As Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens*", é, assim, uma obra que nos toca profundamente, pois revela a alma açoriana de uma forma única e incomparável.

Esta é considerada por muitos como uma das melhores obras de literatura de viagens do mundo. Através das suas páginas, Raul Brandão transporta-nos para um tempo e um espaço onde a natureza e a humanidade se entrelaçam de forma harmoniosa e, por vezes, dramática. A sua escrita é uma celebração da beleza natural dos Açores, mas também uma reflexão profunda sobre a condição humana.

A obra de Raul Brandão transcende a simples descrição geográfica. Ela é uma meditação sobre a existência, sobre a relação do homem com a natureza, sobre a beleza e a tragédia da vida insular. Cada ilha, cada paisagem, cada pessoa descrita por Brandão ganha vida nas suas palavras, revelando um mundo desconhecido e fascinante.

Para Pedro da Silveira, Raul Brandão é "*o maior dos escritores de fora que sobre elas e o seu povo escreveu*". O legado de Raul Brandão nos Açores é imenso. A sua obra continua a ser uma fonte de inspiração para escritores, poetas, artistas e todos aqueles que se sentem atraídos pela beleza e pela singularidade das nossas ilhas.

Raul Brandão ajudou a colocar os Açores no mapa literário do mundo, mostrando a riqueza cultural e natural do arquipélago. Neste centenário, é importante refletirmos sobre a importância de preservarmos e valorizarmos este legado. "As Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens" é uma obra que nos desafia a olhar para as nossas ilhas com um olhar renovado, a apreciar a sua beleza, a compreender a sua história e a valorizar a sua cultura.

Assim, neste centenário da visita de Raul Brandão aos Açores, é de inteira justiça a aprovação de um voto de congratulação de reconhecimento ao seu contributo inestimável para a literatura e para a divulgação da identidade açoriana.

Que este voto sirva como um tributo à memória de Raul Brandão e à sua obra e também como um incentivo à valorização e divulgação da nossa cultura, das nossas tradições e da nossa História.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo centenário da visita de Raul Brandão aos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos familiares de Raúl Brandão e à Sociedade Martins Sarmiento.

Muito obrigado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Permitam-me nesta primeira intervenção desejar a todos um bom trabalho essa semana.

Na verdade Raúl Brandão e o seu “Ilhas Desconhecidas” é muito mais do que um simples livro de viagens, quando alguém me pergunta, que vai vir pela primeira vez aos Açores ou está pensando vir aos Açores, e, me pergunta o que é que pode ler sobre os Açores, eu recomendo sempre “Ilhas Desconhecidas.

É um livro que, apesar de ter 100 anos, nos introduz à realidade açoriana quase como se fosse hoje.

Devo dizer que e, permitam-me essa nota pessoal, é um dos meus livros de mesa de cabeceira e nas minhas férias de verão quase sempre o revisito.

“Ilhas Desconhecidas” assim como o “Esboço Histórico dos Açores” de Carreira da Costa, trazem a essência do povo açoriano, a essência do viver açoriano para a literatura quer de viagens, quer histórica, no caso de Carreira da Costa.

É por isso, saúdo o Sr. Deputado João Mendonça por ter trazido a essa Casa e de nos ter lembrado dos 100 anos da passagem de Raúl Brandão pelos Açores e obviamente a Iniciativa Liberal associa-se a esse voto do Partido Popular Monárquico. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

(*) Deputada Marta Matos (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, naturalmente, ao presente voto que assinala o centenário da viagem de Raúl Brandão aos Açores.

De facto entre junho e agosto de 1924, acompanhado por outros intelectuais da época entre os quais Vitorino Nemésio, Raúl Brandão visitou o nosso arquipélago a convite de José Bruno Carreiro que o dirigiu a alguns intelectuais portugueses da época para que viessem conhecer as ilhas adjacentes e dessa viagem resultaria a Obra “Ilhas Desconhecidas” feita com notas de viagens quase sem retoques nas palavras do próprio Raul Brandão constituindo ainda hoje um dos mais belos livros de viagens da literatura portuguesa.

Nele Raúl Brandão descreve de facto com paciência e com particular beleza estética e literária as nossas paisagens e características naturais, o modo de ser das nossas gentes o nosso modo de viver.

Um século depois “Ilhas Desconhecidas” continua a figurar no nosso património literário como uma das mais belas homenagens aos Açores e eu diria até como cartaz de promoção turística inigualável apelando e fazendo lembrar a importância da preservação das nossas características naturais e humanas, da nossa qualidade de vida, da nossa identidade.

Na apresentação do seu voto o Sr. Deputado João Mendonça citou algumas das impressões de Raúl Brandão sobre o Corvo, permitam-me igualmente a citação de uma outra passagem da Obra que aprecio particularmente. *“O Pico é a mais bela, a mais extraordinária ilha dos Açores, duma beleza que só a ela lhe pertence, duma cor admirável e com um estranho poder de atração. É mais que uma ilha - é uma estátua erguida até ao céu e moldada pelo fogo”*.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, naturalmente, como disse, ao presente voto. Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado José António Soares.

(*) Deputado José António Soares (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Aproveito também para nos associarmos a este voto do Deputado João Mendonça e aproveito também um pouco daquilo que já disse a Sra. Deputada Marta Matos também sobre a visita de Raúl Brandão e também das “Ilhas Desconhecidas”. Aproveito para ler um excerto das “Ilhas Desconhecidas”: (...) *A vinha tem fama no mundo. O vinho branco do Pico, feito de verdelho e criado na lava, é um líquido com um pique amargo, cor de âmbar...*

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desculpe lá Sra. Deputada Marta Matos, mas gosto mais desta parte.

O Orador: ... e que parece fogo. Levantam uma pedra, atiram um punhado de terra para o buraco e a videira deita raízes como pode, abrigada no curral pelos muros e estendida no chão sobre calhaus. Só lhe levantam um pouco as varas quando o cacho está perto de amadurecer. O Pico já deu milhares de pipas de vinho, que exportava quase na totalidade para a Rússia. (...). É realmente escrito por Raúl Brandão.

Sendo assim estamos também congratulados com este voto do PPM e do João Mendonça. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado (isto estava combinado). Mais inscrições? Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: Voto de Congratulação pelos 100 anos da visita de Raúl Brandão aos Açores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista **ao jovem Afonso Enes Benevides**, tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Voto de Congratulação

Ao Jovem Afonso Enes Benevides pela conquista da medalha de prata nas Olimpíadas Europeias de Ciências Experimentais

"Continuem curiosos, porque é a curiosidade que motiva uma contínua aprendizagem" Estas são palavras de Afonso Enes Benevides, um jovem de 16 anos da Escola Secundária Domingos Rebelo, que no passado dia 7 de abril, no

Luxemburgo, conquistou a medalha de prata nas Olimpíadas Europeias de Ciências Experimentais. Estas Olimpíadas privilegiam as competências experimentais, nas áreas de Biologia, Física e Química, como o correto processamento da informação, a manipulação de equipamento, a execução experimental e a aquisição de dados, apesar de o conhecimento teórico ser também muito relevante. Portugal participa nesta competição desde 2009, mas foi agora, com os Açores presentes, que Portugal alcançou honrosos resultados ficando, assim, representado como o segundo melhor país.

Cabe a nós, enquanto classe política e comunidade, incentivar, louvar e celebrar a presença dos Jovens nestas competições, tantas vezes com o sacrifício das atividades de lazer normais nas suas idades. Hoje, é com orgulho que congratulamos o Afonso, pela conquista alcançada, esperando que, também, possa servir de incentivo a outros Jovens Açorianos! Com o percurso assinalável deste jovem estudante, alcançando prêmios em outras competições nacionais, como é o caso da medalha de bronze nas Olimpíadas Nacionais de Física e o prêmio de mérito nas Olimpíadas Nacionais de Biologia, Afonso Enes Benevides apresenta-se como um promissor cientista. Que o Afonso continue curioso e que nunca perca o empenho e a força para conquistar todos os seus sonhos. Nós estaremos aqui para aplaudir, incentivar e apoiar sempre, porque - para nós - os Jovens Açorianos são de facto o futuro!

Assim ao abrigo das disposições Regimentais aplicáveis, Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão plenária do mês de julho, aprove o seguinte voto de congratulação.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos pais do jovem, à Escola Secundária Domingos Rebelo, à Direção Regional da Educação e à Câmara Municipal de Ponta Delgada. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Luís Raposo faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luis Cardoso (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É com naturalidade que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores se associa a este voto aqui apresentado pela Sra. Deputada do Partido Socialista.

O Afonso é a prova viva que os Açores acrescentam valor a Portugal e que os Açores ampliam Portugal no contexto europeu.

Que o Afonso possa servir de exemplo, inspiração e motivação para outros e tantos jovens açorianos.

É com um enorme orgulho e sentido de responsabilidade que congratulamos o Afonso com a responsabilidade ainda acrescida de sermos responsáveis, enquanto coautores do progresso e desenvolvimento dos Açores, de garantir políticas públicas para o seu presente e para o seu futuro.

O Afonso e outros tantos jovens são o presente e o futuro dos Açores e por isso contamos com o Afonso, contamos com todos os jovens açorianos. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao jovem Afonso Mendes Benevides pela conquista da medalha de prata nas olimpíadas europeias de ciências experimentais foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao **Clube Desportivo de Santa Clara**, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Voto de congratulação
Ao Clube Desportivo do Santa Clara

O Clube Desportivo Santa Clara repetiu a proeza de se sagrar campeão nacional de futebol profissional da Segunda Liga - SABSEG na época 2023/2024 agora finda. O feito já havia sido alcançado logo a abrir o século, na temporada futebolística 2000/2001, mas desta vez a popular agremiação desportiva de Ponta Delgada obteve a sua melhor pontuação na competição, 73 pontos, a segunda mais alta de sempre entre todos os clubes portugueses.

Com esta brilhante prestação, atletas, técnicos e dirigentes atingiram o objetivo primeiro a que se dispuseram no início da temporada: regressar ao escalão maior do futebol nacional. Com todo o mérito desportivo - sem perder um único jogo fora do Estádio de S. Miguel - o Santa Clara levou bem longe o nome da Região, prestigiando os Açores, as suas gentes e o desporto açoriano, de uma maneira geral. O Santa Clara é inequivocamente a agremiação desportiva que mais projeta os Açores no mundo, de um modo muito particular junto da nossa Diáspora, onde gera sentimentos de pertença e afaga saudades entre os amantes do futebol. De regresso à Primeira Liga Portuguesa, o clube encarnado bater-se-á com os maiores clubes nacionais, especialmente Sporting, Futebol Clube do Porto e Benfica, motivo de orgulho para adeptos e simpatizantes, para todos os micalenses e açorianos, nas nossas ilhas e nas Comunidades onde nos projetamos como Povo.

Além destes sentimentos e também de quanto tudo isto significa no plano desportivo e suscita junto dos adolescentes e jovens praticantes de futebol, a participação de um

clube açoriano na principal competição de futebol nacional representa uma mais-valia económica para a Região, pela projeção mediática que a competição proporciona e pela dinamização da indústria do turismo e atividades conexas.

Com a estrondosa vitória o Clube Desportivo Santa Clara garante a sua nona participação na principal divisão do futebol profissional português, um percurso ininterrupto nas competições nacionais iniciado na já longínqua época de 1982/1083.

Por todos estes feitos, e principalmente pelo sucesso alcançado na temporada futebolística finda, propomos que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação ao Clube Desportivo Santa Clara.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Conselho de Administração da Santa Clara Açores - Futebol, SAD, Direção do Clube Desportivo Santa Clara, equipa técnica e atletas, Liga Portuguesa de Futebol Profissional, Federação Portuguesa de Futebol, Associação de Futebol de Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada e Junta de Freguesia de Santa Clara.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Russel Sousa.

(*) **Deputado Russel Sousa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Naturalmente o Partido Socialista associa-se a esse voto apresentado pelo Partido Social Democrata, fruto desta grande época desportiva que o Santa Clara fez que findou agora este ano e relembramos que este clube é um histórico dos Açores, é um clube que tem centenas de jovens a participarem em escalões de formação, é um clube que represente o ADN açoriano e que nunca desistiu de alcançar os feitos que alcançou e de lutar de igual para igual com os maiores clubes do nosso campeonato português. E neste sentido o Partido Socialista congratula-se com este voto e junta-se a esse voto também. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Um bom dia a todos. O CHEGA naturalmente também se associa a este voto ao Santa Clara e vai apresentar um de semelhante teor, na próxima oportunidade, talvez quinta-feira. E é importante não só pelo prestígio que traz à nossa Região, não só pelo nome Açores que tanto precisamos de que seja falado aos quatro cantos do nosso País, mas também queria aproveitar a ocasião para fazer um agradecimento não só aos atletas, não só os dirigentes, mas também aos muitos anónimos populares e voluntários que têm apoiado o clube aliás, tenho um ali que é o meu filho, que faz parte da claque e que vão a troco de nada, em nome dos Açores, com orgulho de serem açorianos. Se isto for uma razão para nós termos orgulho pois que seja esta a razão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O CDS obviamente, associa-se a este voto e informa que também tem um voto do mesmo teor para apresentar. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao Clube Desportivo de Santa Clara - Campeão Nacional da Segunda Liga foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelos **50 anos de sacerdócio do Padre Francisco Dolores**, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de congratulação

Pelos 50 anos de Sacerdício do Padre Francisco Dolores

"Padre do Povo", é desta forma carinhosa que é conhecido Francisco Dolores Monteiro Borges de Medeiros, nascido a 9 de julho de 1949, completando hoje 75 anos, na freguesia de Santo Espírito, na ilha de Santa Maria.

Frequentou o Seminário Menor de Ponta Delgada entre 1962 e 1964 e o Seminário Episcopal de Angra entre 1964 e 1974, nos cursos de Filosofia e Teologia, tendo sido ordenado a 19 de abril de 1974, pelo Bispo Manuel Afonso de Carvalho.

Logo após a sua ordenação, o Padre Francisco Dolores representou a Diocese de Angra na primeira Conferência Episcopal após a Revolução de Abril, momento que recorda com muito orgulho.

Entre 1974 e 1979, foi Vigário Cooperador das Lajes e Delegado Diocesano da Juventude para o Conselho da Praia da Vitória. Nesse período promoveu a Marcha da Juventude "Páscoa 1979", entre São Sebastião e a Sé Catedral, que contou com a participação de 1200 jovens, e lecionou História, Português e Religião Moral, na Escola Preparatória da Praia da Vitória. Após o sismo de 1 de janeiro de 1980, o Padre Francisco Dolores deslocou-se aos E.U.A e ao Canadá, mobilizando a comunidade para o apoio à reconstrução das Paróquias de Santa Bárbara, Doze Ribeiras, Cinco Ribeiras, na ilha Terceira, e também para a Ilha de São Jorge.

Entre 1981 e 1989, fundou e dirigiu o mensário "Família", da Zona Oeste da Terceira, com uma tiragem média de 1200 exemplares.

Foi administrador da União Gráfica Angrense, redator do Jornal "A União" e Chefe de Redação do mesmo jornal entre 1995 a setembro de 2001.

Foi Chefe do projeto In-Forma de prevenção Primária da Toxicodependência, entre 1991 e 1993.

Foi também fundador do Grupo de Jovens da Ribeirinha e dos Escoteiros da Sé.

A 11 de fevereiro de 2015, o Padre Francisco Dolores foi elevado à dignidade de Cónego passando a integrar o Cabido da Sé de Angra e a fazer parte do Colégio de Consultores do Bispo Diocesano.

Ao longo destes 50 anos de sacerdócio, foi pároco em várias paróquias da ilha Terceira, nomeadamente Santa Bárbara, Doze Ribeiras, Posto Santo, Terra Chã e São Bartolomeu. Também foi pároco e reitor do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, Ouvidor de Angra do Heroísmo e Vigário Judicial da Diocese de Angra. Hoje, Cónego Emérito da Sé de Angra, o Padre Francisco Dolores, afirma; "Sempre agi com muita liberdade e sem ter modelos fixos de sacerdote. Criei o meu estilo com base na liberdade: de pensar, de afirmar e de discordar".

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária do mês de julho, a aprovação de um voto de congratulação pelos 50 anos de Sacerdócio do Padre Francisco Dolores que representam meio século de vocação ativa ao serviço da comunidade que sempre pautou a sua vida por uma forte intervenção cívica e inconformismo.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao próprio e à Diocese de Angra. Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Hélia Cardoso faça favor tem a palavra.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O CHEGA associa-se à congratulação dos 50 anos do sacerdócio do Padre Francisco Dolores. É um Padre que exerceu e exerce o seu sacerdócio de uma forma muito humanista e plenamente assumida, sem medos. Antes do Padre Dolores ficar muito

doente, numa luta contra o cancro, costumava ficar no adro da Igreja da Conceição, do lado de fora da porta disponível para falar com qualquer pessoa que passava, ele adaptava-se ao seu interlocutor, falava desde medicina, falava de cultura, falava sem preconceitos e de uma forma muito simples, as conversas iam desde história, como eu já referi, cultura, medicina e embora os anos lhe estejam a roubar o vigor físico mas o brilho da sua inteligência e a sua apetência pelo conhecimento mantêm-se. Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Luís Soares faça favor tem a palavra.

(* **Deputado Luis Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Realmente o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto aqui apresentado pela Sra. Deputada Andreia Cardoso do PS, porque o Padre Dolores é uma figura que marca o sacerdócio, que marca a ilha Terceira, Angra do Heroísmo, dado a sua forma de estar, a sua forma de ser, sempre disponível para ajudar, sempre com um discurso fácil, daí o “Padre do Povo”, porque realmente ele recebia todas as pessoas, envolvia-se em todos os problemas e procurava sempre uma solução para os problemas que as pessoas tinham.

Era verdadeiramente um sacerdote, e, recordo o Padre Dolores porque ele passeava-se aos sábados pela cidade de Angra e quem tinha a sorte de se cruzar com ele levava com certeza muito mais sabedoria para casa.

O Sr. Padre Dolores gostava muito de conversar connosco, de pegar no nosso nome, desmontar o nosso nome, ir à procura das nossas origens, portanto, tudo isso acontecia num sábado de manhã em Angra do Heroísmo.

Portanto, o facto do Padre Dolores, neste momento, pelo seu estado de saúde não se poder passear por Angra, deixou Angra com certeza muito mais pobre.

Dai nós associarmo-nos a este voto e desejarmos que o Padre Dolores tenha melhoras e que um dia ainda nos consiga fazer companhia pelas ruas de Angra. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não só é uma celebração de uma marca histórica, 50 anos do exercício do sacerdócio, mas também é o reconhecimento da personalidade do Padre Francisco Dolores, uma pessoa humana, humanista, perspicaz, possuidor de um vasto conhecimento e cultura que é reconhecida por todos os cidadãos não só de Angra do Heroísmo mas da ilha Terceira, e não só, em todas as ilhas o Padre Dolores é conhecido e é reconhecido e portanto este voto de congratulação obviamente celebra a personalidade do Padre Dolores e não podemos deixar de nos associar. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Creio não existirem. Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 50 anos do sacerdócio do Padre Francisco Dolores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD **pelos 50 anos da Escola Secundária da Ribeira Grande** tem a palavra o Sr. Deputado Luís Raposo.

Deputado Luis Cardoso (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Congratulação
Pelos 50 anos da Escola Secundária da Ribeira Grande

A Escola Secundária da Ribeira Grande nasceu oficialmente a 26 de maio de 1975, através do Decreto-Lei n.º 260-B. Podemos afirmar, portanto, que estamos perante uma filha do 25 de abril de 1974. Com origens na Secção da Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada, que, abriu a 4 de janeiro de 1974, no 1.º andar da Rua de Nossa Senhora da Conceição, n.º 59.

Era um edifício arrendado, pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, a Evaristo Lima Garcia e onde funcionava a Biblioteca Municipal, a da Gulbenkian, em duas salas distintas, mais a "Recreativa", denominação do espaço restante que ocupava quase todo o primeiro andar, devido às atividades ali desenvolvidas que como o nome indica, tinham por fim ocupar o tempo livre e de recreio de jovens e adultos que a frequentavam.

A Secção da Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada, na então, Vila da Ribeira Grande é resultado de uma política educativa reformista dos anos 70, do séc. XX pelo Ministro de então, José Veiga Simão, e que teve outros tantos nomes locais associados que não quiseram de maneira nenhuma deixar fugir esta oportunidade para aquela Terra em nome das gerações futuras.

Assim sendo, e nestes termos e por precisão histórica, a Escola Secundária da Ribeira Grande não tem origem no Externato Ribeiragrandense.

Nestes 50 anos de existência, a Escola que temos é espelho da construção de muitos, num Coletivo em que somos responsáveis pela imagem e pelos resultados que a Escola Secundária da Ribeira Grande produz.

Marca, desde cedo, dos valores democráticos, que se fez e faz sentir, como princípio de atuação em todos os seus principais momentos históricos de Gestão e Orientação Pedagógica.

Com um papel transcendente e transformador, com uma juventude possuidora de mais conhecimento e capaz para qualquer desafio.

Abriu portas e caminhos para diversos sonhos, fez chegar tantos a posições e lugares que dificilmente poderiam ter alcançado. Com oportunidades para todos, sobretudo, para as classes sociais com maiores dificuldades económicas.

A Escola Secundária da Ribeira Grande é uma obra da Comunidade. O contributo inquestionável de todos os ribeiragrândenses para o desenvolvimento do estabelecimento tem sido justificado pelas alterações substanciais que a mesma tem operado nas estruturas sociais, económicas e culturais de um dos concelhos mais importantes dos Açores - a Ribeira Grande.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de congratulação pelos 50 anos da Escola Secundária da Ribeira Grande.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Conselho Executivo, Assembleia de Escola, todos os professores, alunos e auxiliares de ensino, à Câmara Municipal da Ribeira Grande e ao Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Carlos Silva faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com gosto ao voto de congratulação pelo quinquagésimo aniversário da Escola Secundária da Ribeira Grande.

É com gosto que também me associo pessoalmente, porque tive o prazer de fazer parte dessa escola, e, que muito contribuiu para minha e para a formação de muita gente ao longo dos anos.

Obviamente que a Escola Secundária da Ribeira Grande tem um papel muito relevante na Ribeira Grande não apenas na comunidade escolar, mas em toda a comunidade pelo papel que desempenha do ponto de vista social, cultural e também económico pelo contributo que tem dado ao longo dos anos.

Felicítámos por isso todos os conselhos executivos que contribuíram para esse percurso notável, mas também uma palavra de agradecimento aos docentes, aos assistentes técnicos, aos assistentes operacionais que no dia-a-dia fazem um trabalho exemplar e que contribuem para engrandecer e valorizar a Escola Secundária da Ribeira Grande como naturalmente acontece como noutras escolas. A da Ribeira Grande é especial pelas razões óbvias, para mim e para aqueles que são da Ribeira Grande, e, portanto, associamo-nos com gosto ao presente voto e volvidos 50 anos é importante também refletirmos sobre o papel que a escola deverá ter no futuro e há desafios que ela também enfrenta, nomeadamente na necessidade de modernização e de requalificação. É verdade que não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, mas esse é um desafio também que, além da requalificação e da modernização da escola, também ao nível de quadro de pessoal, assistentes operacionais, também ao nível de professores, há desafios que a escola enfrenta e que cabe a nós também dar resposta a eles. Muito obrigado

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Creio não existirem. Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 50 anos da Escola Secundária da Ribeira Grande foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à **Agromariense Coop pela Certificação dos Vinhos "Céptico"**, tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Congratulação

À Agromariense Coop pela Certificação dos Vinhos "Céptico"

A ilha de Santa Maria foi a primeira ilha a ser descoberta, em 1427, mas também a primeira a ser povoada por portugueses. Crê-se que, ainda no século XV, tenham sido plantados os primeiros pés de vinha na ilha.

No entanto, a plantação das vinhas na ilha de Santa Maria, diferenciou-se das restantes ilhas, uma vez que as vinhas foram instaladas nas encostas, desde a baixa-mar até ao topo. Foram "desenhados" na encosta, socalcos de quartéis de vinhas, delimitados por muros de "pedra seca", em inclinações muita das vezes superiores a 45°, sendo por isso designado como uma Viticultura Heroica.

Há mais de 600 anos, que se trabalha a vitivinicultura na ilha de Santa Maria, tendo havido um período em que existiam apenas pequenas produções caseiras de vinho de cheiro e vinho abafado. Esta paisagem vitivinícola é aquela que caracteriza a Área de Paisagem Protegida da Baía da Maia e Área de Paisagem Protegida da Baía de São Lourenço.

Em 2018, através do Programa de Valorização das Paisagens Vinhateiras de Santa Maria, coordenado pelo Município de Vila do Porto, e em parceria com diversas entidades públicas, privadas e associativas, foi efetuada a candidatura pela Agromariense Coop ao Programa Operacional 2020 do projeto piloto "Santa Maria Wine Lab", co-promovido pelo Laboratório Regional de Enologia. O referido projeto, com duração de dois anos, teve como principal objetivo a contratação de um

enólogo e instalação de uma adega de micro-vinificação experimental, com o objetivo de se obter um vinho certificável com Indicação Geográfica Açores.

O "Santa Maria Wine Lab" permitiu cativar os proprietários a voltarem a trabalhar os quartéis de vinha, com todas as dificuldades que lhe são inerentes - inclinação, ausência de maquinaria e dificuldade de mão de obra - cativou novos proprietários, e que todos, de forma excepcional, permitiram não só o cultivo de castas - existentes ou replantação de novas castas - mas também a requalificação das paisagens onde os quartéis se encontram, tendo por isso a vitivinicultura devolvido a beleza às paisagens da ilha de Santa Maria.

Com as vindimas de 2022 e 2023, e através dos seus 30 produtores, foram produzidas diversas vinificações com as diversas castas existentes na ilha, tendo sido dado prioridade às "castas nobres" - Touriga Nacional, Fernão Pires ou Bastardo, mas sobretudo às "castas nobres açorianas" - Verdelho, Arinto dos Açores e o Terrantez do Pico.

Como resultado deste projeto, também ele heroico, com trabalho excepcional de todos os produtores, da Agromariense Coop que de forma incondicional apoiou todos os produtores que se associaram ao projeto, do enólogo André Palma presente no início do projeto, foi possível ao enólogo João Letras submeter a certificação de três vinhos, tendo sido por isso superados os objetivos a que o projeto se tinha proposto. Assim, Santa Maria possui três vinhos certificados com Indicação Geográfica Açores, denominados Céptico - Um vinho branco feito da casta nobre açoriana Verdelho, um vinho branco feito a partir de uvas tintas e um vinho rosé.

Os Vinhos Céptico são o resultado de 600 anos de trabalho árduo, de gente heroica e que nunca desistiu de trabalhar nos quartéis de vinha, de cor negra do basalto, com calor que esta rocha açoriana armazena e que se sente na pele, de frente para o mar, mas também se revê nas excelentes características que definem os três vinhos certificados.

Assim nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PS/A propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um voto de congratulação à Agromariense Coop pela Certificação dos Vinhos Céptico.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento, à Agromariense Coop, aos produtores vitivinícolas da ilha de Santa Maria, ao Laboratório Regional de Enologia, à Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação, à Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, à Associação “Os Amigos da Maia”, à Associação Ilhéu do Romeiro, à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, ao CHAM - Centro de Humanidades, à Sustainazores, à Assembleia Municipal de Vila do Porto e à Câmara Municipal de Vila do Porto.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Rodrigues.

(*) Deputado Carlos Rodrigues (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo.

Dizer que é com muita honra e orgulho que em nome da bancada do Partido Social Democrata comunico que nos associamos a este voto, primeiro porque eleva um grande registo para a ilha de Santa Maria, é sem dúvida uma oportunidade económica que acrescentou ao nível ambiental paisagístico e mesmo até histórico e em segundo porque me sinto parte integrante deste processo tal como é referido no voto.

Como sempre disse é preciso acreditar, foi preciso acreditar, caminhando se faz caminho.

Felizmente que muitos produtores acreditaram e apoiaram este processo desde o primeiro dia, para eles também o merecido louvor.

E proponha, Sr. Presidente, se me é permitido, que onde se diz há mais de 600 anos que fosse alterado para 500 anos talvez, daqui a dois anos temos 600 anos da descoberta de Santa Maria dos Açores. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto de congratulação à Agromariense Coop pela Certificação dos Vinhos Céptico foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é pela certificação nacional europeia com selo de Indicação Geográfica das Violas da Terra dos Açores tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Congratulação

Pela certificação nacional e europeia com selo de Indicação Geográfica das Violas da Terra dos Açores

A cerimónia de certificação das Violas da Terra dos Açores com selo de Indicação Geográfica (IG), teve lugar no Fórum dos Cordofones Tradicionais Portugueses, promovido pela a.Certifica, no âmbito da Feira Internacional de Artesanato de Lisboa, no início do mês de julho.

Num atestado da qualidade da produção artesanal açoriana, a Viola da Terra é, assim, o primeiro produto de construção artesanal dos Açores, de entre as produções artesanais portuguesas, com selo de Indicação Geográfica.

Por conseguinte, José Agostinho Serpa, da ilha das Flores, António Mota, da ilha Terceira, Hugo Raposo da ilha de São Miguel, e Raimundo Leonardes da ilha de São Jorge, são os primeiros artesãos de Violas da Terra a receber o selo de certificação IG.

As Violas da Terra dos Açores, cuja sonoridade singular é característica das músicas populares dos Açores, é dos instrumentos musicais mais antigos das nossas ilhas, sendo que remontam aos primeiros povoadores e que ainda hoje continuam a ser ouvidos nas festas e arraiais pelas nossas ilhas e diáspora. Por via da descontinuidade geográfica, a Viola da Terra assumiu características diferenciadas de ilha para ilha, como seja o número de acordes e parcelas, a afinação, a técnica de execução e diferenças organológicas, a boca em formato de dois corações, redonda, oval ou lira, o braço raso ou em ressaltado e a pá com cravelhal ou leque. Assim, este instrumento musical é concebido pelas mãos de artesãos locais, constitui, por si, uma prova clarividente do que é ser açoriano, nas suas singularidades e semelhanças.

As Violas da Terra representam uma importante função agregadora e popular, seja em arraiais populares, festas profanas ou religiosas, que resiste ao tempo e que importa preservar, seja através do ensino, seja através do incentivo à produção do instrumento. Produção esta que deve ser fiel às características e modelos que existem em cada uma das nossas ilhas e, para tal, o contributo dos artesãos açorianos é fundamental, assim como é a valorização desse mesmo contributo.

Assim, reveste-se de maior importância a certificação nacional e europeia com selo de Indicação Geográfica da Viola da Terra, na medida em que reconhece o valor histórico das Violas da Terra e a qualidade da sua produção, assim como permite a preservação e valorização deste produto artesanal açoriano, cuja produção fica circunscrita ao território dos Açores e aos artesãos açorianos certificados. Tal, também possibilita uma maior proteção dos direitos de propriedade intelectual, a salvaguarda da autenticidade do produto e a própria atratividade e competitividade de artesãos açorianos, incentivando ao fabrico de produtos de qualidade.

Portanto, é um compromisso e uma oportunidade para o Artesanato açoriano, no saber fazer artesanal daquele que é o único instrumento musical típico dos Açores.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

reunida em Sessão Plenária do mês de julho de 2024, a aprovação de um voto de congratulação pela certificação nacional e europeia com selo de Indicação Geográfica das Violas da Terra dos Açores.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à a.Certifica - Organismo de Certificação de Produtos Artesanais Tradicionais, ao Centro de Artesanato e Design dos Açores e aos artesãos José Agostinho Serpa, António Mota, Hugo Raposo e Raimundo Leonardes. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

(*) Deputada Marta Matos (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao presente voto reconhecendo a importância da certificação da Viola da Terra com o selo IG passando a produção certificada deste instrumento musical a estar circunscrita ao território dos Açores e aos artesãos açorianos certificados, no caso e como referido, José Agostinho Serpa das Flores, António Mota da Terceira, Hugo Raposo de São Miguel e Raimundo Leonardes de São Jorge, a quem aproveitamos também para felicitar e saudar.

É assumida a relevância que o Partido Socialista atribui à Viola da Terra enquanto mais típico instrumento musical dos Açores, enquanto símbolo e património identitário da Região, defendendo a necessidade da sua preservação, da sua promoção, da sua divulgação, tanto que na legislatura passada apresentámos uma iniciativa nesta Casa que foi unanimemente aprovada visando entre outros aspetos a implementação de um Plano Regional para a Valorização da Viola da Terra assente na promoção, na divulgação e na criação cultural assente na formação musical dos alunos e dos formadores, assente na formação profissional na arte da construção e do restauro, assente também na inventariação e na disponibilização museológica e digital do acervo patrimonial existente. É esse o caminho que continuamos a

defender, é pela implementação desse plano que continuamos a aguardar e, portanto, associamo-nos naturalmente ao presente voto apelando para que não seja esquecido o muito que ainda falta fazer pela Viola da Terra na nossa Região. Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto de congratulação pela certificação nacional europeia com selo de Indicação Geográfica das Violas da Terra dos Açores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação, também apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, **à atleta Sandra Brum campeã nacional de apneia indoor**, o Sr. Deputado Jaime Vieira tem a palavra.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo.

Voto de congratulação

A Sandra Brum – Campeã Nacional de Apneia Indoor

O percurso de Sandra Brum do Clube Naval de Rabo de Peixe na modalidade de Apneia Indoor é recente, de cerca de um ano e meio, mas preenchido de recordes e superações que mostram a capacidade distinta, o empenho bem-sucedido e a eficiência demarcada da atleta.

Na recente participação no Campeonato do Mundo de Apneia, que se realizou na Lituânia, organizado pela AIDA - Associação Internacional para o Desenvolvimento da Apneia, Sandra Brum conquistou dois recordes nacionais na disciplina de estática e na disciplina de dinâmica, com uma barbatana monofim, com uma distância de 150 metros.

Já no passado mês de junho, na quinta e última etapa do Circuito Nacional de Mergulho em Apneia Indoor, que se realizou em Angra do Heroísmo, a nadadora do Clube Naval de Rabo de Peixe atingiu um recorde nacional na disciplina dinâmica com barbatanas, ao alcançar a marca de 145 metros. No cômputo global da participação nas 5 etapas do circuito nacional, Sandra Brum atingiu um total de 6 recordes nacionais, pelo que se sagrou campeã nacional e venceu a taça de Portugal em Apneia Indoor.

Também no passado mês de fevereiro de 2024, a atleta do Clube Naval de Rabo de Peixe já alcançara a primeira posição na disciplina de apneia dinâmica com bi-barbatanas, com uma marca de 118 metros, recorde este que já foi superado por várias vezes pela mesma nadadora.

Neste percurso vitorioso, Sandra Brum tem garantida a participação na Seleção Nacional de Apneia Indoor, em 2025, num exemplo de que, com força e determinação, se conquistam vitórias e sucessos desportivos ao mais alto nível.

Este crescente e vigoroso percurso pela prática da modalidade da apneia indoor prosseguido de vitórias em vitórias, Sandra Bum enriquece a história do Clube Naval de Rabo de Peixe, enobrecendo a Vila de Rabo de Peixe, em particular, mas todo o desporto açoriano, que importa reconhecer.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária do mês de julho de 2024, a aprovação de um voto de congratulação a Sandra Brum- Campeã Nacional de Apneia Indoor.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à atleta, aos órgãos sociais do Clube Naval de Rabo de Peixe, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Ribeira Grande, à Direção Regional do Desporto e à Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Lúcio Rodrigues faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Peço a palavra para, naturalmente, associar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a este voto, mantendo o registo e coerência daquilo que aconteceu na última Sessão Plenária, onde também nos associámos a um voto deste mesmo teor apresentado pelo CDS-PP.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CDS associa-se a este voto, já no passado mês de junho tivemos a oportunidade de saudar a atleta Sandra Brum pelos feitos alcançados nesta época desportiva e aqui está mais uma participação numa prova de âmbito mundial e bateu mais dois recordes.

Está de parabéns a atleta Sandra, obviamente, a sua equipa técnica, o Clube Naval de Rabo de Peixe, estão de parabéns, é o exemplo de que com esforço e empenho e dedicação, não é por vivermos nos Açores que somos inferiores aos restantes atletas mundiais. E, portanto, muitos parabéns à Sandra.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto de congratulação à Sandra Brum - Campeã Nacional Apneia Indoor foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos aos votos de pesar. O primeiro é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo **falecimento de Jorge Alberto Sousa Silva** tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Faria.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Jorge Alberto Sousa Silva

Jorge Alberto Sousa Silva faleceu no dia 13 de setembro passado, com apenas 65 anos, vítima de doença prolongada. Casado com Maria de Fátima Rebelo Moniz de Sá Silva e pai de Sara Maria de Sá Silva e Jorge Miguel de Sá Silva.

Jorge Alberto Sousa Silva nasceu a 27 de maio de 1958, na freguesia da Fajã de Baixo, onde permaneceu até aos seus 9 anos. Posteriormente, viveu na freguesia de São José, mais precisamente até 1982, ano em que se mudou para a freguesia de Feteiras, aquela que seria a sua freguesia de adoção e onde permaneceu por mais de 40 anos, até à sua morte.

Nestes mais de 40 anos na freguesia, fez da mesma mais do que o lugar onde escolheu viver, para ela contribuiu de diversas formas, tomando parte ativa em diferentes atividades ao nível social, desportivo, político e religioso. Tal facto merece o nosso reconhecimento, a importância do seu papel na promoção da coesão social naquela comunidade traduz bem a sua entrega e dedicação no desenvolvimento da freguesia, bem como no bem-estar da sua população.

Assumi as funções de Presidente do Clube Sport de Santa Luzia numa altura de muitas dificuldades, marcando, de forma especial, a sua passagem pelo clube com a promoção da modalidade de futebol de 11.

Também integrou os Órgãos Sociais da Casa de Povo de Feteiras, durante 16 anos, num trajeto marcado pelo profissionalismo, competência e sensibilidade. Foi um dos fundadores da Irmandade do Império da Festa, com a sua esposa, contribuindo para a construção do Salão e dedicando mais de 20 anos àquela Irmandade.

Na esfera política também contribuiu para a freguesia, primeiramente como membro da Assembleia de Freguesia por vários anos, e, posteriormente, eleito pelo Partido

Socialista como Presidente de Junta de Freguesia de Feteiras, durante 8 anos, entre 1989 e 1997.

Desempenhou o cargo com o Sr. Carlos Brandão, secretário e o Sr. José Eduardo Craveiro, tesoureiro. Desempenhou as suas funções com dedicação, competência e espírito de serviço público, zelando sempre pelo bem-estar e desenvolvimento da comunidade.

Deixou um legado de melhorias significativas, ainda hoje promotoras da qualidade de vida dos habitantes da freguesia. Foi e continuará a ser um exemplo de cidadania ativa e de compromisso com as causas públicas, que sempre nortearam a sua atuação e inspiraram todos os que com ele tiveram o privilégio de colaborar.

Que a memória do Sr. Jorge Alberto Sousa Silva permaneça viva entre nós, inspirando as gerações futuras a seguir o seu exemplo de dedicação e serviço à comunidade. Prestamos homenagem à sua memória e manifestamos o nosso profundo pesar à família enlutada, aos seus amigos e a toda a comunidade da freguesia de Feteiras, que certamente sente a falta de um cidadão tão ilustre e dedicado.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária no período legislativo de julho de 2024, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Alberto Sousa Silva.

Do presente Voto deve ser dado conhecimento à sua família, ao Clube Sport Santa Luzia, à Casa do Povo de Feteiras, à Irmandade do Império da Festa, à Junta de Freguesia de Feteiras e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Sandra Costa Dias. Sr. Deputado José Leal tem a palavra.

(*) **Deputado José Leal (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados.

O Grupo Parlamentar do PSD irá comungar deste voto de pesar, mas queria fazer primeiro uma declaração de interesse, a pessoa em causa é da minha família direta praticamente, o que significa que na minha família temos presidentes de junta do PS, do PSD, o que demonstra a democraticidade que existe, ainda bem que é assim. Tinha que dizer isso, portanto, mas é uma pessoa que estava acima dos partidos, estava acima de tudo o que é as tricas mundanas político partidárias que neste momento predominam, infelizmente, muitas vezes a nossa vida quotidiana política. Era uma pessoa de trato fácil, de sorriso fácil, foi meu colega também de Câmara durante quase duas décadas e portanto, era o chefe dos calceiros, uma pessoa sempre que facilitava, era um operacional, era um homem que não era um burocrata, um tecnocrata, era um homem amigo dos seus trabalhadores daqueles que comandava, orientava e portanto, não podia o PSD, em meu nome particular também tenho que dizer isso, mas também o PSD não podia deixar de associar-se a esse voto de uma pessoa que deu muito à sua freguesia, eu sou testemunha disso, deu muito à sua freguesia, independentemente da sua cor, deu muito ao seu clube, deu muito à Casa do Povo e faz-nos muita falta, é uma referência que vai-nos fazer falta no mundo atual em que os valores e os princípios às vezes são postos de lado. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado José Pacheco faça favor.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para?

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Condução dos trabalhos, se faz favor.

Presidente: Sim Sr., faça favor, tem a palavra Sr. Deputado.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CHEGA deu entrada de quatro votos hoje. Os votos não chegaram à Mesa porque os serviços ou a rede informática desde ontem à noite que está deficiente não está a trabalhar, está com muitas dificuldades. O Sr. Presidente o que me disse foi que não

podia admitir os votos, o erro não é do CHEGA, o erro é dos serviços ou da rede, não é das pessoas, mas da rede.

Assim sendo eu faço um requerimento oral para que os votos sejam imediatamente aceites porque uma vez que o problema não é nosso, o problema foi precisamente informático, caso não seja aceite então nós deixamos, eu desligo imediatamente os meus computadores e nós vamos começar a imprimir pilhas de papel aqui dentro. Se as coisas não funcionam vamos usar o dinheiro para que funcione.

Se não funciona, nós andamos aqui desde ontem à noite sem internet a recorrer aos telemóveis algo está errado, se está errado tem que se corrigir.

Presidente: Bom, Sr. Deputado José Pacheco eu não tenho qualquer informação de falhas nos serviços, eu próprio utilizei os meios esta manhã e não detetei qualquer problema não quer dizer que não exista qualquer problema.

Os votos segundo diz o n.º 2 do art.º 73.º do nosso Regimento: “A intenção de propor qualquer voto é comunicada à Mesa até ao início da reunião”, e, portanto, não foi feita essa comunicação. Mesmo que o Sr. não tivesse os votos inscritos antes do início da Sessão devia ter comunicado, nós temos estes votos e durante a Sessão eles darão entrada, mas estamos a comunicar a intenção, não foram, os Srs. podem ver nos vossos emails, os votos foram rececionados às 10h10 ou às 10h18, e, portanto, eu não posso admitir os votos a não ser que a Câmara toda ela concorde, agora estaremos a infringir o Regimento.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente.

Presidente: Para?

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu não gosto que me chamem de mentiroso porque foi o que o Sr. acabou de me chamar.

Se não trabalhou e se eu tive os serviços informáticos no meu gabinete a tentar reparar as coisas eu não sei qual é a parte que não funciona, se funciona no seu gabinete é porque o seu é melhor que o do CHEGA. Agora não pode é acontecer isto, isto é que não pode acontecer.

Eu faço um requerimento oral para que seja o Plenário a decidir se os votos são admitidos ou não, porque a culpa não foi nossa foi do sistema informático.

Presidente: Eu confirmo não houve qualquer problema na rede informática houve um problema na impressora do CHEGA e o CHEGA foi imprimir aos serviços, como podia ter enviado para a presidência a pedir que imprimissem os votos.

Eu continuo, não vou admitir os votos, e, permita-me, Sr. Deputado, que nós encerremos, porque estávamos na apresentação de um voto e acho que não é correto nós estarmos sobretudo, num voto de pesar, com este episódio que não dignifica. Portanto, eu pergunto relativamente ao voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Alberto Sousa Silva se há mais intervenções? Não havendo vamos votar este voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de Jorge Alberto Sousa Silva foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Próximo voto pesar, também apresentado pelo Partido Socialista, **pelo falecimento do Sr. António Vitorino da Silveira** tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Pesar

Pelo Falecimento de António Vitorino da Silveira

António Vitorino da Silveira, faleceu no passado dia 25 de maio, tinha 66 anos de idade, era pai de dois filhos.

Nasceu na freguesia da Ribeira Seca, na ilha de São Jorge, onde viveu a sua infância, e frequentou o ensino primário, saiu de São Jorge para completar estudos, tendo regressado após a conclusão dos mesmos.

Com 18 anos de idade começou a trabalhar como ajudante na construção civil, posteriormente trabalhou nos correios em Angra do Heroísmo, tendo voltado novamente a São Jorge para trabalhar na Casa do Povo da Ribeira Seca, sua freguesia. Posteriormente foi trabalhar para a Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, quando os mesmos abriram o seu balcão na vila da Calheta, e aqui ficou até aos sessenta e cinco anos de idade, nos últimos cinco anos como gerente.

Como a maioria dos Jorgenses aprendeu e tocou música na Sociedade Filarmónica da Ribeira Seca, foi homenageado por esta sociedade quando fez cinquenta anos de músico. Nesta sociedade filarmónica foi presidente da direção durante alguns anos. Foi também presidente da comissão fabriqueira da paróquia de São Tiago na Ribeira Seca, aquando da recuperação da casa do passal na década de 80.

António Vitorino será, para sempre lembrado, pelo importante contributo que ofereceu aos Bombeiros Voluntários da Calheta, desde a sua fundação em 1978, em 1996 foi nomeado comandante tendo permanecido no cargo até ao ano de 2014.

No desporto também teve um papel ativo, no vólei e no futebol clube da Calheta tendo posteriormente sido treinador.

António Vitorino da Silveira foi também um cidadão ativo na política no concelho da Calheta, tendo exercido funções de vereador no Município da Calheta nos mandatos de 1993 a 1997 e de 2013 a 2017.

O Vitorino, como era conhecido, destacava-se pela sua inteligência, pela sua permanente boa disposição e por uma invulgar e curiosa presença de espírito. Foi um cidadão ativo e participativo em várias áreas da comunidade jorgense.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário a 9 de julho de 2024, aprove este voto de pesar pelo falecimento de António Vitorino da Silveira.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, (mulher e filhos) à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e Junta de Freguesia da Calheta e à Junta de Freguesia da Ribeira Seca.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Silveira faça favor tem a palavra

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo.

O António Vitorino um homem jorgense de gema, um homem de convicções, um socialista convicto, é preciso que se diga, mas sempre muito leal e de um excelente trato para com todos.

Para além deste contributo que deu que em termos profissionais à comunidade Calhetense, à Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, ao contributo que deu na política, mas era um homem que enalteceu a sua vida por três grandes paixões, os seus bombeiros da Calheta, de quem foi comandante e teve muitos anos naquela associação, a atividade cultural, a sua Sociedade de União Popular da Ribeira Seca, onde foi músico mais de cinquenta anos, um homem sempre da percussão da sua filarmónica, sempre muito ativo e fez parte da direção e

também como homem do desporto, com quem tive a ocasião de privar, quer como atleta, quer como treinador.

É um homem que deixa a ilha de São Jorge, o concelho da Calheta em particular, o seu legado e a sua marca indelével de um homem bom que deu o seu contributo cívico à nossa comunidade. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este voto pelo falecimento de António Vitorino, sem dúvida que foi um jorgense ativo, participativo, um cidadão preocupado, preocupado com a sua ilha, preocupado com o seu concelho, ao longo da sua vida participou em diversas instituições desde a área musical na Sociedade Filarmónica da Ribeira Seca, como também a nível desportivo, sendo treinador do Futebol Clube da Calheta, uma pessoa sempre preocupada, sempre que nos abordava trazia sempre alguma preocupação sobre a nossa ilha, sobre o nosso concelho e sem dúvida deixa um legado marcante principalmente nos Bombeiros Voluntários da Calheta sempre ativo por aquela associação, pelos bombeiros, foi comandante quase vinte anos naquela instituição e deixa, sem dúvida, um legado marcado, quer no concelho da Calheta mas também a nível da ilha de São Jorge por sem dúvida ser reconhecido por todos como um cidadão muito ativo, proativo que vai fazer falta à nossa ilha.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de António Vitorino da Silveira foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado. Encerrámos assim a apresentação e votação dos votos. Vamos fazer um intervalo regressamos às 11h40.

Intervalo às 11h18

Os trabalhos recomeçaram às 11h40

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradeço que reocupem os vossos lugares.

Vamos então avançar nos nossos trabalhos? Encerramos os votos. Vamos passar para as declarações políticas. Pede a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para?

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Bom dia, Sr. Presidente para pedir um intervalo regimental de trinta minutos

Presidente: É regimental regressamos ao 12h13 minutos.

Intervalo às 11h42

Os trabalhos recomeçaram às 12h15

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos dar reinício aos nossos trabalhos. Sr. Deputado José Pacheco pede a palavra para?

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** (Dê-me só um segundo que essas cadeirinhas pesadas costumam a afastar).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente há pouco fiz um requerimento oral por duas vezes à Mesa que foi completamente ignorado, e, o que diz o nosso Regimento é que tem que ser no mínimo votado e eu tinha solicitado que fosse aceite por esta Câmara, pelo

Parlamento, os votos que por razões que nos são alheias, que simplesmente não deram entrada na Mesa, porque o serviço informático não está a funcionar, até neste sentido já pedi que todo o todo o material a partir de hoje me seja entregue em papel. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. O requerimento, eu já informei ainda agora e todos nós temos essa informação a que horas é que deram entrada os votos do CHEGA, os nossos trabalhos já estavam a decorrer.

As Sras. e os Srs. Deputados, a Mesa não tem outra comunicação que não seja essa que as Sras. e Srs. Deputados têm, porque os votos nem foram entregues na Presidência em termos físicos, foram entregues por email, não tem qualquer problema, com a data curiosamente de amanhã, não da data de hoje, portanto, todas as indicações que os votos provavelmente seriam para apresentar noutra dia que não hoje, que não têm a data de hoje, nós estamos num período em que já encerramos a apresentação dos votos e ao abrigo do art.º 23.º do n.º 1 alínea d): “Compete ao Presidente pôr à discussão e votação as propostas e os requerimentos admitidos”, portanto o Presidente da Mesa não admite o requerimento e não o coloca à admissão, e, portanto, essa minha decisão tem recurso para o Plenário, mas eu acho que não posso admitir esse requerimento dado esse historial que eu aqui já fiz, dado o encerramento do período de apresentação de votos que nós já fizemos e que íamos passar agora à declaração política. Portanto se o Sr. entender recorre dessa decisão da Mesa para o Plenário.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu penso que fui claro, telefonei ao Sr., estranhando não ter dado entrada, o Sr. justificou e bem que tinha entrado mais tarde e eu expliquei-lhe, entrou mais tarde porque o sistema informático da Assembleia falhou, mas falhou ontem à noite, falhou hoje de manhã, nós não conseguimos enviar, não conseguimos de forma alguma, até inclusive ontem a reunião com o nosso colega que está nas Flores tivemos que o fazer por telemóvel, isto é a verdade e sou eu que a estou a dizer, foi o que aconteceu. O Sr. pode dizer,

eu apesar de tudo não admito os votos, tudo bem, agora dizer que não aconteceu, que não é verdade, é que isto eu não posso admitir sabe porquê? É chamar-me de mentiroso e isso eu não lhe admito. Eu recorro ao Plenário para que os votos sejam admitidos, podem votar a favor ou podem votar contra, mas é um direito que eu tenho porque o processo se engatou e está-se a adiar e nós já estamos noutra questão das declarações políticas a culpa não é do CHEGA, a não ser que isso seja uma perseguição ao CHEGA.

Presidente: Sr. Deputado eu não estou a chamar-lhe mentiroso, eu vou-lhe dar mais uma informação, o Sr. imprimiu os votos esta manhã às 09h50 nos serviços, dou-lhe mais essa informação.

O Sr. recorre da minha decisão de não admissão do seu requerimento é isso que eu quero saber?

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Imediatamente, já o disse aqui!

Presidente: Muito bem. Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra faça favor, para uma interpelação.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, os recursos para Plenário das decisões do Sr. Presidente não são requerimentos orais, sobretudo o requerimento quanto à admissibilidade ou não admissibilidade de alguma proposta. São requerimentos escritos, salvo erro, subscritos pelo mínimo de cinco Deputados. Não tendo sido cumprida esta parte formal, eu não percebo muito bem o que é que nós vamos votar. Muito obrigado.

Presidente: Tem razão, Sr. Deputado, eu já estava a passar por cima dessa parte para não complicar mais, mas é verdade. E, portanto, a Mesa não admite o requerimento do Sr. Deputado. O Sr. Deputado quer usar alguma figura regimental para ultrapassar a questão?

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Não Sr.! A questão está ultrapassada por si próprio, ou seja, foi vedado ao CHEGA a possibilidade, porque o sistema

informático simplesmente não funcionou. Se o sistema informático não funciona é porque o dinheiro está sendo mal aplicado. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado eu não sei qual é a parte que o Sr. não percebeu, o Sr. deu entrada dos votos, o Sr. imprimiu os votos nos serviços às 09h50, ó Sr. eu estou-lhe a dizer que o Sr. imprimiu os votos como é que não trabalhava?

Não, o Sr. está a chamar, mentiroso é aos serviços, que eu tenho aqui a confirmação. Pronto, Sr. Deputado eu não vou prolongar... Sr. Deputado José Pacheco o Sr. para se dirigir a esta Câmara tem que pedir a palavra e colocar-se de pé. Sr. Deputado o Sr. tem uma outra figura regimental que pode utilizá-la e eu vou ajudá-lo, pode pedir um intervalo elaborar o requerimento, subscrever o requerimento e sujeitá-lo a votação ainda lhe dou mais essa oportunidade.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Solicito um intervalo de meia hora, se faz favor.

Presidente: Meia hora regressamos às 12h50.

Intervalo às 12h22

Os trabalhos recomeçaram às 12h50

Presidente: Muito obrigado Srs. Deputados. Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Sr. Deputado Nuno Barata pede a palavra para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. É para pedir um intervalo regimental de quinze minutos.

Presidente: Atendendo ao nosso horário vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço regressamos às 15h00.

Intervalo às 12h52

Os trabalhos recomeçaram às 15h02

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos continuar os nossos trabalhos entrando na agenda da nossa reunião, conforme deliberado na conferência de líderes.

O ponto 1 da nossa agenda será discutido na manhã de amanhã, entramos no ponto dois da agenda - **Anteproposta de Lei n.º 3/XIII – “Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras»**”, é uma iniciativa apresentada pela Iniciativa Liberal, os tempos já estão espelhados nos nossos painéis.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a apresentação da iniciativa.

O Sr. Deputado José Pacheco mantém a intenção de... faça favor Sr. Deputado, tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Se mantenho ou não mantenho era uma questão de perguntar, não é? Agora passar por cima do requerimento que entrou na Mesa é que não me parece a atitude mais correta, mas Sr. Presidente, é o que é, é o que é e já nos acostumamos.

Presidente: Eu acho que o requerimento é absolutamente extemporâneo porque os votos serão apresentados na quinta-feira que é quando há PTAP, e, portanto, eles já estão apresentados e serão discutidos e apresentados nessa altura. E como também lhe expliquei durante a hora de almoço eu já tinha indeferido o seu requerimento para a apresentação dos votos nesta Reunião porque eles não deram início ao abrigo do n.º 2 do n.º 73 até ao início da Sessão e também como lhe expliquei este requerimento que o Sr. deu entrada, o Sr. fez oralmente um requerimento para que os votos fossem apresentados hoje, eu não dei seguimento a esse requerimento, e,

portanto, o que estava em causa era o recurso da minha decisão para o Plenário certo? E, portanto, não é este requerimento que eu tenho aqui na mão, eu tenho um requerimento de admissibilidade dos votos do Grupo Parlamentar do CHEGA que pede que os votos sejam apresentados na Sessão de hoje, isso já foi indeferido, eu mantenho a minha decisão, e, o requerimento como lhe expliquei telefonicamente, que estávamos a aguardar era um requerimento para recorrer da minha decisão. Não é isso que eu tenho aqui e, portanto, eu não posso pôr à votação o que não tenho. Sr. Deputado José Pacheco faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Pois, o problema não é meu, o Sr. é que criou esse problema, o problema é dessa Assembleia, é dos serviços é da rede informática, é do que o Sr. quiser, mas o Sr. diz que é mentira, que não aconteceu, eu mantenho que é verdade. Já não faz sentido nenhum o requerimento, como é óbvio, nós não agora não podemos falar dos votos, obviamente, mas o Sr. não me disse à hora de almoço conforme acabou de dizer que o requerimento estava mal feito o Sr. acabou de, aliás de fazer algo que não devia ter feito, passou por cima sem me ter informado e eu questioneei sobre o requerimento, o requerimento já não faz qualquer sentido nós já sabemos obrigado. A parte de ter passado por cima sem qualquer explicação ao CHEGA é que eu não percebi, podia ter dito, mas não disse, não disse à hora de almoço, não disse, o Sr. acabou de dizer, mas não me disse, podia ter dito olhe o requerimento não era este não tem qualquer validade, é o que é Sr. Presidente, haja saúde e vamos ver daqui para a frente como é que a coisa corre. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu não posso é deixar que o Sr. ponha uma nódoa sobre os serviços desta Casa. Os serviços desta Casa foram impecáveis consigo, detetou o problema ajudou-o a resolver o problema, eu tenho aqui as horas e os segundos em que os serviços lhe imprimiram os votos para que o Sr. pudesse entregá-los na Mesa, e, portanto, os serviços não têm culpa nenhuma dessa questão.

Bom vamos dar continuidade...

(*) **Deputado José Pacheco (CH)**: Sr. Presidente, uma interpelação, já agora.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH)**: Eu peço desculpa Sr. Presidente, eu não acusei os serviços, acusei a rede informática que está deficitária há meses, foi isso que acusei, inclusive paguei do meu bolso, tenho aqui um aparelho que me permite. Eu não quero alongar mais essa discussão, o Sr. quer pôr a coisa nestes termos, ponha, mas os serviços ficam a saber que eu nunca acusei, que até são pessoas que eu tenho o maior respeito pelo esforço que eles fazem. A rede não funciona algo está mal, mas já não está mal hoje, está mal há meses. O Sr. quis emendar a mão e quis fazer a história ao seu jeito, isso é que não é permitido porque jamais iria acusar pessoas que se esforçaram para imprimir para que chegasse aqui e chegou aqui às dez horas eu tinha. Agora foi o que aconteceu, agora se não conseguimos ter atempadamente a rede informática é porque se calhar temos que fazer um investimento de uma rede informática como deve ser e deixar de fazer outro tipo de coisas. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu não vou continuar essa sua discussão consigo porque já percebi que não vale a pena, é isso mesmo não vale a pena, infelizmente.

Vamos dar continuidade à nossa agenda com a - **Anteproposta de Lei n.º 3/XIII – “Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras»**”, apresentada pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a apresentação da iniciativa. Faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu não me vou alongar sobre a apresentação desta iniciativa, ela já foi apresentada duas vezes neste Plenário, a iniciativa como sabem foi aprovada por unanimidade com propostas de alteração na última legislatura, estive na Assembleia da República

em sede de Comissão, entretanto por via da dissolução da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, as antepostas de lei caem na República, e, portanto, nós trazemos aqui de novo essa primeira alteração à Lei n.º 72/2019, que em boa altura veio a esta Casa para resolver alguns dos problemas que têm quer os proprietários quer os benfeitores.

Nessa nossa segunda proposta de alteração, e, que pretendemos ver também aprovada por unanimidade, acolhemos as propostas de alteração que foram introduzidas pelos outros partidos e que foram aprovadas nesta Casa apesar do voto contra da Iniciativa Liberal à proposta inicial da nossa Representação Parlamentar. Isto para obviamente evitar que voltássemos aqui à discussão que tivemos há dois anos e assim tornarmos mais célere esse processo, processo esse que já agora devo dizer que depois de aprovado, que eu espero seja aprovado, e, antes de qualquer declaração de voto eu pedirei uma interpelação à Mesa para sugerir que votemos o pedido da sua urgência depois de ser projeto de lei da tramitação na República porque é assim que tem que ser, primeiro tem que ser aprovado, tem que ser transformado em projeto de lei e depois ao abrigo do nosso Regimento e da Constituição da República Portuguesa ser pedida a urgência, a tramitação urgente na Assembleia da República até porque não sabemos quanto tempo ela vai demorar mais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Francisco Lima tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O CHEGA identifica-se com essa proposta acima de tudo porque introduz uma palavra muito importante na administração e na legislação – simplificação. E o que é que nós temos aqui? Nós temos aqui mais uma vez um Plano Pormenor que deveria ter entrado em vigor ou ser executado em dois anos e as autarquias não conseguem, e, como isto é um caso, como é o caso dos PDM's, como é o caso da legislação atroz

que temos em Portugal que temos nos Açores e que continuamos sempre a acrescentar burocracia e problemas até onde não existem e isto é a prova de que o Estado falha criando leis que ele próprio não consegue cumprir.

E neste sentido isto vem resolver um problema que esperamos que a República acolha a proposta neste caso da Iniciativa Liberal e que nós nos identificamos totalmente porque desde o início dessa legislatura temos alertado e está claro no nosso programa eleitoral o excesso de burocracia e que as leis têm que ser mais simples e que resolvam efetivamente os problemas e não que compliquem e que sejam um entrave quer ao desenvolvimento económico quer à resolução dos problemas que as pessoas diariamente têm e que precisam que sejam acolhidos nomeadamente por esta Casa. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor Sr. Deputado.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Esta é de facto uma situação que é absolutamente anacrónica, que é de alguma forma penosa e obsoleta, penosa para as pessoas envolvidas e obsoleta e que urge ser resolvida.

As pessoas e o legislador cá estará para resolver as situações que não estão bem resolvidas e necessitam de resolução mas devo dizer Sr. Deputado Nuno Barata que relativamente às recomendações feitas aquando da primeira apresentação não seguiu as sugestões que foram inteiramente aqui trazidas, designadamente pelo Partido Socialista, quando de alguma forma tentou explicar a razão do erro que enferma esta proposta na eliminação da condição suspensiva, e, isso mantém-se, mantém-se igual e as pessoas têm que perceber que sendo o direito de propriedade o direito pleno que

admite seguramente restrições ou compressões desse mesmo direito seja por via de um contrato de arrendamento, de um comodato, de uma hipoteca, de um usufruto e também por via deste direito protestativo que aqui estamos a tratar, tem que ser uma coisa feita ao abrigo do princípio da proporcionalidade e também da adequação, e, no fundo o que a eliminação desta condição suspensiva vem fazer é retirar às autarquias a pressão que é necessária para que, utilizando do meio e adequado que elas têm para que a elaboração dos planos pormenor, não é?! Promover a preservação, persecução do interesse público e do ordenamento do território. Sendo assim o que se passa é que as autarquias vão deixar de fazer os planos de pormenor porque não sentem essa pressão e com isso nós não podemos concordar e discordamos frontalmente tanto agora como dissemos na altura e, portanto, não é inteiramente verdade aquilo que disse relativamente às correções.

No entanto é bom que se diga e é bom que se perceba e também que por isso deixava uma pergunta ao Governo Regional para se perceber quantos pedidos é que o Governo recebeu de elaboração de contratos ARAL, quantos é que foram pedidos pelas autarquias, para colaboração no âmbito da elaboração dos planos de pormenor, e, portanto, para perceber o que é que estamos a analisar.

Contudo Sr. Deputado é bom que se perceba que tem aqui o mérito de abolir e simplificar, como dizia também o Sr. Deputado do CHEGA, simplificar e desburocratizar no sentido de tornear a lei no caso da ausência de planos pormenor com recurso à regularização extraordinária para os imóveis, tem o mérito de evitar que a obrigatoriedade de se poder fazer apenas um destaque a cada dez anos. E, portanto, nós aí estamos consigo e acompanhamos, mas não podíamos deixar de dar essa nota porque parece-nos que é uma posição que, dita como disse, não espelha muito fielmente aquilo que nós defendemos e que preconizamos que dissemos antes e continuamos a dizer agora. Muito obrigado

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Antes de mais fazer um curto enquadramento sobre a nossa posição com esta proposta que, como disse o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, já nos tinha trazido a esta Casa na anterior legislatura, e, com a dissolução, naturalmente caducou e achamos bastante pertinente que a traga novamente também já de uma forma mais balizada ou seja nós abstivemo-nos numa alínea da anterior, aliás votamos contra uma alínea da proposta anterior e neste momento temos a concordar no global com a proposta toda.

Contudo, Sr. Deputado Nuno Barata devo lembrar que a proposta anterior não foi aprovada por unanimidade nesta Casa, foi com a abstenção do Partido Socialista exatamente pelas dúvidas que explanou, desta vez o Sr. Deputado João Vasco Costa, lembramo-nos perfeitamente da discussão do Sr. Deputado Vasco Cordeiro na altura sobre esta matéria, mas estamos convictos e mantemos a mesma posição de que esta proposta, e, ao contrário do que diz o Sr. Deputado João Vasco Costa na sua visão completamente legítima, mas nós temos um entendimento diferente, ela facilita e faz com que as câmaras municipais possam de facto fazer os destaques necessários sem um hiato temporal que seja de dez em dez anos e também é bom recordar que esta lei a 72/2019 foi aprovada exatamente em 2019 por um período de dez anos e que já estamos em 2024, e, portanto estando em vigor até 2029 convém que estes processos sejam mais céleres e mais facilitados e que se dê também às Câmaras Municipais nesta matéria o auxílio técnico de que possam eventualmente necessitar para resolver estes problemas.

Nomeadamente em Vila Franca do Campo, e, Sr. Deputado Flávio Pacheco peço-lhe imensa desculpa eu ia dirigindo-me a si, assim que tomasse palavra neste Plenário, seja bem-vindo, desejo-lhe um excelente mandato e é sempre bom ver mais um vilafranquense nesta Casa apesar de estar num partido diferente do meu, mas com toda a certeza defenderá o melhor que souber todos os açorianos e em particular todos os vilafranquenses, dizendo que em Vila Franca do Campo nós temos um problema destes na Ribeira das Tainhas e de facto têm sido reunidos alguns esforços para que se possa resolver esta matéria e infelizmente têm sido até agora infrutíferos, não tem havido grandes passos no desenvolvimento deste problema e esperamos que com esta alteração de facto seja um processo mais ágil mais facilitado e que a ilha de São Miguel fique então de uma vez por todas entre aspas “limpa” destes problemas e também é de sinalizar que o próprio Conselho de Ilha de São Miguel deu um parecer positivo e de encorajamento à própria iniciativa. Para já é só. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra agora o Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, Sr. Deputado.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PPM manifesta o seu apoio à anteposta em discussão, que visa alterar o regime jurídico da regularização dos "chãos de melhoras". A proposta agiliza o processo em causa.

A Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro, introduziu mecanismos para regularizar a posse e uso de terrenos, permitindo a sua aquisição e melhorias neles realizados.

No entanto, obstáculos burocráticos diversos e a dependência dos planos de pormenor em relação às câmaras municipais, têm atrasado a regularização destes processos e prejudicado os proprietários.

A proposta em discussão tem como objetivo simplificar procedimentos, reduzir a burocracia e ajudar os cidadãos, que se encontram no contexto em causa, a regularizar as suas propriedades mais rapidamente. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A regularização dos Chãos de Melhoras que se situam, na sua grande maioria, na ilha de São Miguel, é de facto um assunto que pela, julgo eu, pela terceira vez debatemos nesta Casa, pelo menos nos últimos anos e que urge avançar, e, tudo indica de acordo com as audições que se fizeram na legislatura passada na sequência da iniciativa da Iniciativa Liberal, que há constrangimentos a que esse processo avance e que se resolva de uma vez por todas, este anacronismo que persiste nos Açores e que não tem efetivamente razão de continuar nos dias de hoje. As dificuldades em elaborar planos de pormenor que se verificam são dificuldades que de facto temos alguma, passo o pleonismo, dificuldade em entender, como temos dificuldade em compreender que outros planos de ordenamento território também se concretizem com a rapidez e nos prazos que são devidos. Todavia também não podemos deixar de ser sensíveis à necessidade, à urgência, aos problemas que esta situação, que o arrastar desta situação ao longo de décadas e neste caso mais de cem anos, não é?! Estamos a falar já de situações que vêm do século XIX, significam para as pessoas, para quem quer decidir da sua vida, decidir o que fazer e onde morar, vender, comprar, fazer obras, tudo isso significa um constrangimento muito sério na sua vida.

E por isso resolvidas outras questões que existiam na proposta inicial da Iniciativa Liberal que nos levaram a ter algumas reservas relativamente à proposta, mas que tendo elas sido integradas na anteposta de lei que agora debatemos os problemas mais graves que encontrávamos foram resolvidos e foram ultrapassados.

Nesse sentido, tendo uma outra reserva relativamente à proposta, nós não deixamos de concordar com a urgência em resolver o problema, com a urgência de enviar esta iniciativa para a Assembleia da República e acima de tudo com a urgência em resolver o problema das pessoas e nesse sentido a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda votará favoravelmente a iniciativa. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Esta proposta da Iniciativa Liberal sobre um regime jurídico de regularização do Chão de Melhoras é uma proposta pertinente, é uma situação que se arrasta, como também já foi dito neste debate, há cerca de um século, provoca constrangimentos quer aos proprietários das casas quer aos proprietários dos terrenos e, portanto, já se percebeu que a legislação que está em vigor não facilita o processo de legalização e de regularização destas situações. E, portanto, é uma proposta que vem agilizar e desburocratizar o processo de legalização sobretudo o bloqueio que existe com a regra dos dez anos para que seja executado cada destaque. Ora essa regra vem inviabilizar a legalização nas benfeitorias ou a legalização do processo de aquisição das casas ou dos terrenos onde as benfeitorias estão edificadas.

E, portanto, vamos votar favoravelmente esta iniciativa da Iniciativa Liberal, passando aqui o pleonismo da coincidência de nomes, porque estamos convencidos que desta maneira vamos conseguir facilitar todo este processo e procuramos resolver de uma vez por todas uma situação que já se arrasta há demasiadas décadas

e, portanto, acabar de uma vez por todas com esta situação na nossa Região. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Neves faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PAN vai votar favoravelmente exatamente como fez na legislatura anterior. Estamos a falar de uma reivindicação bastante antiga e da qual tem que ser solucionada à letra da lei. E também tem uma forma de responder e tendo em conta o atual contexto da crise habitacional que poderá também dar uma pequena ajuda, mas mais do que tudo esta anteposta de lei da Iniciativa Liberal quer sem dúvida colmatar aquilo que será uma injustiça tanto aos proprietários como da próprio benfeitoria de quem estava a ter o usufruto desses terrenos.

Por isso não havia outra forma do que votar favoravelmente esta iniciativa. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Sabrina Furtado faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu há pouco disse uma coisa que foi um lapso e estranhei alguns colegas nesta Casa estarem assim a fazer que não com a cabeça e fui ver o que era e realmente eu expressei-me mal num pormenor, nós concordamos com a revogação do prazo do vigor da lei até 2029, e, eu de facto expressei-me mal e gostava de clarificar, portanto os dois pontos que a Iniciativa Liberal propõe na alteração a esta lei nós concordamos com os dois. Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Apenas para reiterar a pergunta que fiz há bocadinho, não sei se o Governo dispõe ou não dessa informação, mas parece-nos importante em função daquilo que nos parece ter sido ou em função da resposta que o Governo der sobre os quantos pedidos é que teve de colaboração no âmbito da cooperação do poder regional/poder local para a elaboração dos planos de pormenor essa era uma informação pertinente, julgamos nós, para que se consiga ou presumir ou afastar o laxismo que as autarquias tiveram levando a que a eliminação exatamente desta condição suspensiva venha facilitar esse laxismo e, portanto, as autarquias deixam de ter aquela pressão que as pessoas que estão envolvidas nessas situações por todos ditos anacrónicas, exigiriam que as câmaras de alguma forma dessem o passo à frente e elaborassem os planos de pormenor. Ora não foi isso que fizeram até agora, entretanto como foi bem lembrado de 2019 os dez anos acabam em 2029, havendo condições suspensiva assim não seria e, portanto, nós achamos que era importante perceber e ouvir do Governo a resposta a essa pergunta que fizemos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu vou tentar acudir ao Governo...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não precisa de acudir!

O Orador: ... na resposta a esta pergunta do Sr. Deputado João Vasco Costa que é também uma espécie de resposta à sua intervenção inicial.

Não há pedidos de nenhuma autarquia nomeadamente daquelas que mais têm casos desses que são Ribeira Grande, Vila Franca e Ponta Delgada e não há precisamente porque as autarquias não têm condições nem capacidade para elaborar esses planos

de pormenor. Daí a pertinência desta iniciativa e a desnecessidade de se manter essa obrigação de se fazerem esses planos de pormenor, que esses planos de pormenor só vão servir para regularizar estas situações, não vão servir para mais nada, absolutamente nada.

E este diploma se as pessoas foram bem informadas da sua existência, se os lesados, aqueles que querem regularizar as suas situações tiverem bem cientes do que podem fazer não precisam de planos de pormenor para coisíssima nenhuma para regularizar a situação que têm para regularizar. Mas eu entendo que haja quem entenda importante a existência destes planos pormenor não tenho nada contra, eu acho é que é fazer trabalho que não é preciso ser feito, é uma questão de agilizar ou não os processos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estevão*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Em relação à questão que nos foi colocada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a informação que tenho é que não foi realizado nenhuma solicitação para o efeito descrito por V. Exa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Agradeço a resposta dada pelo Governo à pergunta solicitada, pergunta essa que efetivamente pretendia confirmar se existia ou não de alguma forma, no nosso entendimento foi laxismo...

Deputado Nuno Barata (*IL*): É o vosso entendimento, não é o meu.

O Orador: ... por parte das autarquias e não entendo Sr. Deputado Nuno Barata, uma coisa é certa, os planos de pormenor não são coisas de somenos importância,

aliás as autarquias têm ao seu dispor um meio que promove e prossegue o interesse público do ordenamento do território. E portanto nós não podemos, no nosso entendimento, entendemos que esse meio de promover o interesse público de proteção e de ordenamento do território não podemos estar a convidar as autarquias a não o fazerem porque, sei lá porquê ou porque dizem que não têm meios, mas o que está na lei de 2019 é que existe a possibilidade de colaboração quer técnica quer financeira com as autarquias para promover esses planos de pormenor e portanto no nosso entendimento isso é um elemento importante e é determinante e portanto era só isso.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu primeiro devo dizer que nesta fase do debate fico um bocadinho surpreendida por ver o Partido Socialista a acusar as câmaras municipais dos Açores de laxismo nesta matéria, quando nós estamos perante uma lei que é limitadora das ações das próprias câmaras municipais em relação a esta matéria.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Se a própria lei limita o poder de ação no hiato temporal de dez anos para cada destaque, as próprias câmaras municipais ficam limitadas na sua ação e se calhar não encaram estes problemas da forma como poderiam encarar sabendo que com a aprovação desta anteposta, sendo aprovada, deixarão de ter este fator que as limita de facto na sua ação.

E, portanto, também nunca pensei chegar aqui e assistir, por ideologia, o Partido Socialista...

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... a preferir uma lei limitadora do que uma lei que dá liberdade às câmaras municipais para nos seus concelhos, nos seus municípios fazerem de facto

os planos de pormenor, os destaques com o seu tempo, recorrerem à ajuda técnica se assim for necessário e resolverem de uma vez por todas os problemas destas pessoas que eles sim, eles sim têm recorrido bastante às câmaras municipais...

Deputado João Vasco Costa (PS): O que é que têm feito as câmaras?

A Oradora: ... e sei infelizmente o que estou a dizer porque tenho auxiliado alguns e acredito que o Sr. Deputado Flávio Pacheco também o faça, sempre falando do problema que há em Vila Franca do Campo especificamente, que depois recorrem à câmara municipal, mas a própria câmara municipal não tem instrumento legal suficiente para tratar de todos estes problemas ao mesmo tempo. E o que propõe aqui a Iniciativa Liberal é que seja dada essa liberdade para que as câmaras municipais possam de facto encarar este problema como um problema prioritário.

Quartar ou continuar a quartar a liberdade de ação das câmaras municipais não creio ser uma boa estratégia. Obrigada.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, a Sra. Deputada. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sem querer prolongar o debate muito mais eu devo dizer da mesma forma que disse aqui há dois anos quando a iniciativa veio pela primeira vez que o mérito desta iniciativa tem um mérito anterior que é o mérito do Partido Socialista que em 2019 trouxe uma iniciativa na tentativa de resolver este problema vetusto nesta Casa.

E eu percebo até a preocupação do Partido Socialista em manter aqui uma parte daquilo que foi a sua a proposta inicial e que tem a ver com os planos de pormenor, planos de pormenor esses que estavam previstos especificamente para Chãos de

Melhoras, não eram instrumentos de ordenamento território eram instrumentos de ordenamento de território *minimis*, perdoem-me a expressão que eram só para resolver esse problema, não são planos de pormenor para resolver grandes problemas do ordenamento do território, estava bem específico que eram só levantamentos específicos de casos de Chãos de Melhoras nos concelhos da ilha de São Miguel. Ora ninguém melhor do que os proprietários sabe quem é e o que é que quer fazer com o Chão de Melhoras ou com as melhorias que foram feitas naquele chão, são eles que sabem, não têm que ser as câmaras a saber nem as câmaras têm que meter a vida nisso, as câmaras estão é limitadas a regularizar aquelas situações por duas legislações e, neste caso, o que isto vem permitir é que as câmaras de uma vez por todas permitam os destaques sem se ser obrigatório esperar dez anos destaque a destaque ponto final.

Os planos pormenor aqui não fazem falta nenhuma com o devido respeito apesar de eu compreender que o Partido Socialista queira mantê-los aqui, estão no seu direito até podem votar contra a proposta, agora uma coisa é certa não são instrumentos de gestão do território porque eram específicos para Chãos de Melhoras e eu também percebo que o Partido Socialista foi um rei useiro e vezeiro a fazer planos e mais planos e mais planos, alguns deles todos nós sabemos que nunca serviram para coisa nenhuma e se alguma coisa, se teve grandes vantagens a iniciativa do Partido Socialista em 2019 e eu já me fartei de elogiá-la, teve precisamente este problema que foi o Estado a querer saber tudo ao pormenor e foi o facto de o Estado querer saber tudo ao pormenor que levou que até agora só para aí 5 % dessas situações tenham sido regularizadas.

E o que nós estamos a propor é precisamente simplificar isto tudo, resolver isto tudo porque aqueles planos de pormenor, específico que estava na legislação de 2019 no dia a seguir ao assunto estar resolvido eram para meter no lixo apesar de ser o Governo a pagar às autarquias, as autarquias, quando eu falo de meios, não são meios financeiros, isso é para o Partido Socialista que é habituado a pôr dinheiro em cima

dos problemas, não! São meios técnicos, são meios de pessoal, são até meios de saber as propriedades de quem são, porque as autarquias, tal como os cidadãos comuns, hoje em dia, não têm acesso a muita da informação que está reservada às finanças, está reservado ao cadastro e que não pode ser divulgada. Há muita situação dessas que só as pessoas que lá vivem, só as pessoas que são proprietárias é que sabem o que é que têm e mesmo assim às vezes nem essas.

Portanto, os planos de pormenor neste caso não faziam falta nenhuma, aliás foram aquilo que condicionou que essa iniciativa que eu já elogiei e volto a elogiar do Partido Socialista em 2019 não tenha tido as consequências que se desejava que tivessem.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu peço a palavra para participar neste debate, e gostaria de começar por reconhecer que todas as propostas de alteração e, nomeadamente, esta que a Iniciativa Liberal apresenta a esta Assembleia, é uma proposta - dou isso de barato -, visa facilitar a vida ou pretende facilitar a vida aos cidadãos que estão nesta situação, sejam eles proprietários das benfeitorias, ou proprietários dos terrenos.

Em segundo lugar, clarificar algumas questões que me parecem não estar devidamente clarificadas nas intervenções que me antecederam. Não é verdade que os planos de pormenor fossem apenas aplicados a estas habitações. Não é isso que está na lei na lei de 2019. Os planos de pormenor referem-se a zonas em que essas habitações estão incluídas, mas não há nada na lei que diga que os planos de pormenor se aplicam apenas a estas situações.

Esse aspeto parece-me fundamental ser clarificado para se entender aquilo que, no fundo, corresponde, e, eu acho que, por dever de consciência, devo partilhar estas reservas, na qualidade de Deputado Regional, com este Plenário e com esta Assembleia, é que me parece que esta proposta de alteração, apesar das suas boas

intenções, pode ter exatamente o efeito contrário daquele que o seu proponente pretende e que esta Assembleia pretende.

Do ponto de vista prático, o que esta proposta de alteração significa é que desaparecem os planos de pormenor da solução destas situações!

Vamos ser claros! Obviamente que desaparecem, porque, apesar de uma das alterações que se propõe, referir que “na impossibilidade ou na ausência de plano pormenor”, obviamente que o que passará a existir são duas maneiras de resolver esse assunto: ou por recurso à legislação que prevê a regularização de áreas urbanas de génese ilegal ou através da regularização de edificações ilegais. Em qualquer um destes cenários, a quantidade de trabalho burocrático que, com esta alteração, se descarrega em cima dos particulares é absolutamente espantosa e constituirá um dos meios pelos quais eles serão condicionados, impedidos e verãõ dificultado o recurso a esse direito protestativo, porque obviamente não é pelo facto de se prescindir de um plano pormenor que o particular pode resolver esse assunto, diz-se que ele pode fazê-lo de duas formas, ou através da regularização numa área urbana de génese ilegal ou através da regularização de habitações. Mesmo considerando que a legislação de 2019 isenta o pagamento de taxas nas câmaras municipais, emolumentos e tudo mais, para recorrer a cada um desses mecanismos o particular tem que ter custos na elaboração de projetos, se for no caso da regularização de uma edificação que não esteja regularizada na câmara municipal, tem que recorrer a um gabinete de arquitetura, tem que preparar um projeto de arquitetura, tudo isto tem custos para o particular que vão dificultar ainda mais do que a atual legislação aquele que é o recurso à regularização dessas situações. Porque é preciso ter clara uma coisa, não basta que ele tenha o direito protestativo é preciso que ele recorra a ele, e, um particular, seja ele proprietário do terreno ou proprietário da edificação, que para regularizar esta situação se vê confrontado com a necessidade de desencadear ou um ou outro desses processos, tendo em conta a carga burocrática que esta proposta de

alteração do Iniciativa Liberal descarrega em cima dos particulares, esse particular sentirá isso como um fator desincentivador da regularização destas áreas.

Porque razão é que são importantes os planos de pormenor? Porque a legislação não serve apenas os interesses particulares, a legislação não serve apenas o interesse do particular, seja ele proprietário do terreno ou da edificação, ver resolvido o seu assunto. Ao exigir o plano de pormenor, ela serve também um interesse público de regularização urbanística daquela área, de ordenamento do território daquela área, e, a opção que foi tomada na legislação de 2019, e, que está em vigor neste momento, é que a principal entidade que deve impulsionar a resolução desta situação, por via do plano pormenor, é uma entidade pública, são as autarquias locais que devem ajudar a resolver esta situação.

Mas se a proposta de alteração é má para os particulares, também não é melhor para as autarquias locais, porque aquilo que vai acontecer é que, numa situação em que um plano de pormenor de uma autarquia local poderia resolver dez, vinte, trinta situações que estivessem abrangidas no âmbito de um plano de pormenor o que passaremos a ter, é que por exemplo, no recurso às área de regularização de edificações, a câmara municipal terá que decidir individualmente cada um desses casos e isso também acarreta mais trabalho administrativo e mais carga burocrática para as próprias autarquias locais.

E, portanto, resumindo, não se põe em causa a intenção e o objetivo desta proposta de alteração, mas eu acho que devo partilhar com a Câmara que, na minha leitura, ela poderá ter o efeito exatamente contrário àquele que pretende.

Primeiro, vai desincentivar ainda mais a resolução desta situação porque descarrega em cima dos particulares bastante trabalho burocrático e transfere para estes o impulso do processo que, até este momento, estava a cargo das autarquias locais. Em segundo lugar, vai dificultar a resolução deste assunto porque vai acarretar também mais trabalho para as autarquias locais que, em vez de resolverem através

de um único plano pormenor um conjunto de situações, terão que a partir de agora resolver individualmente cada uma dessas situações.

Nessa componente de prescindir dos planos de pormenor esta é uma proposta que poderá ter o efeito exatamente contrário àquele que o seu proponente pretende e que por todos nós aqui já foi salientado e reconhecemos. O que é que é preferível? Talvez seja preferível analisar com maior detalhe, eu recordo da intervenção do Sr. Secretário Regional do Ambiente, que é aliás o mesmo titular, quando a anterior proposta foi analisada em Comissão e que deu conta que da parte do Governo Regional há e tem havido efetivamente toda a disponibilidade, para ajudar.

É preferível detetar quais são as situações que são fatores de bloqueio para as autarquias locais e incidir aí o esforço que seja necessário, do que propriamente prescindir do plano pormenor que poderá ter o efeito exatamente contrário.

Esta proposta de alteração não desburocratiza, não simplifica ou melhor para ser mais rigoroso, pondo essa carga de trabalho burocrático nas costas dos particulares, sejam eles os proprietários dos terrenos ou os proprietários das benfeitorias. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

De facto, tivemos aqui um *déjà vu*, também me lembro da discussão que tivemos na última vez com esta matéria e de facto das duas vezes e não foi diferente o registo agora, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, também em relação a esta matéria, prefere alarmar as pessoas, pô-las em sobressalto, do que de facto concordar que o que a Iniciativa Liberal aqui propõe é que não haja apenas um caminho para resolver este

assunto, mas que seja dado uma alternativa ao outro caminho. Portanto, há de facto dois caminhos para resolver este assunto, ou através das câmaras municipais ou através dos particulares, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e, neste momento é tanta, já é tanta a carga burocrática com esta matéria que naturalmente um privado que queira ver efetivamente resolvido o seu problema através desta alteração o que ganha é mais uma alternativa para que independentemente possa resolver o seu processo, e, tenho que passar a mensagem de que não vale a pena estar aqui a alarmar ninguém porque a única coisa que esta proposta nos traz é a abertura de novos caminhos, de alternativas e de liberdade, tanto a privados como às câmaras municipais, para resolverem os problemas destes cidadãos. Obrigada.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Não existem mais inscrições? podemos passar à votação?

Vamos então passar à votação desta Anteproposta de Lei.

Vamos votar na generalidade a Anteproposta de Lei n.º 3/XIII – “Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras»”.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta de Lei n.º 3/XIII foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 4 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN e com 21 votos de abstenção do PS.

Presidente: Vamos passar à especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade? Não havendo vamos avançar. Coloco à votação, não posso colocar à votação os quatro artigos? Não?!

Portanto vamos votar o art.º 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O art.º 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o art.º 2.º. Sr. Deputado Carlos Silva, alínea a alínea? Artigo a artigo.

Vamos votar o art.º 3.º da Lei n.º 72/2019 que pretendemos alterar eliminando o n.º 4 do art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 3.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 4 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN e com 21 votos contra do PS.

Presidente: Vamos votar o art.º 6.º da Lei n.º 72/2019 que pretendemos alterar, vamos votar primeiro a alteração do n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 6.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 4 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do IL e 1 do PAN e com 21 votos contra do PS e 1 abstenção do BE.

Presidente: Votemos agora o n.º 3 que é aditado ao art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O art.º 6.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votemos o art.º 2.º do Diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 2.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 4 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN e com 21 votos de abstenção do PS.

Presidente: O art.º 3.º e 4.º posso colocá-los à votação em conjunto? Não. Vamos votar o art.º 3.º do Diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 3.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 4 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN e com 21 votos contra do PS.

Presidente: Votemos agora o art.º 4.º do Diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O art.º 4.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação Final Global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Votação na Globalidade foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 4 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN e com 21 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está assim encerrado este ponto da nossa agenda. Pergunto se há declarações de voto, para uma declaração de voto ou interpelação? Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A minha interpelação vai no sentido de, eu não sei se terá que haver a votação em Plenário ou não ou será apenas uma recomendação à Mesa, se a Mesa tem poderes para isso, pois evita-se este debate e essa votação, mas a minha sugestão é que nos termos do n.º 3 do art.º 156.º do nosso Regimento e por força do n.º 2 do art.º 170.º da Constituição da República Portuguesa seja requerido o processo legislativo urgente na Assembleia da República deste Diploma, sendo que neste momento ele já é Projeto de Lei.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Vamos votar este pedido de urgência na tramitação junto à Assembleia da República.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos com a nossa agenda para o ponto 3 - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII – “Programa extraordinário de integração de trabalhadores precários na Administração Pública Regional”**, é uma iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda que deu entrada de uma substituição integral para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A precariedade laboral é um drama social. A precariedade são vidas adiadas, incerteza e instabilidade. A precariedade é um incentivo a abandonar os Açores, quando precisamos de fixar pessoas.

No tempo atual, que se clama por falta de mão de obra e os serviços públicos sofrem por falta de pessoal, não há motivo algum para se perpetuar a precariedade e o abuso que esta encerra.

Com este projeto de Decreto Legislativo Regional o Bloco de Esquerda pretende fazer justiça a centenas de trabalhadores e trabalhadoras.

Pessoas que garantem o funcionamento de serviços públicos.

De escolas, de centros de saúde, de vários serviços da administração pública regional.

São trabalhadores com contratos de trabalho a termo, falsos recibos verdes, vários tipos de programas ocupacionais, bolseiras ocupacionais nas escolas, entre outros.

Os nomes e características das várias formas de precariedade têm por vezes o limite da imaginação.

Extinguiram-se programas ocupacionais, mas criaram-se outros.

Certamente que num passado recente, com níveis de desemprego mais elevados, o número de trabalhadores ao abrigo deste tipo de programa era muito superior nos Açores.

Mas o problema está longe de ser residual. Há 1668 trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais de inserção socioprofissional, como se designam oficialmente nos Açores

Há 1635 ao abrigo de estágios, segundo os mais recentes dados da Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego.

Hoje, por exemplo nas escolas, proliferam os assistentes operacionais ao abrigo do programa de estágio “Estagiar+”.

Na verdade, de estagiários não têm nada, são assistentes operacionais como os outros nas funções, mas diferentes nos direitos.

A estes acrescem mais de uma centena de bolseiros ocupacionais, que nas escolas apoiam em permanência e ao longo de todo o percurso escolar, crianças com necessidades educativas especiais.

Neste momento não há escola inclusiva sem eles. Arrisco-me a dizer que não haveria escola de todo, porque sem essas e esses trabalhadores, essas crianças não teriam condições de frequentar a escola.

Têm apenas direito a um tipo de vínculo, especialmente perverso e injusto, que não garante sequer salário 12 meses por ano, sendo descontadas as interrupções letivas no seu vencimento.

A 31 de março de 2024 existiam 2303 trabalhadores com contratos a termo na administração pública regional, segundo números da direção geral da administração pública.

Só os contratos a termo representam 11,4% do total de trabalhadores da administração pública regional.

Há 180 trabalhadores em regime de prestação de serviços e avença, os chamados recibos verdes, na administração pública regional, segundo números do governo.

Se somarmos todos os vínculos precários referidos, estamos a falar certamente de muito mais de 3000 trabalhadores precários na administração pública regional.

É impossível que todos estes trabalhadores sejam apenas necessidades transitórias.

Os números só confirmam a realidade que encontramos nos vários serviços públicos.

Com esta proposta pretende-se que as necessidades permanentes sejam efetivamente identificadas, com a intervenção dos próprios representantes dos trabalhadores, e que os trabalhadores as preencham, integrados através de um processo extraordinário.

Estes trabalhadores querem trabalhar.

Não querem apoios que chegam com a pesada contrapartida da incerteza.

Querem trabalho, direitos, estabilidade e segurança para quem garante serviços públicos a funcionar.

Encontramos ao longo dos últimos meses situações dramáticas.

Trabalhadores que percorrem um calvário de sucessivos programas de emprego ao longo de anos.

Veja-se um exemplo, com um nome fictício, o Sr. Carlos, está há 13 anos a saltar de programa em programa, todos os alunos da escola onde trabalha, o conhecem, afinal está lá há mais tempo do que todos os alunos e do que muitos colegas e professores. Por dias não cumpriu os critérios para ser integrado em procedimentos de integração anteriores. Não porque não fosse necessário na escola, mas porque estava doente. Não merece o Sr. Carlos um contrato de trabalho? Já não provou ser capaz de desempenhar as funções que lhe pedem todos os dias?

Que sistema de ensino é este que usa e abusa das pessoas ao longo de anos e não lhes garante o mínimo de estabilidade?

Que ensinamento esta situação transmite aos jovens desta escola, que sabem que o Sr. Carlos vai novamente embora quando terminar o programa, para voltar semanas ou alguns meses depois?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por gostarem do que fazem, por quererem mesmo trabalhar, estes trabalhadores não desistem. Mas não há amor ao trabalho que pague tanta injustiça.

Estas são pessoas reais que se fazem ouvir com coragem para exigir justiça, estabilidade e um salário.

Este projeto é uma resposta aos seus anseios, mas é também uma afirmação política: queremos serviços públicos com cada vez mais qualidade e isso não é possível com tanta precariedade e instabilidade!

Serviços públicos sem qualidade degradam também a confiança no estado social e abrem caminho à promoção de negócios sob os seus escombros.

A aprovação desta proposta responde à justa luta de todos estes trabalhadores precários, e à necessidade de termos serviços públicos de qualidade nos Açores. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, faça favor Sr. Secretário, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em relação a esta proposta do Bloco de Esquerda já tivemos oportunidade de a discutir no seu conteúdo aqui há dois meses atrás ou menos, quando discutimos os documentos orçamentais para 2024 e em que o Bloco de Esquerda tinha proposto, como norma cavaleiro, estas abordagens de maneira a suprir aquilo que o Bloco de Esquerda entende por precariedade.

Eu gostaria de aqui, mais uma vez, tal como fiz na Comissão Parlamentar, e, penso talvez até neste Plenário, de referir o seguinte e reivindicar o seguinte, este Governo e o Governo anterior foram na história da autonomia dos Açores aqueles que mais contribuíram para o combate à precariedade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu repito foram estes Governos que nos Açores mais contribuíram para o combate à precariedade, quer seja na administração pública, quer seja no privado através nomeadamente do “Contratar Estável” que já proporcionou milhares e milhares de empregos efetivos no setor privado dos Açores com a característica ainda de incentivar o acréscimo dos salários destes trabalhadores do privado na medida em que este programa “Contratar Estável” apoia não em função do salário mínimo mas em função do salário contratado.

E, portanto, o estímulo à contratação com contratos melhorados é efetivo tem sido concretizado além deste combate à precariedade que já abrangeu mais de três mil açorianos. E, portanto, quer seja no privado quer seja no público, muito justamente

este Governo é conhecido e reconhecido por ser aquele que na história da autonomia mais combateu a precariedade.

A pergunta é: está o Governo satisfeito? Está o Governo realizado? É um trabalho terminado? Não é! Não é! O combate à precariedade é um trabalho que continua e aquilo que temos definido é que a prazo, necessidades permanentes da administração pública regional devem ser tendencialmente servidas por contratos efetivos e é este o caminho que temos vindo a seguir. Eu dou um exemplo em 31 de dezembro de 2020 tínhamos em programas ocupacionais na administração pública regional 1365 pessoas, 31 de dezembro de 2020 tínhamos 1365 pessoas, em 31 de dezembro de 2023 apenas 254 pessoas, ontem apenas 129.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É desta maneira que se combate também a precariedade é dando condições às pessoas para poderem aceder a contratos efetivos, quer seja no público, quer seja no privado.

E em relação ao público também posso referir alguns números, não é verdade por exemplo que as prestações de serviço estejam a subir, eu dou de novo um exemplo, tínhamos 240 em 31 de dezembro de 2020 e tínhamos 191 em 31 de dezembro de 2023, uma descida, portanto.

Mas em relação em concreto à administração pública é preciso referir o seguinte, porque é verdade, é conhecido, mas às vezes é bom lembrar, em 2017 e 2020 houve a regularização de 569 vínculos precários, a tal regularização extraordinária, que continuou em 2021 com regularização extraordinária de mais 465 trabalhadores, agora mesmo no Orçamento para 2024, vamos regularizar mais 515 que eram os contratos COVID que se revelaram necessidades permanentes do Serviço Regional de Saúde. Por aqui se vê o trabalho que tem vindo a ser feito nesta regularização, mas também através do planeamento e dos mapas de recrutamento porque, se

tínhamos em 31 de dezembro de 2020, 19.324 trabalhadores na administração pública regional, em 31 de dezembro de 2023 temos 20.468, um crescimento de mais de mil, naturalmente por via daquilo que foram as regularizações extraordinárias, por via dos mapas de recrutamento, aos quais também devem ser deduzidas, naturalmente, as reformas que entretanto surgiram, mas ainda assim robustecendo a administração pública regional.

Mas, algo que é muito referido aqui tem a ver com a Educação, vou dar-vos também alguns números, em dezembro de 2020 tínhamos programas ocupacionais nas escolas num número de 827, repito a 30 de dezembro de 2020 tínhamos nas escolas programas ocupacionais num número de 827, neste momento nós temos nas escolas tanto como 223 pessoas através do Estagiar T, mais oito pessoas através de programas ocupacionais, mas, é preciso referir o seguinte, estes números que totalizam 259 pessoas ainda assim são tantos quantos aqueles que estão de baixa de longa duração, nós temos 259 pessoas de baixas de longa duração dos quadros de assistentes operacionais, nas escolas nós temos 259 pessoas de baixa prolongada. E, portanto, aquilo que nós temos que fazer, além do combate às baixas fraudulentas, o que temos que fazer, é de forma estruturada, as pessoas que vão atingindo determinada idade e que se podem reformar, poderem aceder a essa reforma, é também por isto que o contexto global da administração e planeamento na administração pública regional tem que ser tido em conta nos seus vários parâmetros, e em que, por exemplo nós estamos a cada vez incentivar e com critério as pessoas a reformas antecipadas.

Nós estamos a promover também a mobilidade inter carreiras e nós estamos a desenvolver também projetos de modernização e adaptação das funções laborais à vida pessoal e familiar, de que é exemplo a semana dos quatro dias. É todo um trabalho que tem vindo a ser feito de combate à precariedade, de formação, levantaram-se as limitações que havia, que vinham de trás, levantaram-se as limitações à formação, que as pessoas estavam limitadas na sua formação,

levantamos, incentivamos, estamos a promover a formação dos funcionários da administração pública regional.

Mas em relação ainda à Educação é bom lembrar que de 2020 para 2023, apesar das admissões que fizemos para programas ocupacionais nas escolas, apesar destas entradas nas escolas, houve uma diminuição, infelizmente, de 2020 para 2023, houve uma diminuição de 3.423 alunos, digo, infelizmente.

Mas tivemos mais assistentes operacionais no quadro, diminuámos a precariedade, estamos a desenvolver projetos de valorização da administração pública, mas não podemos, eu compreendo a proposta do Bloco de Esquerda recorrente, relativamente à questão da precariedade, por mais que nós combatamos a precariedade o Bloco de Esquerda fala sempre de precariedade, mas o objetivo que o Bloco de Esquerda tem é que toda a gente seja funcionária pública, tudo o que mexe deve ser funcionário público, não é a nossa visão...

Deputado Nuno Barata (IL): Mas parece!

O Orador: ... não é a nossa visão, e, isso é preciso ter em conta.

Nós o que pretendemos é que necessidades efetivas, tendencialmente sejam supridas por contratos efetivos. E tanto não é só conversa, que estamos a falar no privado e no público mais de 5 mil pessoas têm contratos efetivos nos Açores...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... nos últimos três anos. E é por isso que nós dizemos que este é o Governo que mais combateu na história a precariedade.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não estamos satisfeitos, vamos continuar, mas não vai ser possível chegar ao ponto onde não exista precariedade nenhuma, isso não vai ser possível, mas há outros trabalhos que estamos a desenvolver, por exemplo, uma reserva de recrutamento...

Deputado António Lima (BE): Aos anos que andam a fazer isso!

O Orador: ... que em breve vamos aprovar, esta reserva de recrutamento vai poder flexibilizar as admissões para resolver problemas de baixas para eles não terem que ser resolvidos sempre através de programas ocupacionais.

Mas isto é feito passo a passo, o Bloco de Esquerda nunca ficará satisfeito com este esforço, mas nós não estando satisfeitos em absoluto estamos muito, mas muito convictos do caminho que temos vindo a seguir, como o Governo que mais combateu na história da autonomia a precariedade. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Pedro Neves tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário não é só o Bloco de Esquerda, o PAN também, obviamente, está do lado de, as ferramentas usadas pela própria administração para camuflar os nossos precários, e, estamos a falar às vezes, às vezes ou quase sempre, de aquilo que é uma necessidade permanente, porque a não ser que me digam que um ano e meio ou dois anos não é uma necessidade permanente é ocasional, do qual eu não posso acreditar ou pelo menos pela quantidade de reuniões que eu tive presenciais, não vou aos números vou sim de uma forma individual aos problemas familiares de cada pessoa que reuniu com vários Grupos e Representações Parlamentares do problema grave que é a precariedade laboral, usando ferramentas que são legais mas que não são morais, mas podemos ver também, obviamente, que querem meter como uma bandeira o combate à precariedade mas, quem se recorda para os mais incautos, no Orçamento Regional, o último, o PAN inseriu uma alteração ao Orçamento e o

Governo, obviamente, não quis apoiar, nomeadamente o princípio era o mesmo do Bloco mas nós falaríamos aos falsos recibos verdes para, obviamente, para o Governo também não interessa nem os falsos recibos verdes nem qualquer de tipo de ferramenta usada pela administração regional para ter vínculos que são completamente precários.

Por um lado temos o CHEGA que não quer o pessoal que não trabalhe, com razão nem toda a gente pode, obviamente trabalhar, mas depois se as pessoas vão trabalhar se não damos uma segurança de trabalho nós não conseguimos motivar as pessoas e algumas pessoas que supostamente já estão desmotivadas dentro da administração regional só vamos muito mais aumentar a quantidade de baixas que nós temos apesar de sim terem vínculo laboral permanente mas sabemos à partida que essa motivação, e, nas escolas cada vez é menor, Sr. Secretário, basta falar com a sua colega Secretária da Educação para saber qual é a motivação tanto dos professores bem como dos nossos auxiliares. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Neves. Passamos agora ao Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor Sr. Deputado.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Esta iniciativa do Bloco de Esquerda tem o mérito de referir aquilo que, pelos vistos, todas as bancadas concordam e tentam evitar que é a precariedade no trabalho, e, portanto, todo o esforço que se fizer no sentido de minorar ou reduzir essa precariedade é sempre bem-vindo e, portanto, Sr. Secretário o sucesso deste Governo na redução da precariedade é o sucesso dos açorianos todos e também nosso.

Mas não deixei de achar curioso que o Sr. Secretário tenha referido a redução dos programas ocupacionais de antes para agora, tendo esquecido depois, do caso, na Educação das bolsas ocupacionais, é que essas ao contrário aumentaram e aumentaram porquê? Exatamente porque, diminuíram os programas ocupacionais,

mas depois utilizam uma ferramenta que não é apropriada que são as bolsas ocupacionais. Esse instituto das bolsas ocupacionais estava pensado e bem, no sentido de apoiar o pai ou os pais que não tivessem trabalho e pudessem acompanhar os seus filhos nas escolas e fazê-lo recebendo uma retribuição para o efeito, sim Sr., não é o que se passa agora, o que se passa é que os programas ocupacionais que existiam e os auxiliares de educação que existem neste momento são, é verdade não existe um vínculo laboral efetivo, mas há um vínculo encapotado porque essas Sras. e esses Srs. que prestam esse serviço recebem o salário mínimo, prestam o trabalho e recebem ordens, recebem ordens dos conselhos executivos e depois, em vez de tomarem conta de um menino só como ouvimos em Comissão, tomam conta de cinco e seis, e, portanto, não conhecem sequer os pais e o que lhes é proposto é assinar um contrato que depois eles assinam, mas que depois levam o tempo, que ninguém sabe bem quando é que lhe é devolvido o contrato assinado pela tutela, não se sabe bem porquê, mas certamente que terá uma explicação.

E, portanto, nessa questão das bolsas ocupacionais nós somos tentados a concordar que se tem que dar uma resolução a estas pessoas porque desta forma não é justo nem é aceitável que que permaneça, e, portanto, Essas Sras. e esses Srs. merecem ver a sua situação resolvida não acabando o seu vínculo encapotado agora em julho e depois vão-se embora voltam em setembro, não têm direito nem a subsídio de férias nem a décimo terceiro mês, e, portanto, essas situações são importantes de salvaguardar.

Contudo Sr. Deputado António Lima há uma coisa que nós não podemos deixar de dizer relativamente à sua alínea f) do art.º 2.º que refere os funcionários das IPSS, a verdade é que no caso desses funcionários eles já têm um vínculo, não existe precariedade nenhuma, eles têm um vínculo na privada e, portanto, não entendemos que isso devesse ser uma situação a acautelar, contudo estamos abertos a perceber qual é que é a motivação de V. Exa. nesse sentido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

De facto, precisamos com urgência de uma estratégia de combate à precariedade. É uma questão de justiça social para todos os açorianos que se encontram nestas situações, ninguém quer trabalhadores precários. Trabalhadores felizes só trazem mais valias, estão mais motivados, contribuem para o bem-estar da sociedade, para o seu próprio bem-estar, para o bem-estar da sua família e para as próprias entidades patronais que acabam por dar mais rendimento.

Mas não podemos é colocar toda a gente de uma só vez na função pública. Vamos assim aumentar ainda mais, porque ela já está bem grande, a máquina do Estado.

É claro que ninguém quer trabalhadores precários, o CHEGA também não quer, temos que dar condições de trabalho a todos, mas não pode ser sem regras, à pressa, alguns por cunhas, por concursos ou por concursos feitos à medida prejudicando alguns e beneficiando outros. Tem que haver justiça e equidade para todos e isso tem que ser um trabalho feito também com alguma calma e com alguma tranquilidade.

Sabemos que há situações de falsos recibos verdes, sabemos que há muita situação de injustiça laboral, importa relembrar aqui que o CHEGA tem-se debatido muito contra os programas ocupacionais, entendamos que se uma empresa, se uma escola tem um funcionário há dez ou há vinte anos é porque essa escola precisa desse funcionário, então este funcionário tem que ser contratado tem que se abrir um concurso público, e, quem fala da escola, fala da saúde, esses funcionários têm que ser de forma justa integrada no sítio onde estão a trabalhar, seja numa escola seja em qualquer outro serviço da administração pública regional mas de forma transparente

e que se veja realmente que esses funcionários fazem efetivamente falta à administração pública regional.

Os programas ocupacionais têm vindo a diminuir, tem sido uma bandeira que o CHEGA tem defendido, acabar com esses programas ocupacionais dando assim e resolvendo assim algumas situações de precariedade, que é o que acontece porque, quando sai do programa ocupacional esses trabalhadores passam a estar integrados nas funções.

Sabemos que têm sido corrigidas algumas situações nomeadamente no que diz respeito à Saúde e à Educação, agora é verdade, é preciso continuar a corrigir, é preciso continuar a combater a precariedade laboral, seja na Saúde, seja na Educação, seja em qualquer outro setor da administração pública regional.

Agora o que não podemos aceitar é que todos os açorianos quando nascem já sejam funcionários públicos, isso é que não pode ser, não podemos aumentar desta forma a máquina do Estado, vamos sim trabalhar, combater a precariedade, mas com alguma calma e com alguma prudência. Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Mais empresas, menos estado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo.

Deixar duas notas no seguimento em particular da intervenção do Sr. Deputado João Vasco Costa, e, agradecendo as questões que aqui colocou e acho que colocou duas questões que são importantes e que merecem a nossa reflexão. Uma delas de facto tem a ver com os trabalhadores das IPSS que, tanto quanto é do nosso conhecimento,

a questão que se coloca não é de vínculo, poderá haver aqui questões que tenham a ver com o nível remuneratório, que têm que ser debatidos noutra sede que não na sede de vínculo à administração pública. E, portanto, acho que o Sr. Deputado João Vasco Costa colocou a questão corretamente.

Outra questão que colocou e que eu gostaria de aqui trazer e clarificar tem a ver com os bolseiros ocupacionais, eu queria dar nota, em nome do Governo do trabalho que estamos a fazer a este nível. Os bolseiros ocupacionais têm crescido porque tem crescido as crianças com necessidades especiais de acompanhamento nas escolas por várias razões, desde logo por uma maior deteção, maior atenção outras que poderemos estudar, mas é que, a verdade é que têm crescido, mais que duplicaram. E essas crianças como é que têm sido até aqui, como é que têm tido o apoio individualizado? Através destes chamados bolseiros ocupacionais, isto tem vários problemas, desde logo o nome, que não tem a ver com serem bolseiros ocupacionais o que eles estão a fazer é serem cuidadores individuais, e, é esse o objetivo, de crianças com dificuldades, e, nesse aspeto quero aqui hoje dar nota em nome do Governo que já está criado um grupo de trabalho entre a Secretaria das Finanças, a Secretaria da Educação e a Secretaria da Solidariedade Social, para refazer estes bolseiros ocupacionais não só no seu nome que é o menos importante mas ainda assim relevante mas também naquilo que é o seu âmbito. A nossa preocupação tal como com os “Novos Idosos” a preocupação é com o idoso, com estas situações a preocupação é com a criança.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Muito bem!

O Orador: E é a criança que tem que ser o objeto do nosso trabalho para garantir que a criança que precisa daquele apoio específico tenha um cuidador especificamente para ela, se vai ser apoiado através da família, se é através da escola ou de outra fórmula nós neste momento ainda não o podemos definir.

Mas fica aqui o assumido compromisso que este grupo de trabalho apresentará em tempo breve uma solução não só para o nome que é completamente esdrúxulo, mas também para o âmbito e a formulação de vínculo ou não relativamente a estas pessoas.

Mas digo e repito tal como em relação aos “Novos Idosos” a nossa preocupação, o foco é o idoso e a sua família, neste caso para resolver este problema das carências que as crianças têm de apoio especial, a preocupação vai ser a família e a criança em si.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é arranjar emprego a A, B ou C, é a família e a criança o problema em si, e, é nisto que nos vamos focar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Termino só, fazendo uma referência que já tive oportunidade para fazê-la em Comissão e que muitas vezes as pessoas que andavam nestes programas por dificuldades até de compreensão muitas vezes, ...

Deputado António Lima (BE): Dificuldades de compreensão?!

O Orador: ... pensavam que estavam a trabalhar a apoiar a administração pública regional, eu explico, pessoas que estavam numa determinada escola mas estavam no programa ocupacional de uma câmara municipal e trabalhavam ao lado de uma pessoa que estava naquela escola pela administração pública regional quando foi a integração extraordinária a pessoa que estava na administração pública regional foi integrada e a que estava ao seu lado e que estava pela câmara não o foi, houve muitos casos destes, houve muitos casos destes.

Vão-me dizer, ah, não será possível sermos justos e regularizar toda a gente? É verdade, mas houve casos destes que eu na altura como Secretário do Emprego fui

confrontado e tive problemas que custou-me e tive que explicar à pessoa que, minha Sra., a Sra. está pela câmara, pela junta ou está pelo Governo? Ah, eu não sei, eu não sei, sei que estou na escola, fomos ver e a Sra. estava por uma câmara municipal ou por uma junta de freguesia e, portanto, houve situações destas que nós temos que perceber.

Agora disse e renovo, este é o Governo que mais tem combatido a precariedade.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos a falar de mais de 3 mil contratos estáveis no privado, estamos a falar mais de 1144 pessoas na administração pública regional.

Mas digo mais e sublinho é que enquanto diminuíram de 2020 para 2023, 3423 alunos, diminuíram infelizmente 3423 alunos, nós temos mais 539 programas ocupacionais nas escolas.

Deputado António Lima (BE): Programas Ocupacionais!?

O Orador: Peço desculpa, Sr. Presidente, eu queria dizer e repito corrigindo e agradecendo ao Bloco de Esquerda e ao PAN que reconhecem o esforço que o Governo tem feito nesta matéria que enquanto temos menos 3423 alunos de 2020 para 2023, no nosso sistema de ensino temos mais 539 contratos efetivos com assistentes operacionais.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começo por dizer nesta segunda intervenção que a ideia que se quer fazer passar tanto por parte do Governo como por parte do CHEGA que se quer simplesmente colocar toda a gente como funcionário público é simplesmente absurda e até desonesta.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É a sua intenção! Está escrita numa folha de papel!

O Orador: Porque dizer que se quer converter ou transformar um vínculo que é precário, que é abusivo, que não dá direitos a quem está nos serviços a trabalhar e converter esse vínculo num contrato de trabalho que garante catorze meses de salário, que garante direitos como os outros trabalhadores que lá estão, dizer que isto é querer por toda a gente como funcionário público é desonesto, desculpem que vos diga é desonesto!

Aquilo que se quer e aquilo que o Governo já fez em 2021 efetivamente é criar um regime excecional para resolver problemas que o próprio Governo criou, que o próprio Governo criou. E vem o Sr. Secretário Regional das Finanças dizer com números e com datas que bem entende e avançar com números sobre esta matéria.

Sr. Secretário eu trabalho com os números que são públicos e que estão publicados e são números muitos deles do Governo ou até da Direção Geral da Administração Pública. No que respeita a programas ocupacionais, aquilo que nós temos neste documento da Direção Regional do Emprego é que existem 1668, a sua distribuição por escolas, serviços da administração pública, autarquias, nós desconhecemos, mas como disse bem o Sr. Secretário continuam a existir trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais que estão nas autarquias, mas que trabalham nas escolas e essa situação continua a existir não acabou, essa situação infelizmente não acabou.

E, relativamente a outras situações, não se trata apenas de programas ocupacionais, não é apenas disto que estamos a falar, estamos a falar dos recibos verdes, e, no caso dos recibos verdes eles estão publicados e bem no portal do Governo com os nomes das pessoas e as suas funções e basta olhar para aquilo para perceber que de acordo

com aquelas funções elas não são prestações de serviço, são claramente, muitas delas, falsos recibos verdes e que se prolongam muitos deles há mais de um ano ou há mais de dois anos.

E claramente são situações que não devem não podem acontecer e não está tudo bem. Dizer-se que se reduziu a precariedade diz zero a quem está numa situação sem saber se amanhã tem emprego, não diz absolutamente nada e é para essas pessoas que é preciso soluções.

Mas vamos também comparar aquilo que é a realidade da Região Autónoma dos Açores como por exemplo a nossa congénere Região Autónoma da Madeira, nos Açores na administração regional dos Açores de acordo com dados da Direção Geral da Administração Pública os mais recentes que existem sobre esta matéria nós temos 2303 trabalhadores com contratos a prazo, isto significa que são 11,2 % dos trabalhadores da administração pública, 11,2 % dos 20487 que são identificados neste relatório da Direção Geral da Administração Pública. Na Secretaria da Educação e Cultura, apenas na Secretaria da Educação e Cultura são 1005 trabalhadores com contratos de trabalho a termo, isto é para dar um retrato sobre a precariedade na Região.

Na Região Autónoma da Madeira nós temos a 3,4 % dos trabalhadores que têm contratos a termo, 3,4 %, o que compara com os 11,2 % dos trabalhadores na Região Autónoma dos Açores, ou seja, 11,2 % nos Açores 3,4 % na Madeira.

Bem se não há aqui uma diferença muito significativa eu não sei o que é. Por isso a ideia de que reduzimos a precariedade, resolvemos não sei quantos problemas não diz absolutamente nada a quem precisa de respostas hoje.

Mais uma vez ouvimos neste debate aquilo que talvez há mais de dois anos o Governo vem dizendo que vai fazer, mas nunca faz.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Não é verdade!

O Orador: A questão das bolsas de recrutamento, estava aqui há pouco a comentar em aparte que criar essas bolsas de recrutamento deve ser efetivamente mais complicado...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): O nome nem deve ser esse.

O Orador: ... do que a engenharia espacial, é que o Governo anda a dizer que vai criar bolsas de recrutamento, para quê? Para substituir mais rapidamente os trabalhadores que estão de baixa...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Não é bolsas, são reservas de recrutamento.

O Orador: ... reserva, recrutamento, bolsa ou recrutamento, o que se queira chamar, a ideia é exatamente a mesma, pode ser bolsa. E o que é que fez o Governo? Porque é que isto não sai do papel? É porque é muito mais prático e já agora muito mais barato ao Governo continuar a recorrer a programas ocupacionais do que criar e constituir essas bolsas. É porque fala-se com as escolas e pergunta-se pelas bolsas de recrutamento para contratar assistentes operacionais e ninguém sabe de nada. Mas sempre que há um debate sobre escolas, sobre pessoal da ação educativa aquilo que se diz, vamos criar esta reserva de recrutamento, está quase, agora é que é e afinal nunca é.

E uma última nota sobre os bolseiros ocupacionais, esta situação que não deveria de modo algum acontecer, dada a situação de fragilidade e de incerteza que essas pessoas vivem, não sabendo a cada ano se terão emprego, não tendo direito a sequer 12 meses de salário, já nem falo dos 14 meses, quando lhes foi prometido Sra. Secretária 12 meses e não era para setembro era para agora.

Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*): Não são salários.

O Orador: É salário, Sra. Secretária, aquilo que o Governo diz é que não recebem o salário isso é apenas no papel, na verdade esses trabalhadores e essas trabalhadoras

têm horário de trabalho, têm subordinação hierárquica, têm um posto de trabalho, esses trabalhadores são trabalhadores, leia o Código de Trabalho, quais são os critérios para aferir se existe ou não uma relação laboral e existe, e existe, neste caso chame-lhe o que quiser e é preciso fazer justiça a esses trabalhadores e essas não são necessidades temporárias porque os alunos com necessidades educativas especiais quando entram no sistema educativo com três, quatro, cinco, seis anos de idade, têm um longo percurso pela frente e irão precisar de apoio em todo o seu percurso educativo, ou seja esses trabalhadores e essas trabalhadoras são necessidades do sistema.

Ainda bem que o Governo finalmente reconhece que esse sistema que o Governo manteve e utilizou com mais intensidade tem de ser alterado, alterou, há uma portaria, mas não está melhor, não está melhor, ainda bem que o Governo reconhece. Agora Sr. Secretário convenhamos não vai criar mais um “Novos Idosos” para esta esta situação, estes trabalhadores têm que trabalhar nas escolas e não ter o recibo verde com a família, isso não é aceitável.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado António Lima. Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Numa coisa parece-me que estamos todos de acordo, a precariedade laboral não é boa, não é desejável, tudo devemos fazer para que ela seja atenuada com a consciência de que nunca será eliminada, nunca será eliminada porque seja nos serviços da administração pública seja nas empresas há sempre necessidades temporais que não podem corresponder a postos efetivos de trabalho porque isso significaria em última instância a um ato de gestão menos rigoroso.

Como o Sr. Secretário Regional das Finanças já pude afirmar e creio que é comumente aceite aqui nesta Câmara, até porque não vi nenhuma contestação, os Governos Regionais da coligação do PSD do CDS e do PPM com os apoios

parlamentares que tem obtido também nesta sede da nossa democracia e autonomia são aqueles que mais se empenharam na redução da precariedade na Região.

Se outros indicadores não houvesse, bastará dizer que quando o Governo do Partido Socialista cessou funções na Região eram mais de 4800 os trabalhadores integrados em programas ocupacionais e eles hoje ficam-se por sensivelmente 1/3, 1800, isso conjuntamente com a circunstância muito relevante de termos a maior população de sempre empregada, diz bem do esforço e do sucesso que as políticas públicas têm vindo a promover juntamente também com um grande impulso na economia para a criação de emprego e portanto melhores condições de trabalho para os nossos concidadãos.

Dito isto gostava de referir o seguinte: dados de dezembro de 2020 e de 2023, o número de contratos a termo na administração pública regional baixou de 12,8 % para 10,7 %, menos 280 trabalhadores a contratos a termo em apenas três anos. Mas esse número baixou quando o número total de trabalhadores da administração pública subiu mais 1182, isso significa que houve um reforço de efetivos com estabilidade, com segurança na administração pública regional. E sobre isso eu faço um parênteses para dizer que não posso acompanhar uma ideia que por vezes perpassa na nossa sociedade ou numa parte da nossa sociedade, para ser mais rigoroso, e, que também aqui já foi aflorado de que a administração pública regional é um monstro, está sobredimensionado, eu faço notar também, e os dados não são meus são públicos, são os mesmos que o Sr. Deputado António Lima está a utilizar da Direção Geral de Administração e Emprego Público que dá-nos conta que a administração pública da Madeira tem mais 400 trabalhadores do que a administração pública regional dos Açores, com a dispersão que nós temos de nove ilhas e com a multiplicação que temos que fazer de serviços, isso diz bem de que os nossos recursos humanos estão bem alocados, estão bem geridos e que servem bem o povo açoriano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dito isto, também não podemos deixar de fazer uma observação àquilo que são as intenções do Bloco de Esquerda, comungando do princípio da redução da precariedade ela não pode ser feita através de um esquema de procedimentos extraordinários porque do contrário o ingresso na função pública far-se-ia sempre, a normalização seria através de, quem lá entrou por uma outra circunstância qualquer, ultrapassava e até violava o princípio que é constitucional do acesso do cidadão à função pública que se faz através de concurso, de prestação de provas e portanto por um processo transparente, coisa que o Bloco de Esquerda parece não defender...

Deputado António Lima (BE): Defende e muito!

O Orador: ... não partilhar e tanto assim é que os sindicatos ouvidos pela Comissão manifestaram-se exatamente reticentes...

Deputado António Lima (BE): Não é verdade. A CGTP mostrou-se a favor.

O Orador: ... quanto a esta via utilizada ou proposta pelo Bloco de Esquerda.

O Sr. Deputado António Lima em aparte diz que, bom, mas este é o caminho que o Governo vai seguir na regularização de mais de 500 trabalhadores chamados do COVID, os trabalhadores da COVID, aqueles que foram contratados para fazer face a esta calamidade, é verdade Sr. Deputado e achei curioso o Sr. Deputado não ter feito referência a esses trabalhadores aqui durante o debate que decorreu até agora e fiquei com a convicção de que não o fez por um problema de consciência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora nem mais!

O Orador: É que essa integração extraordinária desses mais de 500 trabalhadores da COVID19 estava previsto no Plano e Orçamento deste ano de 2024 e o Sr. como votou e chumbou esse Orçamento, atrasou esse processo em mais de seis meses.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E por isso mesmo é que hoje quando estamos a falar de precariedade e de reduzir a precariedade e fazer a integração extraordinária de trabalhadores que correspondem a necessidades permanentes o Sr. não se referiu a esses.

Vou terminar dizendo o seguinte: o combate à precariedade sendo um objetivo e sendo um desígnio não pode ser feito sem que concomitantemente também não se faça a melhoria das condições daqueles que estão integrados e que vêm integrar os quadros da administração pública regional, nomeadamente aqueles que no caso da Educação, tanto assistentes operacionais como professores, é bom não esquecer, também professores, muitos que estavam contratados, foram mais de 500 que já integraram os quadros da Região...

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... nomeadamente por uma iniciativa dos Governos da coligação da criação de um Quadro de Ilha, isso também concorre para a melhoria da vida dessas pessoas, mas Sr. Deputado António Lima aquele número que o Sr. referiu de precários no setor da Educação, eu peço desculpa, mas ou usou de demagogia ou então não olhou para os números com o rigor que devia olhar. É que entre esses precários que o Sr. assim designou, estão naturalmente também professores...

Deputado António Lima (BE): E então?!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Quer metê-los no quadro também?!

O Orador: ... que sabe que correspondem a necessidades pontuais de substituições por razões de saúde e outras.

Deputado António Lima (BE): E então, não são precários?!

O Orador: Olhe por exemplo, para substituir a si a mim à Sra. Deputada Délia, outros professores que aqui estão, nós estamos a ser substituídos nas nossas escolas por professores contratados e que integram a estatística que o Sr. mencionou, mas que em rigor não se trata de precariedade.

Só gostava de dizer para não perder o fio à meada de que quando falamos também da melhoria de condições dos que estão integrados nos quadros é bom não esquecer que a administração pública regional depois de sete anos de congelamento da remuneração complementar, foram os Governos da coligação do PSD, do CDS e do PPM que fizeram uma atualização do valor de referência e da remuneração complementar em mais de 21 %, alargando o universo dos abrangidos que antes ficava naqueles que têm um salário mensal de 1300 euros e que neste momento ultrapassa, portanto, abrange os que têm um vencimento que vai além dos 1700 euros, que corresponde à posição 22 da tabela de remuneração única da função pública. Portanto, isso também concorre para a qualidade do trabalho na administração pública regional sem deixar de referir aquilo que, em breve esperamos, poucos meses porque será já em 2025 o início das ser eh um projeto acarinhado, incentivado, considerando os resultados que a nível nacional já foram obtidos com as experiências realizadas e que deixaram grosso modo tanto as empresas como na administração pública os trabalhadores muito empenhados e satisfeitos com essa experiência porque a produtividade não baixou, o resultado das empresas pelo contrário melhorou, e, portanto, acho que estamos no bom caminho, Sr. Secretário Regional força para esse projeto porque ele será bem-vindo para os trabalhadores da administração pública regional.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo.

O Bloco de Esquerda já aqui nos tinha trazido um diploma sobre a regularização dos chamados contratos COVID que foi chumbado nesta Casa, foi chumbado com o voto contra da Iniciativa Liberal, foi chumbado com o voto contra do PSD que, entretanto, depois meteu no Orçamento do ano seguinte a mesma coisa, nós mantemos a nossa coerência, por isso votamos contra esse Orçamento, que nós votamos contra as propostas do Bloco de Esquerda e as propostas de esquerda do Partido Social Democrata.

Mas há uma coisa que eu tenho que concordar como Sr. Deputado Joaquim Machado é que procedimentos extraordinários para a regularização de trabalhadores da administração pública, sejam eles precários, COVID, sejam eles programas ocupacionais, sejam o que for, não deve ser uma prática em democracia e nem deve ser uma prática até porque viola o direito de outros cidadãos a concorrerem a estes lugares. Mas O PSD não tem feito outra coisa, o PSD até fez uma coisa fantástica, o PSD fez uma tentativa de integrar nos quadros da administração pública regional trabalhadores de uma cooperativa de uma câmara municipal da sua cor política, estamos a falar da Câmara Municipal da Praia da Vitória, acho que esses trabalhadores ainda estão num limbo, ainda não sabem bem o que é que vai ser da vida deles, mas o PSD fez essa tentativa de integrar esses trabalhadores...

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): De quem é a proposta?!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): A proposta foi do Bloco.

O Orador: ... de forma extraordinária à revelia dos concursos públicos na administração pública regional, mais, mais, o Partido Social Democrata, este Governo do Partido Social Democrata tem entregue neste Parlamento um diploma que prevê a integração na administração pública regional diretamente trabalhadores de uma associação de direito privado.

E, portanto, a Iniciativa Liberal continua a ser coerente, votará contra, votará contra a integração de qualquer trabalhador da administração pública regional à revelia de

concursos públicos, porque os concursos públicos não são uma coisa que existe só para inglês ver, os concursos públicos existem para valorizar aqueles que têm mais mérito, aqueles que são melhores e aqueles que devem ter acesso a estes lugares. Mais, e por fim Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo, já que já fui às bancadas todas, também o CHEGA aqui me parece estranho porque o CHEGA por um lado em aparte diz que é preciso cortar com essas gorduras, isso não é para meter tudo cá dentro, a Sra. Deputada Olivéria Santos e muito bem também diz que não é assim dessa maneira, mas o CHEGA absteve-se num Orçamento que metia os contratos COVID todos no mesmo rol. O CHEGA provavelmente está-se preparando para aprovar aquilo que o Governo vai trazer a esta Casa para integrar os tais trabalhadores das associações de direito privado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

O Orador: Nós temos quer perceber, no fim de contas é a coerência de todos esses processos políticos, porque os processos políticos não existem por acaso nem as coisas existem por acaso, umas vezes não pode dar jeito e outras vezes não dar jeito. Mas por fim há uma coisa que nós temos que ter sempre muita noção, é que os recursos dessa Região não são elásticos e estão aí os últimos números do Banco de Portugal para demonstrar o crescimento da dívida da Região Autónoma dos Açores. E, portanto, mesmo a integração de quadros na administração pública regional tem que ser feita com racionalidade e se calhar o que é preciso fazer é perceber melhor o que é que temos e como é que podemos pôr essas pessoas a fazerem mais para não ser preciso contratar mais, até porque a iniciativa privada queixa-se de ter falta de mão de obra, é só percorrer as ilhas e falar com os empresários para percebermos isso. Portanto a administração pública regional nem sequer tem que acudir uma crise de desemprego, a administração pública regional o que tem que fazer é racionalizar os seus meios, diminuir as suas gorduras para garantir que o Estado não gasta mais

do que aquilo que tem, porque neste momento a receita direta da Região Autónoma dos Açores já não dá para pagar a despesa corrente. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado João Mendonça faça favor.

(*) Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo.

O PPM discorda da Proposta de Decreto Legislativo Regional, apresentada pelo Bloco de Esquerda, que visa estabelecer um regime excecional para transformar trabalhadores precários em empregados permanentes na administração pública regional.

Existem já algumas exceções na legislação que permitem regularizar situações precárias, para corrigir situações específicas. Ou seja, não precisamos de um novo regime quando o que precisamos mesmo é de aplicar corretamente o que já temos.

Além disso, a proposta levanta algumas questões delicadas.

Não é claro como seria possível integrar todos os trabalhadores precários sem criar desigualdades ou sem violar as regras básicas de contratação pública.

E, honestamente, ninguém quer uma administração pública que escolhe sem critérios claros.

Queremos concursos públicos justos, onde o mérito e a competência sejam os principais requisitos.

Em resumo, embora apreciemos a intenção do Bloco de Esquerda de resolver o problema da precariedade laboral, esta proposta específica não é a melhor solução.

Desde 2020, têm sido integrados trabalhadores precários, incluindo contratos COVID, com 515 novas integrações previstas até ao final de 2024.

Esta sim é a abordagem correta. Esta sim é a solução que os açorianos precisam. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) Deputado José Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

A discussão sobre este projeto de Decreto Legislativo Regional é uma discussão sobre uma solução para um problema e para uma situação que é reconhecido pela maioria dos partidos representados nesta Assembleia Legislativa Regional.

Existe um problema de precariedade na administração pública regional, é um problema que tem sido combatido em determinados momentos, mas o seu combate deve ser um combate permanente.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Exatamente. É isso que temos feito.

O Orador: E este combate permanente deve ser feito de momento a momento e, portanto, não nos devemos concentrar na resolução que já foi dada, a precariedade do passado não é um problema, o problema neste momento é a precariedade do presente e a precariedade do presente se a reconhecemos temos que dar uma resposta às pessoas que se encontram nesta situação e o Decreto Legislativo Regional que está em discussão dá essa resposta.

E, portanto, o que esta Assembleia tem de ponderar é se quer ou não dar já uma resposta às pessoas que se encontram nesta situação ou arrastar o problema e continuar a arrastar o problema da precariedade do presente das pessoas que no presente estão numa situação de precariedade. Porque aqueles que no passado estavam e que viram a sua situação resolvida estes já não vivem com o problema e estes a Assembleia Legislativa Regional já não tem que dar uma resposta. A Assembleia Legislativa Regional tem que dar uma resposta à precariedade do presente e é isto que deve ser objeto de ponderação.

E o Governo Regional deve, no fundo, ponderar se quer ser um parceiro nesta solução e os partidos políticos representados nesta Assembleia também devem ponderar se querem ser parceiros na solução deste problema.

Existe novas formas de precariedade na administração pública regional, independentemente de o combate ter sido feito a verdade é que também foram criadas novas formas de precariedade na administração pública regional e é disto exemplo os bolseiros ocupacionais, são uma nova forma de precariedade na administração pública regional que não está a ser combatida está a ser incentivada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E, portanto, se por um lado existem situações de precariedade que estão a ser combatidas por outro existem novas situações que estão a ser incentivadas e nós não podemos tolerar que isto continue e que isto prossiga, porque as pessoas que estão nesta situação de bolseiros ocupacionais nas escolas vieram à Comissão e disseram muito claramente: fomos selecionados pela escola, não existe relação nenhuma com os pais nem contrato...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Mas devia existir!

O Orador: ... mas não existe!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Mas vai ter de existir!

O Orador: Mas se não existe neste momento, estas pessoas precisam de uma solução e esta proposta de decreto legislativo regional pode dar uma solução a estas pessoas. E, portanto, esta Câmara, no fundo, neste momento está perante uma decisão: dar resposta aos bolseiros ocupacionais que neste momento estão na escola ou protelar este problema.

E, portanto, não podemos continuar com uma situação em que criamos novos regimes de precariedade na administração regional que reconhecemos que existe precariedade na administração regional e não resolver o problema.

O ano letivo vai começar, um novo ano letivo em setembro, e, estas pessoas, estes bolseiros ocupacionais não sabem qual vai ser a sua situação no futuro. E, portanto, este decreto legislativo regional, às pessoas que neste momento se encontram a prestar serviços nas escolas como bolseiros ocupacionais poderia dar uma boa resposta. E, portanto, e repito, esta Câmara e esta Assembleia Legislativa Regional tem aqui a possibilidade de resolver um problema que é reconhecido por todos da precariedade no presente, pode-se escudar na precariedade do passado para nada fazer, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Com tanto que foi feito

O Orador: ..., mas isto não dá resposta às pessoas que neste momento se encontram numa situação de precariedade e que não veem o seu vínculo laboral estável permitindo que estas pessoas possam se desenvolver como trabalhadores, mas também como cidadãos de plenos direitos. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Sabrina Furtado tem a palavra.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Antes de partir para a consolidação da posição do Grupo Parlamentar do PSD, porque já fez uma intervenção o meu colega Joaquim Machado, e, já foram explanados os números também pelo Sr. Secretário Regional, sabe Sr. Secretário

Regional é uma chatice porque os números são o que são e então com uma redução drástica de precariedade até agora nem sei como é que há coragem para tentar desmentir ou vir aqui argumentar de outra forma.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas, dizer o seguinte, se ainda há precariedade nos Açores em algum setor ou em algum nível eu tenho e devem todos os açorianos ter a certeza de uma coisa, o Governo Regional dos Açores vai tratar e por cobro a ela.

Deputado António Lima (BE): Claro o Governo vai resolver tudo!

A Oradora: E, como tem feito até agora, que desde 2020 ou melhor desde a apresentação do primeiro Orçamento para 2021 ainda não houve um Orçamento nesta Casa que não contemplasse a par e passo um sector para tratar da precariedade, um setor que fosse para integrar os trabalhadores e a verba correspondente que é necessário para tratar a par e passo para que não haja retrocesso.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: É preciso haver muito cuidado nestas coisas, porque durante anos e anos e anos como disse o Sr. Deputado António Lima as pessoas andaram nesta Região a fazer programas ocupacionais porque o regime vigente lhes convenceu que aquilo era o que de melhor a vida tinha para lhes oferecer.

Deputado António Lima (BE): E agora também!

A Oradora: E sem saber sequer que nem faziam descontos de impostos e também foi este o Governo Regional que pôs cobro a esta situação fazendo com que pelo menos nestes casos, que infelizmente, ainda foram continuando a ser necessários, pelo menos fizessem descontos para a Segurança Social.

Depois dizer que eu acho incrível chegarmos aqui e pedirmos uma nova regularização extraordinária de precários quando todos os anos tem havido matéria trabalhada neste sentido e regularização de precários em vários setores como já disse, desde a Saúde às Escolas e ainda ninguém falou aqui da Cultura, onde também se fez a integração de precários com este Governo Regional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É verdade!

A Oradora: E, portanto, um programa extraordinário de precários sendo ordinário passando a ser todos os anos passa a ser um sistema ordinário e não se pode andar aqui, como no passado, porque foi esse tipo de situação que nos trouxe à situação que este Governo Regional encontrou, de andar sempre a prometer tudo a todos e depois não tratar com verdadeira estabilidade aquilo que deve ser tratado com estabilidade.

E depois, Sr. Deputado António Lima, não posso deixar de fazer esta referência, eu desde que aqui estou nesta Casa em 2020, sendo que em todos os Orçamentos houve programas de integração de vários trabalhadores, como já é a terceira vez que digo, eu nunca o ouvi a votar a favor...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... de um único Orçamento Regional, e, portanto, eu chego à conclusão de que essas suas medidas avulsas são apenas para criar páginas de jornais...

Deputado António Lima (BE): Páginas de jornais?! Mas eu agora falo para os jornais?!

A Oradora: ..., mas isso também vindo de si nós já estamos habituados.

Depois também não posso deixar de fazer referência ao novo problema, sim porque até agora o Governo Regional dos Açores esteve a resolver o emaranhado, o emaranhado, que não tem outra palavra, que foi o que o Partido Socialista deixou e Sr. Deputado Toste não nos vamos escudar no passado para não resolver os problemas do presente, mas até agora muitas coisas do passado também não nos deixaram andar para o futuro, e, é isso que temos que pôr cobro...

Deputada Délia Melo (PSD): Exatamente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... e o Sr. vai ouvir sempre isto, sempre que for necessário e isto tem que ser referido, porque não basta chegar aqui e dizer-se que: ai não vamos olhar para o passado vamos todos olhar para o futuro, muitas vezes não se consegue olhar para o futuro da maneira que o Governo Regional dos Açores gostava de olhar e de pôr a mão a todos os açorianos, e, por mais que lhe custe ouvir vai ouvir sempre pelo menos da minha boca, pela situação caótica também no que diz respeito a trabalhadores precários que o Partido Socialista não só fomentou...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... como até lhe dava jeito para se manter no poder.

Dizer apenas mais, Sr. Presidente, que de facto ouvimos, eu também estive na Comissão, Sra. Secretária Regional, em que foi apresentado o novo problema dos bolseiros ocupacionais, mas também já percebi através do que foi dito pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Administração Pública que o Governo já tem esse problema sinalizado...

Deputado António Lima (BE): Tem, tem!

A Oradora: ... e efetivamente vai procurar uma solução para ele e é assim e têm que se habituar porque é assim que este Governo Regional funciona, um problema nasce e ele tenta resolver...

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... não perpétua no tempo apenas porque lhe dá jeito para conseguir alguns votos para umas eleições. Obrigada.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Secretário Regional das Finanças faça favor tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Uma primeira palavra de parabenização pela abordagem doutrinária atualizada do Sr. Deputado José Toste. Recentemente eleito o novo líder do Partido Socialista disse que o passado não existe só existe agora presente e futuro, rapidamente esse revisionismo chegou ao Parlamento Regional, parabéns Sr. Deputado.

Quero dar-lhe nota do seguinte, é com orgulho que estes Governos, este e o anterior, passaram de 1365 programas ocupacionais para 254 a 31 de dezembro de 2023 e agora para 129, isto é combate à precariedade.

Mas quer saber outra coisa Sr. Deputado? Deixe-me dizer o seguinte a 31 de dezembro de 2020 tínhamos 1 assistente operacional para cada 28 alunos agora temos 1 assistente operacional para cada 21 alunos e isto só traduz aquilo que eu referi há pouco que é, as entradas para o quadro de assistentes operacionais, de mais de 500 assistentes operacionais e a diminuição até, infelizmente, do número de alunos.

E, portanto, neste momento em vez de 1 assistente operacional para cada 28 alunos temos 1 para cada 21 alunos.

Em segundo lugar gostaria também de dar nota do seguinte, e, assumindo que cometi aqui um erro quando falei de mais de 3 mil Contratares Estável, Sras. e Srs. Deputados não foram mais de 3 mil, à sexta-feira passada foram 4513 Contratares Estável nos Açores, 4513, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... um enorme sucesso, um enorme motivo de orgulho deste Governo.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é um autoelogio!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E, se a esses somarmos aqueles que entraram para o quadro na administração pública regional estamos a falar de mais de 5500 pessoas, 5500 famílias que viram a sua situação de precariedade ou desemprego resolvidas por estes Governos.

Que orgulho, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, mas que responsabilidade também que é para não pararmos neste combate que será sempre infindo à precariedade. E é por isso que eu já referi e aqui sublinho com datas, que este mês de julho vamos aprovar em Conselho do Governo a reserva de recrutamento, este mês de julho, até setembro vamos refazer a situação dos bolseiros ocupacionais, que não são bolseiros nem ocupacionais, mas com a ótica das crianças que precisam e porque é que eles cresceram? Porque tínhamos 36 crianças sinalizadas em 2020 e temos 104 sinalizadas agora. E, portanto, nós temos que saber responder a isto, mas com a ótica das crianças e é o que vamos fazer.

A terminar Sras. e Srs. Deputados dar uma referência mais estratégica...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh Sr. Secretário, tenho muita pena, mas não é essa questão!

O Orador: ... no planeamento que estamos a fazer na administração pública regional. Como já tive oportunidade de referir até 2030 vamos ter mais de 9 mil trabalhadores da administração pública regional em situação de pré-reforma ou reforma, é um desafio mas também uma oportunidade para rejuvenescer, para também encolher a administração pública regional e para com a Universidade dos Açores e com as escolas profissionais iniciarmos um trabalho que está já em curso para podermos satisfazer em termos de formação aquilo que iremos precisar tendencialmente em 2030, isto chama-se planeamento e é isso que estamos a fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. O Governo esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor Sr. Deputado.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

No dia 29 de maio de 2024 alguém afirmava em Comissão que isto era uma subversão do princípio do próprio programa das bolseiras ocupacionais, foi a Sra. Deputada Sabrina Furtado que o fez.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Eu relembro e é importante que o Governo perceba, porque nós tivemos esse conhecimento nessa mesma Comissão que só na ilha de São Miguel existem 100 bolseiras ocupacionais. Essas Sras. ou as pessoas que nessas circunstâncias assinaram contrato...

Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Não é um contrato.

O Orador: ... no início do ano e ainda hoje esse contrato não foi devolvido, é verdade, Sra. Secretária, é verdade e sabe que sim, assinaram onde e entregaram a quem? Eu diria que, não fora o sítio onde estamos, que isto era uma esperteza saloia, mas não vou usar esse termo...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Já usou!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como não quer dizer, se já o disse?!

O Orador: ... não deixo é de notar o seguinte, há uma delegação dos pais nas bolseiras supostamente, não é? Sem que estas assinem qualquer documento, a escola é quem decide quem é que trabalha com quem, então a escola assina com os pais a necessidade e depois assina com as bolseiras os contratos e leva o tempo que quer e que entende para os devolver às bolseiras. No fundo têm trabalhadoras que ficticiamente são escolhidas pelos pais passariam supostamente uma procuração para as representar, mas sem que tal corresponda à realidade, essa circunstância, essa

situação está a passar-se neste momento e isso não está correto e isso urge ser resolvido, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas a Senhora Secretária não reconhece!

O Orador: ... não vale a pena esconder a cabeça debaixo da areia, esse assunto deve e tem que ser resolvido e o Bloco de Esquerda fez muito bem em lembrar e trazer isso à (impercetível). Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começo por dizer que não é de processo extraordinário em processo extraordinário que se deve resolver a precariedade na administração pública, mas o problema é quando o abuso continua de forma extraordinária, é preciso sim um processo extraordinário, mais um.

E, Sr. Deputado Joaquim Machado fala em problema de consciência por termos votado contra o Orçamento, Sr. Deputado o PSD e o Sr. Deputado Joaquim Machado é que não ultrapassa o problema de consciência de terem dito que era ilegal e demagógica a proposta do BE que foi votada contra aqui pela sua bancada em 2022, em setembro de 2022...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nos termos que o senhor propôs voltaria a fazê-lo novamente!

O Orador: ... para apresentá-la no ano a seguir como proposta no Orçamento, Sr. Deputado isso é que é problema de consciência, isso é problema de consciência ter dito que era ilegal e era demagógica para depois apresentar exatamente a mesma proposta, isso é que é problema de consciência, e, enquanto houver trabalhadores

precários não temos problema nenhum em trazer aqui programas extraordinários ou outras medidas que sirvam para resolver o problema de quem está a trabalhar e não tem direitos e não vamos desistir de o fazer.

Há pouco esqueci-me de responder ao Sr. Deputado João Vasco Costa e à questão dos trabalhadores dos IPSS. Esta questão não é uma questão efetivamente de precariedade mas é uma questão de injustiça salarial e de um vínculo que não tem enquadramento, que não devia existir daquela forma, quando há trabalhadores que não põem os pés, não têm qualquer subordinação hierárquica às suas instituições de enquadramento, às IPSS, mas trabalham nas instalações da Segurança Social e recebem menos e recebem ordens e representam a Região e o Estado em diversos processos, é evidente que alguma coisa está mal nesse processo e há até processos em tribunal sobre estes vínculos, mas isso não obsta a aprovação da proposta porque é uma alínea em muitos casos de situações que identificamos, estão identificadas há muito tempo por isso quem não concordar com alguma delas é só votar contra aquela que entende que não deve avançar.

Agora permitam-me que termine com uma questão ainda sobre o regime dos bolseiros ocupacionais, é por demais evidente que há um abuso, uma subversão como disse a Sra. Deputada Sabrina Furtado em Comissão, há um abuso completo, há uma subversão, há uma situação inadmissível que se passa nos Açores ao nível das escolas relativamente aos bolseiros ocupacionais e o Governo não a identificou coisíssima nenhuma, o Governo manteve, fez uma resolução nova, uma portaria para enquadrar, para regulamentar e deixou tudo como estava e sabia o que é que se passava nas escolas. Mas agora vão-me dizer que o Governo descobriu a pólvora quando em Comissão este assunto foi debatido? O Governo sabia que era assim, sabia e interessava-lhe que fosse assim, porque esse era o regime que é o mais barato porque nem 12 meses de salário se tem que pagar, e, assim não é preciso contratar assistentes operacionais, o Governo sabia e não me venham dizer que não sabia, não me venham dizer que o Governo agora vai investigar o que é que se passa, nós não

estamos aqui a dormir, o Governo agora diz, o Sr. Secretário, que vai resolver o problema, assume que é um problema, há um problema, é evidente que é um problema grave, mas Sr. Secretário a resolução deste problema, deixe que lhe diga, não é criar um regime semelhante aos “Novos Idosos”...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): O senhor já está a atacar uma coisa que não conhece!

O Orador: ... em que se passa o recibo verde, em que os pais passam o recibo verde aos trabalhadores, a solução para este problema, não quer esta proposta que nós apresentamos, muito bem rejeita a proposta, é legítimo, agora tem que garantir um contrato de trabalho, porque os alunos com necessidades educativas especiais não vão desaparecer, infelizmente, irão continuar, eles ficam na escola e muito bem durante a escolaridade obrigatória e outros virão. E esses trabalhadores e essas trabalhadoras merecem o contrato de trabalho porque o seu trabalho é dos mais difíceis que se faz na escola e quem não reconhece isso é muito, muito triste. Dizer que afinal vão ter uma relação contratual com os pais e paga-se um dinheirinho através de recibos verdes é lamentável.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Mas quem é que disse isso?!

Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*): Sempre a especular!

O Orador: Eu não estou a dizer que disse isso, espero muito bem, quem falou em “Novos Idosos” foi o Sr. Secretário não fui eu, espero muito bem que não seja isso que o Governo se prepara para criar, porque isso ainda será pior do que aquilo que existe atualmente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Sabrina Furtado faça favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (*PSD*): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Muito rapidamente eu não ia intervir de novo neste debate, mas tenho que fazer aqui dois apontamentos. O primeiro é, acho lamentável que sempre que o Sr. Deputado António Lima e o Bloco de Esquerda são contrariados que partam logo para adjetivos como desonesto, como triste, pondo em causa cada um dos seus colegas aqui, e, pronto, neste debate ainda não chegamos ao seu adjetivo preferido que é a seriedade e de acusar toda a gente de não ser séria quando debate consigo e quando o Sr. fica sem argumentos.

Mas peço-lhe a palavra Sr. Presidente porque percebi que também na minha rápida ausência aqui da sala fui citada, o Sr. Deputado João Vasco Costa e o Sr. Deputado António Lima dizem que na Comissão, como se isso fosse grande argumento, na Comissão eu disse que se aquele problema efetivamente existe que é uma subversão do seu princípio e é, e é uma subversão do seu princípio.

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas a senhora disse mais coisas.

A Oradora: É uma subversão do seu princípio, como já disse aqui o Sr. Secretário Regional das Finanças e Administração Pública e até a Sra. Secretária Regional da Educação, o princípio não é este, é suposto os bolseiros ocupacionais terem uma relação ou serem eles próprios, também há casos que eu conheço que são os próprios pais da própria criança ou no mínimo conhecerem e terem uma relação com os pais da criança em causa.

Por isso tudo o que eu disse na Comissão eu reafirmo aqui, sabe Sr. Deputado João Vasco Costa, eu não vou despreparada para os assuntos, eu preparo e defendo sempre aquilo em que acredito, aquilo que o meu Grupo Parlamentar acredita, aquilo que o Governo Regional dos Açores acredita, aqui, na Comissão e seja onde for.

E, portanto, tentarem usar este tipo de argumento acho no mínimo uma grande pobreza, obrigada.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Essa adjetivação cai-lhe muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor.

(* Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Estamos já com um debate longo sobre uma proposta para uma integração de trabalhadores precários na administração pública através de um mecanismo extraordinário, mais um, mais um mecanismo extraordinário, portanto, mais uma vez subverter as regras instituídas, as leis em vigor para atender a um caso particular de precariedade.

O primeiro ponto a destacar aqui é a falta de credibilidade do promotor da iniciativa, do proponente, ou seja, do Bloco de Esquerda para vir propor este mecanismo de integração de trabalhadores precários.

Se há Governo que tem combatido a precariedade é o Governo de coligação PSD, CDS e PPM desde 2020. E, portanto, quando chegámos ao Governo em finais de 2020 o que mais havia nesta Região eram trabalhadores precários sobretudo na administração pública e na administração autárquica.

E, de então para cá, o número de trabalhadores precários na administração pública, sob responsabilidade de gestão dos departamentos do Governo Regional, têm diminuído significativamente e o Sr. Secretário Regional já nos deu os números dessa redução.

E, portanto, falta ao Bloco de Esquerda, credibilidade para falar sobre esta matéria porquanto têm sido nos sucessivos orçamentos regionais colocadas medidas e verbas exatamente para resolver situações de precariedade com a integração nos quadros

regionais e o Bloco de Esquerda vota sistematicamente contra, nem sequer se abstém, vota sistematicamente contra essas medidas de integração dos trabalhadores precários.

Portanto, o Bloco de Esquerda nessa matéria tem muita falta de credibilidade para falar em trabalhadores precários.

Depois com este debate, que já vai longo, percebemos claramente que o mote afinal já não são os trabalhadores precários ou lá o que seja isso, porque o Bloco de Esquerda é sempre muito indefinido, o Bloco de Esquerda é sempre muito escorregadio nos seus termos. E, portanto, como foi sendo sistematicamente desmentido pelos números apresentados pelo Governo o seu discurso caiu nos bolseiros, nos bolseiros que o Governo, figura criada por este Governo para resolver um, foi aquele Governo, pronto, não interessa, mas este Governo contratou ou estimulou a contratação de mais pessoas para dar apoio às crianças com necessidades educativas especiais nas escolas e de repente politicamente estas pessoas que são bolseiros são transformadas em trabalhadores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): “Transformados”?! Eles já são trabalhadores!

O Orador: E, portanto, já se reclama um salário, já se reclamam direitos, já se reclama tudo.

Ora, o Sr. Secretário já nos disse que o Governo já identificou aqui um problema e que vai criar com os três departamentos responsáveis pela administração pública, pela segurança social e pela educação, uma comissão que vai analisar e resolver do ponto de vista legal esta situação para que estas pessoas sejam de uma vez por todas ou consideradas trabalhadoras e sendo trabalhadoras terem direito àquilo que qualquer trabalhador tem ou não sendo trabalhadoras o regime seja o suficientemente claro para que não haja dúvidas de que não são trabalhadores e estão a prestar um serviço qualquer sobre um determinado regime jurídico sempre na ótica obviamente de que não trabalham para a escola mas trabalham em apoio estrito da criança...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Das crianças, nem sequer é de uma!

O Orador: ...sob a confiança dos pais. E, portanto, tendo sido desmontado o discurso de que era uma catástrofe na Região Autónoma os trabalhadores precários, o debate por parte da esquerda parlamentar descambou então para estes estagiários.

Deputado José Toste (PS): Estagiários?

O Orador: E, portanto, Sras. e Srs., bolseiros, peço desculpa. E, portanto, Sras. e Srs. Deputados obviamente que ninguém deseja precariedade, todos nós aqui neste Parlamento no exercício destas funções temos o nosso trabalho obviamente que prezamos o nosso trabalho e prezamos os nossos direitos laborais. E, portanto, obviamente que ninguém deseja que um trabalhador trabalhe sem direitos. E, portanto, que não haja qualquer dúvida sobre isso.

E, portanto, politicamente este Governo, esta coligação, desde 2021 o que mais tem feito é exatamente acabar com situações de precariedade, é dignificar as carreiras dos funcionários públicos. E por exemplo, por exemplo, propusemos em finais de 2023 para este ano 2024 a valorização profissional de todos os funcionários públicos através da redução do número de pontos necessários para progredir na carreira. O que é que a esquerda fez? Chumbou este Orçamento, deitou abaixo este Governo e pôs os Açores a marcar passo lançou-nos para eleições antecipadas e hoje nesta data esse mecanismo ainda não foi implementado por culpa de quem chumbou o Orçamento em novembro de 2023.

E, portanto, isto é só um exemplo da credibilidade que a esquerda tem para vir falar na resolução de problemas laborais ou precariedade laboral. E, portanto, de momento fico-me com estes argumentos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Vasco Costa faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS)**: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu tinha terminado a exposição sobre a nossa razão de ciência, digamos assim neste diploma, mas não posso deixar de responder à Sra. Deputada Sabrina Furtado, que por acaso não estava na sala quando eu fiz a citação que foi referida na Comissão, mas volto a fazê-la, no dia 29 de maio de 2024, a Sra. Deputada Sabrina Furtado referiu, para além de outras coisas, que isto era uma subversão do princípio do próprio programa.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): E é!

O Orador: Eu apenas referi isso pelo seguinte, é que até então sempre que se falou neste problema, até à altura do debate, nesta altura os Srs. sobre os bolseiros ocupacionais douraram a pílula aqui, embora a Sra. na Comissão tenha reconhecido...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): E acabei de o fazer aqui também!

O Orador: ... que era uma subversão do princípio do próprio programa mais, a Sra. referiu também, já que quer e eu digo-lhe, referiu outras coisas, referiu que não podia prometer que o Governo ia solucionar a questão, ...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Claro que não. Eu não sou governo!

O Orador: ..., mas que ela tem que ser solucionada, são palavras suas. Repare, e, para quem acabou de criticar, muito ofendida as adjetivações usadas pelo Sr. Deputado António Lima, que à beira da sua, relativamente à pobreza, são “Peanuts” como diz o americano, eu não tenho como adjetivar essa sua conclusão no debate, a Sra. inscreva-se...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Eu inscrevo-me se eu quiser!

O Orador: ... em vez de estar a interromper aquilo que eu estou a dizer porque o que a Sra. pretende sei eu muito bem, que é que eu não lhe diga aquilo que a Sra. tem que realmente ouvir é que não pode criticar adjetivações e terminar a sua

alegação exatamente com uma adjetivação, fica-lhe mal, mas eu não vou adjetivar porque não faço, não cometo o mesmo erro que a Sra.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu intervenho apenas para dizer o seguinte, o Bloco de Esquerda não precisa que o CDS acredite na credibilidade do Bloco de Esquerda, aquilo que é preciso é que o CDS ouça e veja quem efetivamente luta e reivindica dignidade, justiça e direitos iguais, são os trabalhadores que vêm à rua, que fazem petições como aquela que entrou já nesta Assembleia com mais de 600 assinaturas a reivindicar estabilidade no trabalho, aqueles que se manifestaram à porta do Palácio de Santana, aquelas que foram à Comissão dizer o que é que se passa nas escolas, é essa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas que o BE instrumentaliza cada vez que vai às escolas.

O Orador: ... a credibilidade que o Sr. tem que reconhecer, ou não têm credibilidade essas trabalhadoras e esses trabalhadores? Não têm credibilidade os números, e, não são só os bolseiros ocupacionais, 2300 trabalhadores a prazo não é credível esse número? 1600 programas ocupacionais, números da Direção Regional do Emprego não é credível? 180 recibos verdes não é credível? Mais de 100 bolseiras ocupacionais não é credível? Estes são os números da realidade. E por mais que o Governo diga que está a resolver, aquilo que as pessoas, no dia a dia sentem, e, quem está na situação de instabilidade ou precariedade é que a sua vida anda para trás e é por eles que estamos aqui a lutar e a apresentar soluções ao contrário do Sr. que só

tem uma coisa a dizer, a proposta não presta não tem credibilidade por isso vamos rejeitar.

Deputado Flávio Soares (PSD): E disse bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começando já pelo fim, Sr. Deputado António Lima, eu não disse que a proposta não prestava, ou V. Exa. já ouviu a mais ou fantasia aquilo que eu digo, eu disse era que o proponente não tinha credibilidade, que é totalmente diferente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh isso então é muito pior!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado também não ouviu quando eu disse que nós prezamos a estabilidade laboral, que prezamos os direitos laborais, que prezamos a valorização salarial, e, se dúvidas houvesse, vá consultar os Orçamentos que o Sr. chumbou para o ano de 2021, de 2022, 2023 e 2024 e vai ver todas as medidas de âmbito social que lá estão, todos os aumentos que esta coligação implementou seja a nível salarial, seja a nível dos benefícios sociais, eu demoraria aqui mais tempo do que aquele que eu tenho disponível para falar só para enumerar todos os apoios sociais que esta nossa coligação aumentou.

E, portanto, Sr. Deputado António Lima sobre questões de âmbito social o Bloco de Esquerda não dá lições de moral ao CDS nem a esta coligação. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Sabrina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, não posso depois da intervenção do Sr. Deputado João Vasco Costa, naturalmente, não me levantar para responder o seguinte, eu percebo a estranheza do Partido Socialista quando não consegue, porque nos últimos 24 anos nunca foi assim, distinguir entre o que é um Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores. Eu quando disse na Comissão, e, além do que o Sr. disse eu disse ainda mais coisas, que o sistema como aquelas pessoas nos estavam a descrever é uma subversão do que é suposto acontecer, reafirmo, e, quando eu disse que não podia prometer àquelas pessoas olhos nos olhos que o Governo Regional dos Açores ia resolver o problema delas rapidamente, eu hoje voltaria a dizer a mesma coisa porque eu não sabia das intenções do Governo Regional dos Açores, como é que iam identificar aquele problema, como é que iam trata-lo e se há coisa que o Grupo Parlamentar do PSD não faz, nem nas Comissões, nem no Plenário, nem seja onde for é andar a prometer coisas vãs, a pôr a esperança nas pessoas e depois defraudar as suas expetativas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e isso eu não faço e nunca contem comigo para isto, contem sempre sim para dizer a verdade às pessoas por mais dura que ela possa ser.

Fico feliz em saber que o Governo está a trabalhar numa solução e hoje diria exatamente a mesma coisa àquelas Sras. que a nós se dirigiram com aquele problema para resolver, sendo que, obviamente a solução não partirá só de nós, mas percebo a sua estranheza porque antigamente o Grupo Parlamentar do PS e o Governo confundia-se tudo e aqui hoje não é assim, os tempos mudaram Sr. Deputado. Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições?

Vamos passar à votação, vamos votar na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII – “Programa extraordinário de integração de trabalhadores precários na Administração Pública Regional”, votar, naturalmente, a proposta de substituição integral.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A votação na generalidade foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 4 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e a favor 21 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Sr. Deputado João Vasco alguma dúvida? Vamos repetir então, está bem? Sra. Secretária faça o favor.

Secretária: A votação na generalidade da substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 4 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e a favor 21 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado. Está assim encerrado este ponto. Pergunto se há inscrições para declarações de votos? Sr. Deputado António Lima, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente este projeto de decreto legislativo regional porque ele parte da identificação de um conjunto vasto de problemas de vínculo desadequado, de precariedade laboral em vários serviços da administração pública regional. Há e continuam a existir muitos trabalhadores a desempenhar funções que são necessidades permanentes em serviços públicos, nas escolas, nas diversas secretarias e que não têm a estabilidade que é justa e isso é um problema sobre vários pontos de vista.

Em primeiro lugar, e, esse é o mais importante, é um problema para as suas vidas, para a estabilidade, para o seu futuro, para a perspetiva de vida que possam ter nos Açores. Ao não ter um contrato de trabalho como têm direito todos aqueles que são trabalhadores nas situações de maior gravidade como, os programas ocupacionais, os bolseiros ocupacionais, os recibos verdes, isso leva a que seja, por exemplo, impossível recorrer a algo tão simples como um crédito à habitação.

Noutras situações como os contratos a prazo isso leva também a que esse mesmo futuro seja comprometido, embora o vínculo não seja tão precário como um programa ocupacional não deixando, no entanto de o ser.

Ora com esta proposta procurava-se resolver integrando um conjunto vasto de pessoas que colocam os serviços públicos a funcionar. A maioria deste Parlamento infelizmente não o quis, mas sabemos bem que quem trabalha nessas situações...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A declaração é em relação ao seu voto e não o dos outros!

O Orador: ...apesar da rejeição desta proposta não irá desistir, apesar da instabilidade, do medo que por vezes têm, não irão desistir de lutar por aquilo que é justo e enquanto houver um trabalhador precário na administração pública na Região ou no setor privado é certo que o Bloco de Esquerda estará ao seu lado, reivindicando e lutando por estabilidade e por justiça para o seu trabalho para que tenham efetivamente futuro nesta Região. Disse

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) Deputado José Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta com a convicção que esta seria uma forma de resolver um problema que existe na administração pública regional e que é reconhecido por todos, mas, que infelizmente a Assembleia Legislativa Regional hoje não teve a capacidade de resolver este

problema da precariedade do presente, escondendo-se numa precariedade supostamente resolvida no passado para não resolver o problema destes trabalhadores, e, infelizmente, vamos entrar no novo ano letivo em setembro e os bolseiros ocupacionais vão continuar sem uma resposta adequada e sem a certeza de qual vai ser o seu futuro.

Um voto favorável nesta proposta era um voto de garantia de combate à precariedade na administração pública regional e infelizmente a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores hoje não esteve à altura deste combate.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Olivéria Santos, para uma declaração de voto.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

O CHEGA votou contra esta proposta apesar de considerar que realmente é preciso fazer ainda um trabalho e combater a precariedade na Região, esta proposta que é hoje trazida aqui à Assembleia não iria resolver este problema, iria aumentar ainda mais a máquina do Estado que já é de si grande, não corrigindo os problemas que realmente subsistem no que concerne à precariedade laboral que ainda persiste aqui na Região.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Votámos contra esta iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda por entendermos duas coisas, desde logo que o combate à precariedade que, de uma forma muito

consistente, gradual e bem-sucedida estamos a fazer, não se realiza com demagogia...

Deputado António Lima (BE): Olhe agora a tal adjetivação!

O Orador: ...que os termos desta proposta de diploma aqui nos trazia.

E em segundo lugar porque este combate à precariedade que estamos a fazer é um combate à precariedade que deve ser abrangente, integrando várias carreiras profissionais, várias situações, que devem ser estudadas, que devem ser atendidas de uma forma ponderada adequada, não se compagina com a resolução apenas de um problema, porque efetivamente ao longo da discussão deste diploma nós ficamos convencidos de que afinal, porque as outras situações todas estão em vias de solução, apenas estávamos aqui a tentar resolver uma coisa que é dos bolseiro ocupacionais. E, portanto, este não é o único problema de precariedade na Região, é um, entre outros, mas entre todos aqueles que o Governo Regional da coligação tem vindo a resolver e que irá resolver de forma bem-sucedida, ponderada e sustentável. Contrariamente a quem no passado pouco ou nada fez pelo combate à precariedade, nós estamos empenhados e os números, os indicadores, hoje são indesmentíveis. Temos menos açorianos em programas ocupacionais, temos menos contratos a termo na administração pública regional, temos mais açorianos empregados, temos uma administração pública que cresceu é verdade, mas cresceu também para dar respostas mais adequadas às necessidades que se colocam aos nossos açorianos e todos os dias que nós reunimos o Parlamento ouvimos queixas de que é preciso mais trabalhadores, que é preciso mais despesa, que é preciso mais subsídios, que é preciso mais investimento. E nós atendemos àquilo que é possível, àquilo que é desejável, mas àquilo que também que numa perspetiva de boa gestão, de gestão equilibrada e sustentada que nós podemos e devemos fazer sem onerar mais as gerações futuras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque isso também está sempre na nossa preocupação, fazer hoje aquilo que é possível e desejável sem comprometer o futuro daqueles que vêm atrás de nós.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Votamos contra esta proposta do Bloco de Esquerda porque o nosso Governo de coligação CDS, PSD e PPM, desde 2020 não tem feito outra coisa que não seja resolver problemas relacionados com a empregabilidade, com os direitos laborais e com a precariedade. E, portanto, paulatinamente e consistentemente o Governo tem vindo a resolver setor a setor os problemas que existiam e que perduravam à demasiado tempo na nossa Região.

E, portanto, a seu tempo os problemas irão sendo resolvidos. Foi essa a mensagem que foi transmitida pelo Governo, é isso que é a nossa vontade enquanto partidos políticos que suportam este Governo de coligação, é isso que está a materializado sucessivamente nos orçamentos regionais desde 2021, orçamentos esses que têm vindo a ser chumbados sistematicamente...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

O Orador: ... por quem propôs esta iniciativa. E, portanto, só isso é bem explícito do estado a que chegou o debate político sobre esta matéria. Há quem queira criar alarmismo, quem queira criar instabilidade e há quem esteja paulatinamente a resolver os assuntos. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Não havendo mais inscrições para declaração de voto, encerramos assim este ponto da nossa agenda, fazemos um intervalo regressamos às 18h15.

Eram 17 horas e 52 minutos.

Eram 18 horas e 18 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradeço que reocupem os vossos lugares. Vamos entrar no ponto quatro da nossa agenda - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII – “Transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora”**, é uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação, obrigado Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Assiste-se a um movimento mundial de condenação do uso de artigos pirotécnicos de significativa intensidade sonora, que visa instituir um novo padrão que respeite as pessoas, os animais e o ambiente. China, Brasil, Chile, Alemanha, Finlândia, Irlanda, algumas cidades italianas e Suécia têm ditado as regras deste movimento, impondo fortes limitações à utilização da pirotecnia.

A população açoriana não ficou alheia a este movimento e acompanhou-o através da criação de duas iniciativas petições que se encontram em circulação. Em ambas as petições, é evidente o descontentamento generalizado da população como a utilização de artigos de pirotecnia proliferou na Região de forma descontrolada e com escassa fiscalização, desrespeitando as regras do controlo do ruído e causando danos – alguns irreversíveis, como a morte de animais e perda de membros superiores.

Especialmente nesta altura do ano, assiste-se a uma utilização descontrolada de foguetes e demais artigos de pirotecnia. São lançados e rebentados foguetes a qualquer altura do dia e da noite, quase de forma ininterrupta, nas malhas urbanas, junto a lares, creches, entre outros edifícios destinados à utilização por pessoas especialmente vulneráveis em função da sua idade e saúde.

Ao longo dos últimos tempos, são inúmeras as denúncias que nos chegaram devido à utilização indevida e abusiva de artigos pirotécnicos, nomeadamente no lançamento aleatório de foguetes junto de habitações, impondo-se como fonte de ruído que colide com o direito ao descanso e configurando perigo para pessoas e animais, sem prejuízo da poluição ambiental.

Este é um problema de saúde pública que urge ser sanado.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o ruído produzido pelos artigos pirotécnicos representa um risco significativo para a saúde humana, podendo provocar problemas respiratórios, convulsões, desorientação e alterações nas estruturas cerebrais infantis.

A mesma entidade refere que os artigos pirotécnicos ultrapassam o limite de decibéis estabelecido como o limiar da dor para o som, atingindo mais de 150 decibéis, ruído classificado como ensurdecedor. Mesmo nos casos de exposição indireta e considerando o natural fenómeno da propagação do som, não nos devemos esquecer que o limite aceitável para a produção de ruído é de 50 decibéis, classificado como moderado. Ademais, não podemos negligenciar o impacto desta atividade nos mais vulneráveis, como idosos, bebés e crianças portadoras de Perturbação do Espectro do Autismo, devido à hipersensibilidade auditiva associada.

Mas esta atividade tem mais vítimas e a poluição sonora gerada pela pirotecnia surte reações nos animais, sejam eles domésticos, silvestres ou selvagens, por deterem uma hipersensibilidade auditiva, podendo resultar em fugas, atropelamentos e até mortes, conforme aliás consta nos diversos pareceres técnicos que acompanham esta iniciativa e que são favoráveis à presente iniciativa.

Por fim, subsiste a poluição ambiental, motivada, sobretudo, pela queima dos poluentes e dispersão dos resíduos lançados que caem de forma aleatória, afetando negativamente a qualidade do ar, contribuindo para a crise climática.

Estas são situações que preocupam a população açoriana, que reclama por medidas urgentes para controlar esta epidemia pirotécnica, e acompanhamos esta preocupação.

Considerando as alternativas existentes, é improcedente a reiterada utilização de pirotecnia ruidosa e reivindicamos a abolição desta prática, que não se coaduna com o bem-estar e segurança da população açoriana.

Para o efeito, e por compreender as vicissitudes da atividade, apresentamos esta iniciativa que pretende, objetivamente, uma transição gradual para a pirotecnia silenciosa. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado estão abertas as inscrições. Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática faça favor.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Este Projeto de Resolução apresentado pela Representação Parlamentar do PAN que propõe uma transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de baixa intensidade sonora tem implicações diretas essencialmente sobre a realização de atividades ruidosas, matéria que está devidamente enquadrada do ponto de vista jurídico no Regulamento Geral de Ruído e Controlo da Poluição Sonora, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A de 30 de junho.

Nos termos do art.º 4.º deste diploma, cabe às entidades públicas, em especial às autarquias locais, no âmbito das suas competências, tomar as medidas adequadas para o controlo e minimização dos incómodos causados pelo ruído resultante de quaisquer atividades. Cabe também às câmaras municipais a elaboração de mapas de ruído para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos PDM's e dos planos de urbanização, tomar as medida adequadas para estabelecer nos planos municipais do

ornamento do território a delimitação de zonas sensíveis e mistas e ainda a elaboração de planos de ação de ruído nos casos em que isso seja aplicável.

Acresce que o exercício de atividades ruidosas temporárias, previstas no art.º 26.º deste DLR, pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente fundamentados sendo emitida para o efeito uma licença especial de ruído por parte do respetivo município.

Em matéria de fiscalização relativamente a este Regulamento Geral de Ruído e Controlo de Poluição Sonora existem diversas entidades responsáveis pela fiscalização entre as quais a Inspeção Regional do Ambiente, mas quanto à fiscalização de atividades ruidosas temporárias, que é o caso em apreço, portanto a utilização de pirotecnia, essa competência é atribuída à PSP, sendo que a responsabilidade para a instrução dos processos de contraordenação cabe às câmaras municipais.

Ora o que o PAN propõe nesta iniciativa não respeita estas disposições uma vez que propõe atribuir a fiscalização à PSP e à Inspeção Regional das Atividades Económicas, mas a instrução do processo de contraordenação à Secretaria Regional com competência em matéria de ambiente.

Ainda assim caso essa fiscalização fosse atribuída à Secretaria Regional com competência em matéria de ambiente as infrações deveriam resultar em contraordenações de natureza ambiental e a instrução dos processos de contraordenação deveria obedecer a um regime próprio definido na Lei 4 das contraordenações ambientais, e, portanto, este Projeto de Decreto Legislativo Regional contém um conjunto de incongruências que são difíceis de ultrapassar.

Em todo o caso o enquadramento jurídico para a utilização da pirotecnia está devidamente feito e enquadrado, passo o pleonismo, o que está em questão é uma análise política por via legislativa se estamos disponíveis para avançar e para fazer uma transição da atual pirotecnia para uma pirotecnia silenciosa, e, importa recordar desde logo, que o PAN apresentou na Assembleia da República uma iniciativa de

igual teor e que foi chumbada com os votos contra de todas as bancadas parlamentares com exceção do voto favorável do PAN e da abstenção do Livre, e, neste contexto quer a iniciativa apresentada a nível nacional quer a iniciativa que agora analisamos sofrem, no entendimento do Governo do mesmo tipo de limitações.

Desde logo o PAN propõe uma transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora e isso evidentemente resultaria num conjunto grave de constrangimentos ao normal funcionamento de um vasto leque de atividades relevantes...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... do ponto de vista cultural, tradicional, religioso, festivo ou recreativo sem que seja feita uma avaliação dos impactos que daí derivam e sobretudo sem serem acauteladas alternativas eficazes que por um lado não desvirtuem a manifestação em causa e por outro lado garantam a segurança de todos os participantes nessa atividade.

Em alguns casos, como acontece com as touradas à corda...

Deputado Pedro Neves (PAN): Isso é que é importante!

O Orador: ... parece difícil, para não dizer impossível, para não dizer impossível utilizar pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora até porque é através da emissão destes sinais sonoros que as pessoas sabem que a tourada começou que acabou ou se o touro está no caminho ou se já foi recolhido.

O mesmo acontece com muitas outras manifestações culturais e religiosas com bailinhos de carnaval e danças, com procissões, com bodos, onde os sinais sonoros transmitem informação relevante aos participantes, e, mesmo em relação às questões relacionadas com os impactos ambientais que são levantadas nesta iniciativa relativas ao lançamento dos foguetes, o que é facto é que não é apresentada qualquer fundamentação técnica relativamente a ganhos ambientais que essa transição

pudesse trazer, não é avaliado sequer o impacto ambiental que as alternativas que são propostas podem e têm seguramente também no ambiente.

Evidentemente que a utilização de pirotecnia tem sempre impactos, tal como tem muitas outras atividades que nós realizamos no dia a dia, só que as alternativas que existem, para além de serem ineficazes em muitos casos a verdade é que os seus impactos não são sequer tidos em conta, os impactos ambientais, não sequer são tidos em conta pelo PAN nesta iniciativa.

E, portanto, não é feita uma avaliação do impacto destas alternativas, não é feita uma avaliação de um impacto desta transição, e, nós sabemos onde é que estamos, mas não saberíamos para onde é que iríamos.

E depois há também uma enorme falta de rigor na argumentação que é aduzida por parte do PAN porque, enfim faz um elencar de limiares de exposição recomendados pela Organização Mundial de Saúde para exposição de adultos e crianças, designadamente cento e quarenta decibéis e cento e vinte decibéis alegando que os espetáculos pirotécnicos podem atingir cento e cinquenta decibéis e ir até cento e setenta e cinco decibéis. O que o PAN não diz e o que esta exposição de motivos não refere é que, daí a falta de rigor, a mesma fonte de suporte que o proponente recorre também diz, e, que é disponibilizada já agora pelo *Boys Town National Research Hospital*, é que estes níveis de ruído se referem à potência sonora emitida e não àquela que é recebida pelos participantes à distância.

Para além de todas as insuficiências desta proposta de diploma a grande questão é que o PAN quer promover uma mudança substancial sem, de forma alguma, ter uma fundamentação rigorosa sem avaliar os impactos que daí decorrem e sem garantir alternativas que possam garantir a segurança dos participantes nestas atividades e também, porque não, não desvirtuar estas manifestações tradicionais, culturais e religiosas. Muito obrigado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em alguns anos aprendi um princípio que acho que é um bom princípio, que nunca se pode decretar contra a vontade do povo e é precisamente o que se está a tentar. Ou seja, as leis também têm que ser para aquilo que a maioria das pessoas gostam, concordam, vivem, utilizam etc., e, este diploma vem um pouco contra isto que é nós vamos legislar aqui qualquer coisa que vai contra aquilo que é a vontade das pessoas, da maioria, claro que há minorias, há pessoas que não gostam de música, há pessoas que não gostam de teatro, há pessoas que não gostam de falar com os outros, há pessoas que não gostam de mim, mas isso eu já sabia.

Agora vamos aqui falar, eu concordo, eu sou um forte defensor das roqueiras e dos “bombões”, eu sou um forte defensor porquê? Porque tenho medo, tenho respeito, tem que ser bem utilizado, é um produto que está melhor, evoluiu bastante nesse sentido mas faz parte da festa, então vejamos, quando há o Espírito Santo e vou falar do que sei, não vou falar das touradas porque sei pouco, mas sei que é anunciado com foguete, com certeza, quando há o Espírito Santo anunciamos que acabamos o quarto com uma roqueira, anunciamos que a porta está aberta com uma roqueira, anunciamos que é o terço com uma roupeira, é a forma de fazer a coisa que já tem anos e anos, não sei quantos anos isso tem.

Isto é a nossa tradição, é assim que nós vivemos, é assim ser açoriano, isto é ser açoriano, decretar contra isto é negar o ser açoriano, eu perdoo o Sr. Deputado Pedro Neves, mas não é isso, agora se me falar que tem que ser bem utilizado, em horários convenientes, mil por cento de acordo Sr. Deputado, não se atira uma roqueira às

quatro da manhã apenas porque se bebeu mais umas cervejolas na barraca da festa, isto é completamente errado e isto devia ser severamente punido, como devia ser punido uma série de outras coisas. Agora as nossas festividades estão com cada vez mais taxas, taxinhas, vêm os Srs. inspetores que a comida não sei quê, vêm os Srs. da SPA, esses grandes gatunos da SPA, que eu não tenho vergonha de dizer isso que cobram tudo até o que é ilegal cobrar, andam a cobrar música tradicional, na Lei diz que a música tradicional está isenta e eles andam a cobrar isto e eu não tenho medo de o dizer porquê? Porque eu já disse na cara da Sra. responsável nos Açores que ela está a roubar as pessoas, isso é roubar as pessoas, isto sim nós temos uma série de condicionantes, sabem porquê? Querem acabar com as nossas, querem acabar com a nossa tradição, querem acabar com tudo, eu não quero acabar com as roqueiras faz parte, quando o povo dos Açores disser nós não queremos roqueiras, nós não queremos pirotecnia nenhuma, não queremos fogo de artifício, cá estaremos para isso, enquanto o povo achar que é isso, e, é assim que deve ser, e mais, cada vez são mais seguros esses produtos, cada vez mais as pessoas têm esse cuidado, porque há acidentes ou houve muitos acidentes, obviamente que não se pode atirar em qualquer sítio, obviamente que no meio das localidades tem que se ter esse cuidado, por isso é que existe um seguro obrigatório, tudo isso está bem. Vamos criar uma lei para condicionar a tradição do meu povo? Com o CHEGA jamais vão contar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem neste momento mais inscrições. Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) Deputado Luis Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional que nos traz aqui o PAN encerra em si uma contradição no próprio diploma, quando nós pretendemos, ou seja, passar do

sonoro para o silêncio e produzir o mesmo efeito, nós temos que perceber porque é que se lançam foguetes, qual é o objetivo de lançar um foguete? É produzir um ruído, é produzir um som que vai informar, vai sinalizar, vai avisar, ou seja, vai comunicar, e, é isso que se pretende com o lançar de um foguete.

Um foguete está intrinsecamente ligado às nossas tradições, o foguete assinala, como já foi dito aqui, o levantar a Deus durante uma missa, o foguete sinaliza a saída de uma procissão, um determinado percurso da procissão ou um determinado momento que a procissão passa. Portanto o foguete está intrinsecamente ligado às nossas tradições culturais, religiosas, sim também assiná-la a saída do touro, a entrada do touro, e, até agora não conheço outra forma que seja audível em todo um espaço onde se realiza o evento como o foguete. Substituir o foguete por luz ou por baixa intensidade sonora não me parece que seja de todo viável, depois aqui há outra questão que é a questão legal, quando diz não é fiscalizado devidamente pois engana-se Sr. Deputado Pedro Neves, talvez das atividades mais fiscalizadas pelas forças de segurança...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... são exatamente a atividade dos estaqueiro, do lançador de foguetes, é talvez a mais fiscalizada e não é por uma questão de ser o foguete é pela substância que está no foguete que pode ser utilizada para muitos outros fins que não seja o lançamento do foguete e esses fins sim condenáveis e todos nós sabemos do que é que estamos a falar.

Portanto ainda o ano passado, na ilha de São Jorge, não havia fogo porque não havia um poial, portanto não havia fogo porque não havia um poial, o Espírito Santo em São Jorge foi deprimente, as próprias pessoas diziam que nem parecia a nossa festa, nem parece o nosso Espírito Santo, as pessoas estavam deprimidas por a falta daquele som, pode não dizer nada ao Sr. Deputado Pedro Neves, mas diz muito ao povo açoriano e a quem foi criado nestas ilhas, diz muito aquele som daquele foguete desde os tempos da caça à baleia, agora não há caça à baleia, já não há necessidade

de existir o foguete para sinalizar este episódio. O foguete está a desaparecer, quando não houver necessidade de haver nada que esteja associado e que seja preciso avisar através do som do foguete. Os foguetes estão extremamente regulamentados por lei, desde decretos de lei, de n.ºs, de despachos internos, toda essa atividade, desde a sua produção, do seu transporte, do seu lançamento, toda essa atividade é extremamente fiscalizada por lei.

Como disse o Sr. Deputado José Pacheco, e bem, às vezes parece que é demais, mas atendendo à substância e ao mundo em que nós vivemos que parece que o homem se preocupa muito com algumas coisas que não sejam as guerras que estão a acontecer pelo mundo, pois efetivamente há uma necessidade enorme de se fiscalizar essas substâncias. Disse

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Peço a palavra para me pronunciar e transmitir a posição do Grupo Parlamentar do PS/Açores relativamente ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII, apresentado pelo PAN, que tem como objetivo a transição para a utilização da pirotecnia silenciosa ou de reduzir a intensidade sonora.

A iniciativa do PAN/Açores apresenta um conjunto de limitações sendo e com a sua implementação causaria constrangimentos ao normal funcionamento de relevantes atividades culturais tradicionais, religiosas, recreativas e festivas.

O Partido Socialista enquanto força política com expressão no todo nacional tem defendido o nosso património cultural, material e imaterial. Património esse que tem

expressão na mais pequena e na mais recôndita das nossas aldeias até ao maior dos nossos centros urbanos. Esse traço cultural está muito presente e temos de o defender sempre. É um traço de inegável expressão das nossas festas e romarias de norte a sul e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. E, sem a devida análise dos impactos reais que possam ser causados pela utilização da pirotecnia tradicional, e, sobretudo sem serem acauteladas alternativas eficazes que não desvirtuam a atividade e que não colocam em causa a segurança na sua realização a esta matéria relacionada com o ruído e poluição sonora não podemos acompanhar esta iniciativa. Grande parte da argumentação utilizada nesta proposta versa sobre o impacto do ruído e da poluição sonora na saúde humana e nos animais, aspetos aos quais somos sensíveis. São elencados os limiares da exposição recomendado pela Organização Mundial de Saúde para exposição de adultos e crianças, respetivamente, cento e quarenta decibéis e cento e vinte decibéis, alegando-se que os espetáculos de pirotecnia se situam facilmente acima dos cento e cinquenta decibéis podendo alcançar os cento e setenta e cinco decibéis. O que a exposição de motivos não refere é com base no mesmo suporte que o proponente recorre disponibilizado pelo *Boys Town National Research Hospital*, como disse há pouco o Sr. Secretário, e bem, são esses níveis de ruído que se referem a potência sonora emitida pelo artigo pirotécnico e não ao ruído a que os recetores à distância estão sujeitos, ou seja, por exemplo, no caso do fogo de artifício com um pico de pressão sonora de cento e setenta decibéis um recetor adulto terá de manter um afastamento de quinze a vinte metros para não exceder um linear recomendado, enquanto uma criança terá de garantir a uma distância de cinquenta a sessenta metros.

Relativamente às questões referentes à poluição atmosférica derivada da utilização de artigos pirotécnicos, evidentemente que os há, tal como acontece em muitas outras atividades como a utilização de automóveis de combustão interna, como os transportes marítimos, aéreos, como queimadas e muitas outras atividades.

Seria efetivamente preferível que não acontecesse, mas não há evidências que a pirotecnia comprometa a qualidade do ar nos Açores, que é de reconhecimento de excelência, e, também não será por aí que nos tornamos grandes contribuintes para o fenómeno das alterações global e das alterações climáticas.

O proponente pretende uma mudança substancial sem ter em consideração os impactos significativos que esta solução teria numa grande variedade de atividades relevantes para a Região e sem garantir alternativas adequadas ou eficazes.

Em alguns casos como acontece com as touradas parece complexo ou até inexecutável utilizar pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora sem comprometer a segurança dos participantes ou em última instância sem desvirtuar esta manifestação cultural. O mesmo acontece com muitas outras manifestações culturais ou religiosas, como as danças de carnaval, procissões entre muitas outras atividades, onde os sinais sonoros transmitem informação que é fundamental para os participantes.

Ainda assim importa referir que nos termos do art.º 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A de 30 de junho, cabe às entidades públicas, em especial às autarquias locais no âmbito das suas competências tomar todas as medidas adequadas para o controlo e minimização dos incómodos causados pelo ruído resultante de quaisquer atividades incluindo que ocorre sob a sua responsabilidade ou orientação, diz também que o exercício das atividades ruidosas temporárias previstas no art.º 26.º daquele DLR, pode ser autorizada em casos excecionais devidamente justificados mediante emissão de licença especial de ruído pelo respetivo município que fixa as condições de exercício desta atividade.

Se olharmos com atenção o inventário do património cultural português encontramos o espetáculo pirotécnico não se dissociando esta forma com a nossa comunidade e vivência e compartilha o sentimento de festa. O fogo de artifício integra a codificação de modos de organização de diferentes festividades religiosas e pagãs que ocorrem no nosso país.

Nesse sentido, olhamos esta proposta que o PAN nos apresenta como penalizando que em ao longo da sua história escolheu esse modo de vida e com ela abrilhantou e abrilhanta os nossos momentos de celebração coletiva. Não podemos por isso acompanhar o PAN na aprovação deste projeto de lei e fazemo-lo não porque o bem-estar dos animais e as pessoas e as causas ambientais não nos preocupam, mas pelas razões acima referidas.

O Partido Socialista é um partido responsável e por isso tem sempre como preocupação o bem-estar das pessoas e animais e também as causas ambientais, mas em relação à matéria aqui em análise achamos que a mesma já se encontra devidamente enquadrada na legislação existente e achamos sim que toda a legislação existente sobre esta matéria deve ser cumprida levando a que se faça uma correta utilização da pirotecnia de forma a não causar impactos nem distúrbios nas nossas sociedades.

E assim sendo e pelos motivos referidos acima o Grupo Parlamentar do PS/Açores não pode acompanhar a proposta aqui apresentada. Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Projeto de Decreto Legislativo Regional que a Representação Parlamentar do PAN trouxe a debate é efetivamente pertinente e levanta uma questão de fundo que julgo eu já passou pela cabeça da grande maioria das pessoas, se é adequada ou não a utilização de pirotecnia, os foguetes, as chamadas roqueiras nas diversas festividades nos Açores.

Ora, os Açores têm uma característica que é distinta de, diria eu, da maior parte das zonas do país a esse respeito.

Nos Açores utilizam-se os foguetes com muito maior frequência, com muito maior intensidade do que acontece na generalidade das festividades populares no resto do país.

Ora, porque há efetivamente uma enorme proliferação de festividades que pela sua natureza cultural, religiosa não se concentram apenas numa ou outra... ó Sr. Presidente eu não sei se posso continuar...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos permitir que o Sr. Deputado António Lima prossiga a sua intervenção, faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: ... essa utilização pelas características das festividades que estamos a falar ela prolonga-se no tempo por vezes naturalmente durante semanas e é preciso não esquecer que as festividades também decorrem numa freguesia em diversos locais. Ora essa utilização não é pontual muitas vezes e é recorrente e é duradoura no tempo, pode-se prolongar durante dias ou até, em numa determinada área, mais que isso.

Por outro lado, e todos já assistimos e presenciamos a utilização de foguetes por vezes e muitas vezes tem lugar a horas que não são adequadas, que não são próprias, altas horas da noite...

Deputado José Pacheco (CH): Isso está correto!

O Orador: ... de madrugada, isso tem impacto... eu não sei se posso continuar...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Prossiga, mas diga porquê!

O Orador: ... Sr. Presidente, a bancada do PSD...

Deputado Luís Soares (PSD): Isso está legislado!

O Orador: ... entra em polvorosa com esta argumentação e eu gostaria de perceber o que é que incomoda o PSD nesta argumentação, mas terão oportunidade de se inscrever e dizer, se me permitirem concluir a intervenção eu concluo, se não permitiram eu sento-me e ficam a falar sozinhos.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Ai tão bom!

O Orador: Como estava a dizer, a utilização é muitas vezes desadequada, fora de horas, sejam horas tardias da noite, sejam horas tardias, ou, neste caso, demasiado cedo de madrugada.

Os impactos que isso tem no descanso das pessoas, dos residentes, no descanso das crianças, os impactos que isso tem nos animais domésticos que por vezes fogem das suas casas, das casas dos seus proprietários, dos seus donos, dos seus terrenos, isso é o impacto que é real e é significativo. Por outro lado, tem impacto também na biodiversidade, porque o ruído afeta também a vida selvagem.

Esses impactos são evidentes, são reais e ninguém poderá dizer que eles não existem. Poderá ser-se-á dizer que é preciso compatibilizar todas essas questões, certamente que sim, mas eu julgo que a proposta do PAN com as alterações posteriores que já apresentou vai nesse sentido, não se trata de uma proibição sem mais.

É efetivamente uma redução da intensidade sonora da pirotecnia que pode ser utilizada. E julgo que essa é uma proposta razoável. Não se trata, como disse o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas de uma proibição que foi apresentada na Assembleia da República que nós não acompanhamos, aqui não se trata de uma proibição, trata-se de uma transição para uma pirotecnia de menor ruído, de menor impacto. E com essa matéria nós acompanhamos e é razoável e é adequado fazê-lo, porque poderá se calhar dizer que essa redução de ruído deturpa a tradição, poderá frustrar as expetativas das pessoas, bem todas as tradições evoluem, há tradições que terminam e acabam, a caça à baleia era uma tradição intrínseca dos Açores...

Deputado José Pacheco (CH): Ah os senhores querem acabar!

O Orador: ... e ela desapareceu e desapareceu por bons motivos e todos reconhecemos que isso foi positivo, ninguém quer acabar... o Sr. Deputado José Pacheco está nervoso... ninguém quer acabar com a pirotecnia, querem efetivamente

que ela seja mais adequada e tenha menos impactos na vida das pessoas, nos animais e na biodiversidade e isso é uma posição razoável, adequada.

Ficar preso e imutável perante a realidade e perante também as reivindicações das pessoas, porque é preciso não esquecer que esta ideia de reduzir o impacto da pirotecnia não é uma ideia de uma pessoa só, há muita gente nos Açores, e, todos já certamente conhecemos, que se opõem ou que querem reduzir o impacto ou que querem menos barulho ou querem que se cumpra os horários e há muita gente que até se pronuncia através de petições, há petições a correr sobre esta mesma matéria. Por isso as minorias têm em democracia têm direito à opinião, têm direito à petição, têm direito a ser respeitadas e têm direito a que o seu direito ao descanso por exemplo também seja respeitado, compatibilizar todos esses interesses é o trabalho também do Parlamento.

Garantir que as manifestações culturais, religiosas têm direito a utilizar a pirotecnia, garantir o direito ao descanso, garantir também o direito e a proteção dos animais e da biodiversidade, compatibilizar esses direito é nesse sentido que vai a proposta por isso acompanhamos e votaremos favoravelmente. Muito obrigado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, (É para atirar aqui uma roqueira) Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governos.

O Bloco de Esquerda acaba de confessar o crime, há tradições que acabam, há tradições que acabam, há tradições que o melhor é acabar, segundo eles.

Há petições que devem ser na sede do Bloco de Esquerda porque eu não conheço petições nenhuma, eu não sei, que há uma minoria, há uma minoria que não gosta de roqueiras, que não gosta de música, não gosta de nada, gosta deles próprios, gostam de estar fechados em casa e ninguém os incomode.

Eu gostava de saber quais são os estudos que os Srs. se baseiam para dizer que isto tem impacto ambiental, quais são os estudos que nos Açores utiliza-se mais que no continente, eu não conheço! A única diferença que eu sei é que no continente o fogo é um perigo para os incêndios ou causar incêndios, é a única coisa que eu sei.

Os Srs. falam de coisas vagas, coisas que se lembraram, acordaram de manhã, hei acabar com as roqueiras, olha bela maneira de acabar com as touradas, isso dos Espírito Santos isso só incomoda, que eu quero ir para a praia e tenho uma coroação. Hei Sr. não são os Açores assim, não são, fogo para o ar se não fizer barulho não serve para nada senão vamos ter que substituir isso por umas painéis de feijão desculpe.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo,

O Projeto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PAN, sugere a transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora.

Reconhecemos a necessidade de proteger o meio ambiente e de respeitar a sensibilidade de pessoas e dos animais ao barulho. No entanto, a pirotecnia tradicional é uma componente vital das nossas celebrações culturais.

Substituí-la por versões silenciosas pode parecer uma solução sensata à primeira vista, mas, na prática, compromete a riqueza, a vivacidade das nossas festividades e a segurança em que se realizam.

Para além do impacto cultural, a transição para pirotecnia silenciosa acarreta desafios técnicos e económicos que não podemos ignorar.

Acreditamos numa abordagem gradual e responsável para resolver esta questão.

Defendemos a introdução progressiva de pirotecnia menos poluente, enquanto mantemos algumas exceções para garantir que as nossas celebrações culturais continuem a ser autênticas.

É fundamental investir na educação e na sensibilização do público para o uso responsável da pirotecnia.

A realização de campanhas de sensibilização pode incentivar práticas mais sustentáveis, como a utilização de materiais menos nocivos e a realização de espetáculos em locais controlados para minimizar o impacto ambiental.

Estamos convictos de que a melhor forma de avançar é por meio de soluções que integrem o respeito pelas nossas tradições culturais com a responsabilidade ambiental.

Como partido ecológico, continuaremos a trabalhar incansavelmente para promover um futuro onde celebrações e sustentabilidade caminhem lado a lado. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luis Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Parece-me que há aqui um desconhecimento por parte do Sr. Deputado Pedro Lima relativamente a algumas matérias e só para que, António Lima, sim, Pedro Lima é uma mistura, uma mistura explosiva. É preciso que se note que, isto é assim, o lançar de objetos pirotécnicos para lá das horas que estão estipuladas e que são regulamentadas pela Lei do Ruído é proibido, Sr. Deputado António Lima, não vale a pena o Sr. querer reunir um Parlamento para legislar sobre o que já está legislado.

Deputado António Lima (BE): Se calhar se me tivesse ouvido não diria uma coisa dessas!

O Orador: Portanto, já está legislado, já está regulamentado. O Sr. esteve aqui não sei quanto tempo a falar, por isso o ruído da bancada do PSD, era só para o Sr. poupar palavras, se calhar depois precisa delas para outra altura.

É, porque efetivamente, o Sr. acabou por não dizer nada. O Sr. falou de coisas que já estão regulamentadas por legislação que já está produzida, legislação que proíbe, legislação que sanciona, já está tudo regulamentado. Portanto aquilo que o Sr. teve até agora a dizer, e muito bem, alguém já pensou e alguém já fez. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para uma interpelação, faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Era só para informar a Mesa que farei chegar por email as duas petições que estão a decorrer dentro da Região Autónoma dos Açores, isto porque o Sr. Deputado do CHEGA, José Pacheco, tem alguma dificuldade com o Google e assim eu faço a filtragem e será mais fácil ver no email as duas petições e a quantidade de assinaturas existentes nessas petições. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação. Continuam abertas as inscrições. Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo.

O fogo de artifício é algo milenar, surgiu há mais de dois mil anos no Oriente, apareceu na Ásia e na Europa por volta do Séc. XIV, a partir do Séc. XVII os fogos de artifício tornam-se populares no ocidente, e, portanto, no Séc. XXI temos aqui uma proposta para acabar com uma tradição milenar, começando por lhe retirar a

componente sonora e qualquer dia teremos aqui uma proposta também para começar a tirar a cor ao fogo de artifício. E, portanto, o PAN pode já contar frontalmente com o nosso voto contra esta iniciativa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Estou surpreendido, Sr. Deputado!

O Orador: Ouvimos com atenção os argumentos que utilizou e que invocou, lemos atentamente a proposta e as propostas de alteração, e, portanto, podemos concluir que o PAN está contra as nossas tradições populares, contra as tradições populares açorianas, e, eu passo a explicar, nos Açores é inegável, somos uma terra de tradições muito antigas, tradições seculares. As nossas tradições populares incorporam fogo de artifício, são marcadas pelo fogo de artifício e o fogo de artifício marca muitas vezes o compasso das nossas tradições populares. Por exemplo, as festas religiosas como do Espírito Santo, as procissões, os bodos, as nossas tradições como o Carnaval da ilha Terceira, onde o fogo de artifício anuncia a chegada de mais uma atuação, um bailinho, uma dança e também obviamente as festividades taurinas e as touradas. Nessa circunstância das touradas, por exemplo, nas touradas à corda, o foguete não é usado como um elemento decorativo ou festivo, mas sim como um elemento de segurança, para que as pessoas que estão no arraial e que não o podem ver pela localização onde se encontram não conseguem perceber se o touro está fora ou dentro da gaiola é através do foguete que ficam a saber se o touro está fora ou se está dentro. E, portanto, é um fator de segurança das pessoas.

Ainda há cerca de dois ou três anos se a memória não me falha, este Parlamento teve que decidir por um mecanismo excecional exatamente para a ilha São Jorge por faltar alguém certificado para o lançamento e para a detenção de foguetes e teve que se encontrar um mecanismo alternativo e de emergência e excecional para substituir o foguete para se pudessem desenrolar as nossas tradições taurinas naquela ilha. E, portanto, o foguete é também um fator de segurança, mas isso também é admitido pelo proponente da iniciativa que reconhece que em determinadas áreas e em

determinadas circunstâncias os foguetes ou fogo de artifício constitui um elemento de segurança.

Mas, não podemos acompanhar a proposta do PAN exatamente por estas questões que eu invoquei, faz parte da nossa tradição, faz parte da nossa tradição cultural está enraizada na nossa sociedade, somos açorianos, isso faz parte do facto de sermos açorianos.

E, portanto, há quem não goste, claro que há quem não goste, respeitamos quem não gosta, há algum abuso, alguma utilização abusiva em horas de descanso onde se devia evitar o uso do fogo? Sim, também haverá. Importa é que as autoridades atuem, não é por falta de atuação das autoridades que vamos então usar esse argumento para criar uma lei restritiva. E, portanto Sr. Deputado Pedro Neves não pode contar com o voto favorável do CDS.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Todas as tradições evoluem, as tradições não congelam, e, esta é uma daquelas que provavelmente num futuro muito próximo também vai acabar por descongelar e não está em causa a tradição de lançar uma roqueira porque vai sair a procissão ou lançar uma roqueira porque vai sair o touro ou lançar uma roqueira porque estão saindo as sopas, está em causa é ouvirem-se foguetes às duas da manhã, às três da manhã, às quatro da manhã e isto é que é complicado, e, foi por isso que eu aqui fiquei quase boquiaberto quando ouvi o Sr. Deputado Luís Soares dizer que não há nada mais fiscalizado do que isso, é mentira Sr. Deputado Luís Soares.

Deputado Luis Soares (PSD): É verdade! Não fale do que não sabe!

O Orador: Não há nada mais legislado do que isso, não há nada mais regulamentado do que isso, mas não é fiscalizado e não é fiscalizado porque todos os dias, todos os fins de semana desde maio há queixas apresentadas na PSP por causa do ruído às duas, às treze e às quatro da manhã, mesmo em freguesias urbanas como é o caso de São José, São Sebastião e São Pedro de Ponta Delgada.

É tradição usar foguetes nas festas do Espírito Santo, é tradição usar foguetes nas touradas, é tradição usar foguetes nas nossas festas de freguesia, nas nossas procissões, nas nossas festas de padroeiros, mas não é tradição lançar foguetes às duas, três e quatro da manhã, assim como não é tradição concertos de música até às duas, três e quatro da manhã com as janelas a tremerem pelas casas todas e com as pessoas a não conseguirem dormir. Isto é que é um atraso civilizacional que essa Região tem que olhar com muito critério e com muito afinco porque é lamentável o que se tem passado nos últimos anos com um “alarvismo” o termo é mesmo esse, um “alarvismo” no uso da via pública incomodando tudo e todos, e, eu já nem falo do setor emergente do turismo que se queixa todos os dias do ruído basta ir à baixa de Ponta Delgada, aos alojamentos locais, aos hotéis e perceber o que é que se está lá a passar. Eu falo mesmo é dos nossos todos concidadãos que não conseguem dormir, que não conseguem às vezes entrar em casa com os carros mal-estacionados com uma série de coisas que se passam nas nossas cidades, nos nossos centros urbanos e que não é fiscalizada e que não têm consequências.

Eu vou dar só um exemplo do que se passou há quinze dias na baixa de Ponta Delgado com dois concertos a decorrer, um numa ponta de uma freguesia e o outro na outra ponta na outra freguesia, eu fui à cidade, tive que ir à cidade à uma e meia da manhã os parques subterrâneos estavam completamente vazios e os passeios da Avenida Marginal de Ponta Delgada estavam todos cheios de carros mal estacionados, estacionar um carro durante uma hora num parque daqueles custa 90 cêntimos, quem tem dinheiro para gastar seis ou sete euros para se deslocar ao centro da cidade de automóvel podia muito bem pagar aqueles parques de estacionamento,

e, só não o faz porque a polícia não fiscaliza, porque a polícia não vai lá, porque a polícia não autua e depois como não há consequências toda a gente faz o que quer e o que lhe apetece.

É um facto, é um facto, a lei existe, está regulado, está regulamentado, tem regras bastante apertadas inclusivamente, não é vendido um foguete a ninguém sem se identificar essa pessoa, sem se saber quem é essa pessoa que leva um foguete para casa, mas depois ninguém vai saber quem foi que lançou aquele foguete às quatro da manhã na freguesia de São Sebastião nas festas do Espírito Santo da Arquinha ou nas festas do Espírito Santo no Lajedo, este é que é um facto e as pessoas acordam às duas, três e quatro da manhã assustadas com barulho de roqueiras e de “bombões”, o termo é esse mesmo. E, portanto, eu percebo que se tem que fazer uma evolução nessas tradições, eu não estou de acordo com essa proposta do PAN, porque acho que ela é extremamente radical, mas é preciso que as forças de segurança cumpram a sua função e ao contrário daquilo que fizeram no parecer que deram sobre essa proposta, que extravasaram as suas competências, porque é um parecer incompetente, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): É verdade!

O Orador: ... que façam é o seu trabalho. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu já o disse, realmente a fiscalização falha, mas também eu tenho alguma dificuldade em perceber às quatro da manhã se vamos ter um polícia em cada tasca, se vamos ter um polícia em cada barraca, vamos ter. Agora, não era isso que eu queria, já o tinha dito não vou repetir, o Sr. Deputado Nuno Barata acaba de lançar aqui ou puxar uma coisa que eu não queria falar e que nós no CHEGA já estamos a trabalhar, isto sim é que era de valor trazer para aqui, e, que são esses festivais

selvagens no meio de localidades até às cinco da manhã, quem licencia isto são as câmaras municipais, que muitas vezes utilizam isso como cartaz eleitoral para nós termos, eu, que moro na Ribeira Chã consigo ouvir o som da Vila Franca, isto cabe na cabeça de alguém? Tenho as janelas a tremer à uma da manhã, isto cabe na cabeça de alguém? As pessoas que vivem ali à volta, cabe na cabeça de alguém? Porque há uns Srs. que querem ser modernos e isto foi numa bola de neve, o que é moderno é termos festivais, o que é moderno é termos música pela noite dentro, uma coisa que é sim, uma coisa selvagem que noutros países e em São Miguel já se fez uma experiência, fazer um festival a horas de gente séria, eu não percebo porque é que se têm que fazer festivais pela noite dentro no meio das localidades, isso sim, Sr. Deputado Pedro Neves, nós temos é que falar nisso que é a lei do ruído, tem que começar a proibir isto tudo porque as pessoas têm direito ao seu descanso.

Não é uma roqueira, mas sim horas e horas e horas e horas de festivais, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda ri-se...

Deputado António Lima (BE): Agora também não posso rir?!

O Orador: ... o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda ri-se, porque pegam em coisas para acabar com as festividades açorianas, mas querem perpetuar os festivais que nós sabemos o que é que se passa dentro dos recintos, é o consumo excessivo de álcool de drogas e mais qualquer coisa por aí a fora.

Isto sim é que nós temos que limitar e temos que dar às pessoas bem-estar e ter o direito de dormir uma noite descansada sem ter não sei quantos mil decibéis daquelas colunas, isto sim é que é valor e isto é que nós temos que discutir, não é acabar com as nossas tradições, é acabar com o eleitoralismo de alguns presidentes que andam para aí, que o bom é derramar dinheiro dos contribuintes em festivais inúteis que a única coisa que fazem é só mesmo gastar o dinheiro dos contribuintes e incomodar quem vive ao lado. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luis Soares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu por momentos pensei que nós estávamos a discutir a Lei do Licenciamento dos Municípios ou a Lei Especial do Ruído, pensei que que nós estávamos a discutir isso e não as questões da pirotecnia. Mas já que entrámos por aí, o Sr. Deputado Nuno Barata falou da falta de fiscalização da polícia autuar, mas depois não eram levantados os autos, parece-me que é preciso aqui as pessoas saberem a mecânica das coisas, é porque o Sr. efetiva não sabe também do que é que está a falar Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Ah sei, sei!

O Orador: Não sabe, não sabe, o Sr. não pode ensinar quem teve trinta anos de profissão como é que é a mecanização das coisas e como é que as coisas acontecem, o Sr. tem essa presunção, mas o Sr. não sabe, o Sr. tem a presunção de saber que é outra coisa e faz toda a gente acreditar que o Sr. sabe, mas o Sr. não sabe Sr. Deputado, o Sr. não sabe. Estas questões de licenciamento, a polícia identifica, levanta o auto, mas quem aplica a pena pecuniária não é a polícia, não é a polícia, portanto, mas da forma que o Sr. falou, o Sr. quando falar tem que ir até ao fim não pode ficar a meio, porque até é desprestigiante para os profissionais das forças de segurança que dão ao litro todos os dias nessa Região para que o Sr. possa estar aqui a falar da maneira que fala, está a perceber? Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. O Sr. iniciou tão bem eu pensei que me ia ajudar a recentrar o tema, mas não. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos continuar a falar de pirotecnia, o Sr. Deputado Luís Soares que afirmou na sua primeira intervenção que não havia nada mais fiscalizado do que isso, acabou por confirmar que é ineficaz a fiscalização, porque se continuam a existir queixas, se as pessoas ligam para as esquadras às duas, às três da manhã e não aparece ninguém na festa para identificar quem foi que lançou o foguete, então é muito bem fiscalizado.

E vamos esclarecer aqui, eu não admito ao Sr. Deputado Luís Soares que me chame ignorante, não admito, nem sobre esse assunto nem por assunto nenhum. Não é por ele ter trinta anos de PSP que sabe mais deste assunto do que eu.

Mas há aqui uma questão que eu quero descentrar completamente o debate, Sr. Presidente, e, permita-me que o faça, foi aqui há uns meses, e, hoje já é a segunda vez e eu deixei passar a primeira, mas eu não vou deixar passar a segunda, foi aqui há uns meses dito que o Sr. Deputado Gualberto Costa Rita, meu querido amigo, não poderia falar como armador e tinha que dizer se estava aqui como armador ou se estava aqui como Deputado, pois hoje eu já ouvi o Sr. Deputado Joaquim Machado falar como professor e o Sr. Deputado Luís Soares falar como PSP.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): É muito diferente!

O Orador: Eu, nessas coisas não me interessa se vem da bancada do Bloco de Esquerda, do PPM, do CDS ou do CHEGA, é a justiça que está em causa, é preciso sabermos do que é que estamos a tratar.

Foi aqui feita uma acusação grave ao Sr. Deputado Gualberto Costa Rita e hoje dois Deputados do PSD fizeram a mesma coisa que o Sr. Deputado Costa Rita fez, por lapso na altura, disse “nós armadores”.

Deputada Inês Sá (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo, fica o registo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem inscrições vamos passar à votação.

Vamos votar na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII – “Transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora”, uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A votação na generalidade foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 21 do PS, 4 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do IL a favor 1 voto do BE e 1 voto do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sra. secretária. Pergunto se há declarações de voto? Não havendo, vamos avançar na nossa agenda. Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de trinta minutos. Muito obrigado.

Presidente: Eu penso que atendendo ao nosso horário e como também conversámos na Conferência de Líderes que o ponto 4 seria discutido no início da tarde de amanhã, portanto, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje e continuamos amanhã às 10h00 com o debate de urgência.

Os trabalhos terminaram às 19h20

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 179/XVI/1.^a (PAN) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima sétima alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março) - Audição n.º 8/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 06 - 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024 – 07 – 02;

Assunto: N.º 186/XVI/1.^a (PAN) - Reforça a proteção dos animais durante o transporte e operações afins e estabelece o fim da exportação de animais vivos para países terceiros - Audição n.º 9/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 06 - 18

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024 – 07 – 08;

Assunto: N.º 185/XVI/1.^a (BE) - Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas regiões autónomas (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho) - Audição n.º 10/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 06 - 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2024 – 07 – 08.

2- Propostas de Lei:

Assunto: N.º 8/XVI/1.^a (BE) - Grandes Opções 2024-2028 - Audição n.º 11/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 07 - 05

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2024 – 07 – 25.

3- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 13/XIII -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR013.pdf>

Assunto: Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março, que estabelece a orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2024 – 06 – 26

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2024 – 07 – 29.

4- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 10/XIII -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjPDLR010.pdf>

Assunto: Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período compreendido entre 2025 e 2028

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 14

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2024 – 07 – 17;

N.º 11/XIII -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjPDLR011.pdf>

Assunto: Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, de 19 de julho, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 14

Comissão:

Iniciativa retirada pelo proponente

N.º **12/XIII** -
<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEpDLR012.pdf>

Assunto: Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, de 19 de julho, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 25

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2024 – 07 – 29;

N.º **13/XIII** -
<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEpDLR013.pdf>

Assunto: Adapta o sistema nacional de monitorização e comunicação de risco, de alerta especial e de aviso à população a todo o território da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 27

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2024 – 07 – 29.

5- Propostas de Resolução:

N.º 3/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEpR003.pdf>

Assunto: 1.º Orçamento suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2024 – 07 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2024 – 07 – 05.

6- Petições:

N.º 6/XIII - http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti1296.pdf

Assunto: Ampliação das Instalações do Judo Clube de Ponta Delgada

Proveniência: José Maria Bettencourt Araújo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: Em processo de admissão

7- Requerimentos:

Assunto: Encerramento da Escola Primária da Madalena

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Hélia Cardoso, José Paulo Sousa e Fernando Dias (CH)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 14

Referência: 54.09.06 – N.º 69/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque69.pdf

Assunto: Grua da Fajã das Pontas – Norte Pequeno

Autores: Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 17

Referência: 54.01.05 – N.º 70/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque70.pdf

Assunto: Vagas para crianças com necessidades especiais

Autores: Inês Sá, Sandra Costa Dias, Dora Valadão, José Miguel Toste, Lúcio Rodrigues, Marta Matos, Russell Sousa, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 18

Referência: 54.02.00 – N.º 71/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque71.pdf

Assunto: Lesados do Banif Açores

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 18

Referência: 54.09.00 – N.º 72/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque72.pdf

Assunto: Incumprimento do Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica dos Alunos pelo Governo Regional dos Açores

Autores: José Eduardo, Dora Valadão, Sandra Costa Dias, José Miguel Toste, Lúcio Rodrigues, Marta Matos, Russell Sousa, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 18

Referência: 54.02.00 – N.º 73/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque73.pdf

Assunto: Planos de atividades, negócios e investimentos dos Hospitais da Região Autónoma dos Açores de 2016 a 2024

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 74/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque74.pdf

Assunto: Solenerge e Proenergia perdem potência

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 19

Referência: 54.08.00 – N.º 75/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque75.pdf

Assunto: Obras de ampliação da Aerogare do Corvo e do Quartel dos Bombeiros

Autores: Lubélio Mendonça, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 25

Referência: 54.02.09 – N.º 76/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque76.pdf

Assunto: Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMEDIA

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 25

Referência: 54.09.00 – N.º 77/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque77.pdf

Assunto: Preparação do modelo de contratação e das condições técnicas para o fornecimento de combustível para a produção de energia a partir de 2025

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 26

Referência: 54.06.00 – N.º 78/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque78.pdf

Assunto: Tratamento de Fisioterapia nos Açores

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 27

Referência: 54.09.00 – N.º 79/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque79.pdf

Assunto: Casas de habitação social

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 27

Referência: 54.09.00 – N.º 80/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque80.pdf

Assunto: Empréstimo danoso contraído pela SATA

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 02

Referência: 54.09.00 – N.º 81/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque81.pdf

Assunto: Solicitação de Relatórios que se encontram na posse do Governo Regional relativos aos motivos do incêndio que deflagrou no HDES e à resposta futura em matéria de cuidados de saúde aos Açorianos

Autores: José Miguel Toste, Andreia Cardoso e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 03

Referência: 54.02.02 – N.º 82/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque82.pdf

Assunto: Empréstimo constituído pela SATA junto do JP Morgan

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 83/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque83.pdf

Assunto: Encerramento de três escolas do 1.º ciclo no Nordeste e na Povoação

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05

Referência: 54.06.02 – N.º 84/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque84.pdf

Assunto: PS/Açores preocupado com perda de apoios no setor vitivinícola dos Açores

Autores: Patrícia Miranda, Carlos Silva, Marta Matos, Mário Tomé, José Ávila, Luís Vieira Leal, Marlene Damião, Andreia Cardoso, e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 08

Referência: 54.02.00 – N.º 85/XIII. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque85.pdf

8- **Respostas a Requerimentos:**

Assunto: Burocracia e atrasos na análise do CONSTRUIR 2023 prejudicam investidores dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 17

Referência: 54.02.00 – N.º 51/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp51.pdf

Assunto: Passe escolar gratuito

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 17

Referência: 54.09.00 – N.º 52/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp52.pdf

Assunto: Ilha do Corvo novamente isolada por falta de ligações aérea

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 18

Referência: 54.02.09 – N.º 60/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp60.pdf

Assunto: Descontos nos vencimentos dos bolseiros ocupacionais por interrupções letivas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 31/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp31.pdf

Assunto: Incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 19

Referência: 54.09.02 – N.º 58/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp58.pdf

Assunto: Falta de manutenção das gruas de Castelo Branco e Varadouro prejudica atividade piscatória no Faial

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 19

Referência: 54.02.07 – N.º 65/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp65.pdf

Assunto: Dados sobre aplicação da Portaria 58/2023/A

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 68/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp68.pdf

Assunto: Garantia de alojamento protocolados para os utentes deslocados do Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 21

Referência: 54.02.00 – N.º 19/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp19.pdf

Assunto: Efetiva aplicação das regras e do regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 21

Referência: 54.06.00 – N.º 62/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp62.pdf

Assunto: Ausência de informação sobre a promoção turística da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 28

Referência: 54.02.00 – N.º 54/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp54.pdf

Assunto: Declaração de inconstitucionalidade

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 28

Referência: 54.02.00 – N.º 64/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp64.pdf

Assunto: Ponto de situação do processo Concursal para Técnico Superior no âmbito do projeto LIFE SNAILS

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 01

Referência: 54.02.01 – N.º 67/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp67.pdf

Assunto: Atrasos na atribuição de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidade temporária

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05

Referência: 54.02.00 – N.º 48/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp48.pdf

Assunto: Grua da Fajã das Pontas - Norte Pequeno

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05

Referência: 54.01.05 – N.º 70/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp70.pdf

Assunto: Solenerge e Proenergia perdem potência

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05

Referência: 54.08.00 – N.º 75/XIII. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp75.pdf

9- Informações:

Assunto: Ofício ref.^a 2024/17 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Saudação pela passagem dos 50 anos do 25 de Abril apresentado e aprovado pelo Grupo do PS, em sessão ordinária da Assembleia de freguesia de 29 de abril de 2024

Proveniência: Mário Francisco Leal Abreu, Presidente da Assembleia de Freguesia de Flamengos

Data de Entrada: 2024 – 06 – 07;

Assunto: AT/943/2024 a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Sr. Deputado Francisco Lima passa a substituir a Sra. Deputada Hélia Cardoso na Comissão Especializada Permanente de Economia, com efeitos a partir de 17 de junho de 2024 mês e anos, inclusive

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 06 – 14;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de agradecimento pela atribuição da Insígnia de Reconhecimento, no Dia da Região 2024, bem como pelo envio do registo fotográfico

Proveniência: Maria Natália Borba Vieira Pracana, esposa do agraciado

Data de Entrada: 2024 – 06 – 13;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a prorrogação da substituição temporária por motivo relevante, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, até ao dia 14 de julho (inclusive)

Proveniência: João Fernando Castro, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 06 – 17;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, da Petição n.º 1/XIII – Por um sistema de evacuações médicas mais eficaz pela FAP na RAA, até 31 de julho de 2024

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 06 – 19;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicitando a retirada da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XIII - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, de 19 de julho, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

Proveniência: João Manuel Pedras, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 06 – 19;

Assunto: Ofício ref.^a S/1249/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o relato para contraditório 24-D097 – Subvenções a privados no âmbito do Orçamento da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 06 – 20;

Assunto: Ofício ref.^a S/071/2024/XIII, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores comunicando que, na sequência da suspensão do mandato do Deputado André Franqueira Rodrigues, essa vaga será preenchida pelo candidato Flávio Miguel da Ponte Pacheco, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 8 de julho de 2024, inclusive
Proveniência: Andreia Cardoso, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS
Data de Entrada: 2024 – 06 – 28;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, do Projeto de Resolução n.º 7/XIII (IL) – Recomenda ao Governo Regional a alteração da regulamentação no que concerne ao licenciamento de táxis com distintivo e cor padrão, até 27 de julho de 2024

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 06 – 28;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico dando conhecimento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da carta enviada à Sra. Rosário Farmhouse, Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, alertando para uma situação de violência contra crianças e jovens em Angra do Heroísmo, no âmbito de um “Espetáculo Taurino para crianças e idosos”, também anunciado como “Aula Prática de Tauromaquia”, integrado nas festas municipais da cidade

Proveniência: Movimento Cívico Abolicionista da Tauromaquia nos Açores

Data de Entrada: 2024 – 06 – 28;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2024/106 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, as Demonstrações Financeiras referentes ao 1.º trimestre de 2024 das Empresas do Setor Público Empresarial Regional (SPER) e a informar que os mesmos estão disponibilizados ao público para consulta na página da DROT, acessível em <https://portal.azores.gov.pt/web/drot/sper-listagem-das-entidades>, onde se encontram agrupados entidade a entidade e onde é possível consultar o histórico dos reportes para cada uma das empresas

Proveniência: João Manuel Pedras, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 07 – 01;

Assunto: Ofício ref.^a S/1448/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 7/2024 – VIC/SRATC – Verificação interna da conta da Unidade de Saúde da Ilha

Terceira (exercício de 2022), objeto de recusa de homologação, em sessão de 27-06-2024

Proveniência: Carlos Melo, Auditor-Coordenador, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 07 – 02;

Assunto: Ofício ref.^a S/1432/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 8/2024 – VIC/SRATC – Verificação interna da conta da SDVF – Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo, S.A. (exercício de 2022), objeto de recusa de homologação, em sessão de 27-06-2024

Proveniência: Carlos Melo, Auditor-Coordenador, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 07 – 02;

Assunto: Ofício ref.^a S/1430/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 9/2024 – VIC/SRATC – Verificação interna da conta da Unidade de Saúde da Ilha das Flores (exercício de 2022), objeto de recusa de homologação, em sessão de 27-06-2024

Proveniência: Carlos Melo, Auditor-Coordenador, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 07 – 02;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a remeter o Relatório Anual de Execução do Plano Regional Anual de 2023, elaborado pela Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Proveniência: António Almeida, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2024 – 07 – 02;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, das Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 1/XIII – Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores, até 16 de agosto de 2024, 6/XIII - Adapta o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental à Região Autónoma dos Açores e 7/XIII - Estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento dos trabalhadores da carreira especial médica, a adotar pelos serviços e organismos que integram o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores, ambas até 31 de julho de 2024

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 02;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XIII (GOV) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, pelo qual foi criado o Instituto do Vinho e da Vinha dos Açores, IPRA, abreviadamente designado por IVV Açores, IPRA, até 1 de setembro de 2024

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 07 – 02;

Assunto: Ofício a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Protesto – Pelo abandono completo do património histórico, cultural e identitário do Faial, apresentado pelos vogais do PS, na Assembleia de Freguesia das Angústias, na reunião do dia 17 de junho de 2024

Proveniência: Silvina Cardoso, Assistente Técnica da Assembleia de Freguesia das Angústias

Data de Entrada: 2024 – 07 – 02;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, do Projeto de Resolução n.º 8/XIII (BE) - Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas e do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII (BE) - Programa de apoio aos estudantes do ensino superior e ensino superior técnico profissional dos Açores, ambos até 30 de setembro de 2024

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 07 – 03;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposto para Presidente do Conselho de Administração da SATA Holding, S.A., o Dr. Rui Miguel Furtado Coutinho e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 07 – 03;

Assunto: Ofício ref.ª S/074/2024/XIII solicitando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA de agendamento para a Sessão Plenária de julho de 2024 de um Debate de Urgência sobre a situação da Saúde na Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Andreia Cardoso, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS
Data de Entrada: 2024 – 07 – 08.

10- Relatórios:

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Francisco Gabriel Meneses de Lima

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 06 – 21; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19811.pdf

Assunto: Sobre o pedido, em processo de fiscalização abstrata sucessiva, de declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade, com força obrigatória geral, do n.º 1 do artigo 11.º, artigo 12.º, artigo 14.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2020/A, de 30 de março, e por conexão instrumental dos n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º, artigo 2.º e dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2020/A, de 15 de outubro e dos artigos 1.º, 2.º e 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 41/2023/A, de 28 de novembro – Processo n.º 378/2024, 2.ª secção do Tribunal Constitucional

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 06 – 21;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XICPpDLR054_8.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII (PAN) – Transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 06 – 25; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR008.pdf>

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Lúcio Manuel da Silva Rodrigues, possa prestar

depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 54/24.4T8HRT

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 06 – 26; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19785.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 179/XVI/1.ª (PAN) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima sétima alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março) - Audição n.º 8/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 07 – 03;

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 3/XIII – 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05. -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpR003.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 08; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19878.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII (BE) – Programa extraordinário de integração de trabalhadores precários na Administração Pública Regional

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 04; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR003.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII (BE) – Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 04; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR004.pdf>

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII (GOV) – Estabelece o regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e Associações de Freguesias da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 04; -

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR008_6.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 6/XIII (PS) – Regularizar os contratos e os horários de trabalho dos trabalhadores dos Centros de Interpretação Ambientais dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 04; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR006.pdf>

Assunto: Sobre a Anteproposta de Lei n.º 3/XIII (IL) – Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro - Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras»

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 04; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICAPpL003.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII (PS) – Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho - Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR010.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XIII (IL) - Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR011.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12XIII (PSD/CDS-PP/PPM/CH) - Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05. -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR012.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19866.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 07 – 08; -

Assunto: Sobre a Petição n.º 60/XII – O desenvolvimento turístico desequilibrado e a especulação imobiliária insustentável nos Açores e na ilha do Pico

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 06 – 14; -

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare2580.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei que - Autoriza o Governo a revogar a contribuição extraordinária sobre os imóveis em alojamento local, bem como a fixação do coeficiente de vetustez aplicável aos estabelecimentos de alojamento local para efeitos de liquidificação do imposto municipal sobre imóveis e a eliminar obstáculos fiscais à mobilidade geográfica por motivos laborais - PCP (MF) - (Reg. 32/XXIV/2024) - Audição n.º 5/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 06 – 14;

Assunto: Da audição do Gestor Público indigitado para Presidente do Conselho de Administração do IROA, S.A.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 06 – 21; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19807.pdf

Assunto: Da audição da Gestora Pública indigitada para Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 06 – 21; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19809.pdf

Assunto: Da audição da Gestora Pública indigitada para Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline, S.A.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 06 – 21; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19810.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 14/XII – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 07 – 03; -

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR014_11.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 185/XVI/1.^a (BE) - Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas regiões autónomas (primeira alteração Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho) - Audição n.º 10/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 07 – 04;

Assunto: Da audição do Gestor Público indigitado para Presidente do Conselho de Administração da SATA Holding, S.A.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 07 – 08; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19881.pdf

Assunto: Da audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e da Administração do Grupo SATA, com carácter de urgência

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 07 – 08; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19882.pdf

Assunto: Da audição do Presidente do Júri do concurso público da privatização da Azores Airlines, da Presidente do Conselho de Administração do Grupo

SATA e do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, com carácter de urgência

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 07 – 08. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19883.pdf

11- Diários e Separatas:

Consideram-se aprovadas nesta Sessão Plenária as Separatas n.ºs 7, 8 e 9/XIII.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 10, 12 e 13/XIII e as Separatas n.ºs 10, 11 e 12/XIII.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cecília Maria Soares Estácio

Partido Socialista (PS)

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

José Gabriel Freitas Eduardo

CHEGA (CH)

José Paulo Machado de Sousa

A Redatora, *Sónia Furtado*

